

INCURSIONES



**SOCIO
ANTROPO
LÓGICAS**

PESQUISAS DE CAMPO NO CEARÁ

Antonio Sabino da Silva Neto
Organizador



INCURSIONES



**SOCIO
ANTROPO
LÓGICAS**

PESQUISAS DE CAMPO NO CEARÁ

Copyright © 2019, Autores

Reitor: Prof. Dr. Júlio César Sá de Oliveira

Vice-Reitora: Prof.ª Dr.ª Simone de Almeida Delphim Leal

Pró-Reitor de Administração: Msc. Seloniel Barroso dos Reis

Pró-Reitora de Planejamento: Msc. Luciana Santos Ayres da Silva

Pró-Reitora de Gestão de Pessoas: Cleidiane Facundes Monteiro Nascimento

Pró-Reitor de Ensino de Graduação: Prof.ª Dr.ª Elda Gomes Araújo

Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação: Prof.ª Dr.ª Amanda Alves Fecury

Pró-Reitor de Extensão e Ações Comunitárias: Prof. Dr. João Batista Gomes de Oliveira

Pró-Reitor de Cooperações e Relações Interinstitucionais: Prof. Dr. Manoel de Jesus de Souza Pinto

Diretor da Editora da Universidade Federal do Amapá

Antonio Sabino da Silva Neto

Editor-chefe da Editora da Universidade Federal do Amapá

Fernando Castro Amoras

Conselho Editorial

Antonio Sabino da Silva Neto, Ana Flávia de Albuquerque, Ana Rita Pinheiro Barcessat, Cláudia Maria Arantes de Assis Saar, Daize Fernanda Wagner, Danielle Costa Guimarães, Elizabeth Machado Barbosa, Elza Caroline Alves Muller, Janielle da Silva Melo da Cunha, João Paulo da Conceição Alves, João Wilson Savino de Carvalho, Jose Walter Cárdenas Sotil, Norma Iracema de Barros Ferreira, Pâmela Nunes Sá, Rodrigo Reis Lastra Cid, Romualdo Rodrigues Palhano, Rosivaldo Gomes, Tiago Luedy Silva e Tiago Silva da Costa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

I037i Incursões Socioantropológicas: pesquisas de campo no Ceará / Antonio Sabino da Silva Neto (organizador) - Macapá : UNIFAP, 2019.

142 p.

ISBN: 978-85-5476-080-9

1. Sociologia. 2. Antropologia. 3. Pesquisa de Campo. 4. Ceará. I. Antonio Sabino da Silva Neto. II. Fundação Universidade Federal do Amapá. III. Título.

CDD: 300

Projeto Gráfico e Capa: Carlos Alberto Alexandre Dantas

Revisão de Texto: Fabíola Reis



Editora da Universidade Federal do Amapá

www2.unifap.br/editora | E-mail: editora@unifap.br

Endereço: Rodovia Juscelino Kubitschek, Km 2, s/n, Universidade,
Campus Marco Zero do Equador, Macapá-AP, CEP: 68.903-419



Editora afiliada à Associação Brasileira das Editoras Universitárias

É proibida a reprodução deste livro com fins comerciais sem permissão dos organizadores. É permitida a reprodução parcial dos textos desta obra desde que seja citada a fonte. As imagens, ilustrações, opiniões, idéias e textos emitidos nesta obra são de inteira e exclusiva responsabilidade dos autores dos capítulos.

INCURSIONES
SOCIO
ANTROPO
LÓGICAS

PESQUISAS DE CAMPO NO CEARÁ

Antonio Sabino da Silva Neto
Organizador



Os autores

Antonio Sabino da Silva Neto – Bacharel em Ciências Sociais e Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará. Atualmente é professor de Ciências Sociais da Universidade Federal do Amapá, líder do Núcleo de Estudos em Política e Conflitos Sociais (NUPOCS), cadastrado no CNPq, e pesquisador do Laboratório de Estudos da Violência - LEV/UFC.

E-mail: antonio.sabinoneto@yahoo.com

Aparecida do Ó do Nascimento – Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Ceará e Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará.

E-mail: aparecida.ufc@gmail.com

Carlos Antonio Ferreira Nogueira – Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Ceará (UFC), mestre em Sociologia e doutorando na mesma área pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFC.

E-mail: carlos_afn@yahoo.com.br

Gabriela Colares Teixeira – Mestra em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e graduada em Ciências Sociais pela Universidade estadual do Ceará (UECE). Atualmente é membro do Núcleo de Estudos, Experiências e Pesquisa em Agroecologia (NEEPA) vinculado ao Programa Residência Agrária (PRA) da UFC.

E-mail: gabrielacolares@gmail.com

Gabriela Vieira Rebouças – Graduada em Design de Moda pela Universidade Federal do Ceará e mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará. Atualmente é docente do curso de Design de Moda da Universidade Federal do Ceará.

E-mail: gabi.v.reboucas@gmail.com

Patrícia Silva Xavier – Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Ceará (2013), mestra em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (2016). Atualmente é Professora de Sociologia da rede Estadual do Ceará.

E-mail: patriciaufc@hotmail.com

Rafael Cavalcante de Lima – Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Ceará. Mestre em Sociologia e doutorando em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará. Ex-professor de Filosofia da rede Estadual do Ceará.

E-mail: racioamor@gmail.com

Sandra Stephanie Holanda Ponte Ribeiro – Possui bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Ceará (2012) e Mestrado em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (2016). É membro da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) desde 2014 e do Laboratório das Juventudes (LAJUS/UFC) desde 2012.

E-mail: stephanie.hpr@gmail.com

SUMÁRIO

Prefácio | 11

Antonio George Lopes Paulino

EDUCAÇÃO, POLÍTICA E CONFLITOS SOCIAIS

“Cotista” e “não-cotista” na UFC. Um comparativo entre os estudantes a partir do modo de ingresso | 25

Aparecida do Ó do Nascimento

Introdução | 25

Sexo e faixa etária dos estudantes | 30

Origem escolar dos estudantes | 30

Escolaridade dos pais e renda familiar | 32

Percepções sobre satisfação e rendimento no curso | 33

Relação entre cotistas e não cotistas | 35

Considerações finais | 37

Referências bibliográficas | 38

Por que ser licenciado em Ciências Sociais? Um estudo sobre os significados da escolha profissional | 40

Patrícia Silva Xavier

Introdução | 40

Um breve histórico das Ciências Sociais na UFC | 41

Ser ou não ser um licenciado? | 43

Considerações finais | 44

Referências bibliográficas | 45

Eleições na “terra onde os pássaros cantam”: quando o voto é liberado | 48

Carlos Antonio Ferreira Nogueira

Introdução | 48

Quando políticos são liberados | 50

Quando eleitores são liberados | 55
Considerações finais | 61
Referências bibliográficas | 64

Estratégias, disputas e adesões: uma análise sobre os policiais militares na campanha eleitoral de 2014 no Ceará | 65

Antonio Sabino da Silva Neto

Introdução | 65

A antropologia da política como uma perspectiva teórico-metodológica | 66

Estratégia de “união” | 69

Estratégias de “proteção” e “conquista” | 70

Disputas entre apoiadores | 73

Ajuda ou compra de voto? | 75

Considerações finais | 78

Referências bibliográficas | 78

CORPO, TRABALHO E TURISMO

A vaidade masculina “na medida” dos clientes dos salões de beleza Presidente e D’Flávio | 83

Gabriela Vieira Rebouças

Introdução | 83

Na medida da vaidade para o trabalho, envelhecimento, a saúde e as mulheres | 85

Considerações finais | 95

Referências bibliográficas | 96

Cartografias do sombrio: performances e subjetividades no universo gótico de Fortaleza | 98

Sandra Stephanie Holanda Ponte Ribeiro

Introdução | 98

Sobre a expressão das performances góticas | 100

A Dança das Sombras e o despertar de uma música-corpo: a produção de subjetividade nos encontros de jovens góticos | 105

Considerações finais | **110**
Referências bibliográficas | **111**
Internet | **112**

As mulheres da Pracaju e a experiência da solidariedade | 113
Gabriela Colares Teixeira

Introdução | **113**
Referências bibliográficas | **126**

Considerações sociológicas sobre vidas volantes: Caiçaras e Neohippies na construção da *Neverland* | 128
Rafael Cavalcante de Lima

Um breve histórico do turismo na costa oeste cearense: Do Serrote a Jericoacoara | **128**

Apresentando a *Neverland*: A Caiçara e a Estrada | **130**

A Caiçara de Baixo no contexto de cidade satélite do turismo | **133**

A Chegada dos Malucos de Estrada e suas disposições simbólicas | **137**

Considerações finais | **140**

Referências bibliográficas | **140**

Prefácio

Antonio George Lopes Paulino¹

Receber convite para prefaciá um livro onde figuram trabalhos de jovens pesquisadores/as é motivo de enorme prazer. Um contentamento que se intensifica quando a ocasião traz de volta ao meu encontro estudantes que pude acompanhar de perto quando cursavam o mestrado no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará. A alegria ressalta também quando percebo o esforço desses/as jovens por investirem no compartilhamento de suas pesquisas em um cenário pouco favorável à publicação para quem se inicia no mundo das ciências.

No transcurso de um semestre, estive com os/as autores/as dos capítulos deste livro, ofertando a disciplina Seminário de Dissertação no mencionado Programa. Juntos, realizamos um trabalho oficial, percorrendo o passo a passo da feitura de um texto de qualificação de dissertação de mestrado, desde o exercício da apresentação do objeto de estudo, sua delimitação e problematização teórico-metodológica, até a montagem da proposta para ser apreciada por um/a comentador/a, antecedendo assim o momento de qualificar a escrita diante de uma banca examinadora. Esse exercício rendeu encontros semanais marcados pela socialização de dificuldades, aprendizados, saberes, orientações. Naqueles momentos, partilhamos a difícil e instigante arte de escrever. Um ato que, como nos ensina Cardoso de Oliveira (2006) sobre a escrita antropológica, é consequência do olhar e da escuta, como elaboração situada no contexto acadêmico para imergirmos no processo de análise e interpretação dos achados da pesquisa de campo.

Nesses encontros semanais, nossa motivação maior era o desejo de superar os entraves que se interpunham ao processo da criação escrita, seja por limitações do tempo disponível para dedi-

¹ Professor Adjunto IV lotado na Unidade Curricular de Antropologia do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará. É professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFC e coordenador do Laboratório de Antropologia e Imagem - LAI/UFC.

car-se ao ato, seja por dificuldades advindas do processo em si. Nessa busca por superar o que se mostrava difícil, tentávamos nos dar o prazer da abstração da linguagem puramente acadêmica, tecendo trilhas possíveis também pelo universo da literatura, onde deparamos, por exemplo, com Clarice Lispector (1999, p. 286) e seus sentimentos sobre a experiência de escrever:

[...]. E tudo era feito em tal segredo. Eu não contava a ninguém, vivia aquela dor sozinha. Uma coisa eu já adivinhava: era preciso tentar escrever sempre, não esperar por um momento melhor porque este simplesmente não vinha. Escrever sempre me foi difícil, embora tivesse partido do que se chama vocação. Vocação é diferente de talento. Pode-se ter vocação e não ter talento, isto é, pode-se ser chamado e não saber como ir.

No caso de estar como facilitador de um processo em que os/as participantes veem-se “obrigados/as” a escrever um projeto de qualificação de mestrado, não havia na proposta da disciplina a pretensão de despertar “vocações” ou de ensinar o “como ir”, ou ainda, de desenvolver “talentos”. Era “preciso tentar escrever sempre”. Para tanto, a inspiração poderia vir da literatura e de diversas contribuições identificadas no cenário acadêmico. Assim, recebemos visitas de colegas que atuam na docência e na pesquisa. Escutamos narrativas de suas vivências e percepções acerca do tema *Problematização e construção teórico-metodológica na escrita em ciências sociais*.

Num passeio pelos caminhos sinalizados por algumas referências bibliográficas, refletimos sobre a perspectiva epistêmica que situa o debate contemporâneo concernente à relação entre pesquisa, escrita e poder, assunto que se constitui como um marco no chamado pós-estruturalismo e no contexto pós-colonial, lançando luzes na discussão sobre autoria, objetividade – ou ilusão de objetividade –, subjetividade, intersubjetividade e outros temas dignos de merecida atenção em nomes como Michel Foucault (1992), Theodore Roszak (1972), Clifford Geertz (2005), James Clifford (2002) e Cardoso de Oliveira (*Op. cit.*).

Para a descrição da cena pós-estruturalista de um mundo enormemente afetado pelos efeitos da Segunda Guerra Mundial

sobre as culturas e as relações sociais, inspiramo-nos também em referências do imaginário produzido no cinema², além da aproximação com a literatura que, a cada semana, era alimentada principalmente através de um contato despretenso, porém não menos importante, com a obra da já mencionada escritora Clarice Lispector.

Dito desta forma fica a impressão de que vivemos, no breve tempo de um semestre, o gozo de pensar sobre a produção textual livres do peso que também permeia o compromisso de, semanalmente, entregar uma atividade escrita, recebê-la comentada na semana seguinte e ouvir os comentários do facilitador da disciplina e de toda a turma. Tratou-se também, portanto, de um esforço técnico. E, ao final do percurso, trilhamos um processo criativo, orientado para a sistematização escrita que informaria sobre a delimitação de um objeto de estudo, por cada pesquisador/a envolvido/a, com um recorte possível acerca do fenômeno social investigado, percebido à luz de teorias, conceitos, categorias.

Os textos de qualificação foram concluídos com o auxílio desse esforço coletivo. E depois de apreciados e criticados pelas bancas examinadoras, foram tomados como referência para a escrita definitiva da dissertação. Nosso objetivo foi realizado: vivenciamos um encontro entre a criação do conteúdo e a feitura da forma materializada no texto, como faces de um único processo.

Nem todos/as os/as que trilhamos esse percurso, por motivos diversos, encontram-se neste livro. Mas quem aqui marca presença aderiu ao consenso que se faz imagem no título proposto para esta obra coletiva: *Incursões socioantropológicas: pesquisas de campo no Ceará*. O título soa sugestivo, ao destacar uma característica do

² Para conhecimento dos filmes indicados, cf.: a) *A excêntrica família de Antonia* (1995. Direção holandesa de Marllen Gorris); b) *Albergue espanhol* (2002. Direção de Cédric Klepisch); c) *O ponto de mutação* (1991. Direção de Bernt Capra); d) *José e Pilar* (2010. Dirigido por Miguel Gonçalves Mendes. Documentário sobre José Saramago). Não exibimos esses filmes em sala de aula. Apenas sugerimos tais títulos como referentes da arte cinematográfica que ilustram e estimulam o debate acerca de elementos da contracultura (filmes a, b e c), da crítica epistemológica ao mecanicismo cartesiano e baconiano (abrangendo reflexões sobre o cientificismo, o objetivismo e a relação entre ciência e poder - filme c) e também sobre o processo criativo (filme d).

fazer sociológico contemporâneo, que afeta de modo inequívoco o Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFC (PPGS-UFC). Refiro-me a uma tendência, quiçá já estabelecida como *modus operandi*, de pensar os fenômenos da vida em sociedade, as instituições, as ações e as relações sociais sob a perspectiva compreensiva que, influenciada pelo movimento da reviravolta linguística³ ocorrida no seio da filosofia, respingou seus efeitos fecundos no âmbito da sociologia, disciplina que, no contexto Pós-Segunda Guerra Mundial, passa a tensionar de forma mais incisiva a orientação positivista, acercando-se de uma veia interpretativista, e aproximando-se, assim, da abordagem fenomenológica que veio a imprimir inspiração expressiva sobre o chamado pós-estruturalismo no âmbito das ciências humanas.

Não obstante a pluralidade de linhas de pesquisa e de abordagens que se encontram ativas em seus quadros, é notório que, sobretudo a partir de meados dos anos 1990 e desde a década de 2000, o PPGS-UFC tem assimilado com maior visibilidade as premissas do paradigma compreensivo que se inspira em Max Weber⁴, não como expressão de abandono de outras orientações - permanecendo presente, por exemplo, a explicação marxiana da realidade como fazer epistêmico incluído em inúmeras pesquisas, dentre outros fundamentos teórico-metodológicos que têm seu lugar de visibilidade -, mas como viés de problematização e conhecimento teórico que privilegia um fazer microsociológico, afeito ao estudo de fatos e situações da cena hodierna, cujos contornos não mais se explicam por uma centralidade atribuída às clássicas macrocategorias.

Instifica-se, portanto, a atenção devida às instituições e sujeitos sociais que emergem no cenário do Pós-Segunda Guerra; nos fluxos migratórios passados e recentes; na dinâmica pós-colonial; no bojo da mundialização; na manifestação dos novos movimentos sociais; nas formas de expressão da religiosidade, do poder e da política; nas reivindicações e visibilidades identitárias das chamadas minorias populacionais; na crise ambiental; nos

³ Cf. OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. *Reviravolta Linguístico-Pragmática na Filosofia Contemporânea*. 2ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

⁴ Cf. WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. Volume 1. 4ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2015.

movimentos étnicos; na ressignificação do fenômeno da violência e das relações de gênero; na fluidez e no nomadismo dos processos identitários contemporâneos; no cotidiano das pequenas, médias e grandes cidades e metrópoles; dentre outros fenômenos que, grosso modo, implicam uma aproximação necessária ao universo das culturas.

Assim, observa-se também na seara epistêmica do PPGS-UFC um processo de ressemantização do sentido de fronteira entre saberes das ciências sociais, que se configura numa interlocução privilegiada com referentes do interacionismo simbólico⁵ e da Escola de Chicago, dentre outras perspectivas que colocam em pauta a pesquisa de campo como uma condição da qual raramente se prescinde nas investigações sociológicas. Acrescente-se a essa tendência, a significativa presença do olhar etnográfico em projetos de pesquisa que se apresentam nos certames seletivos anuais realizados para a formação de turmas de mestrado e doutorado, bem como na produção de teses e dissertações em que tal olhar se anuncia como importante via de acesso à descrição e interpretação de realidades e historicidades circunscritas.

Não estou a apontar a ocorrência de um processo de ‘antropologização’ do PPGS-UFC. É importante enfatizar que há diversas linhas de pesquisa no Programa⁶, nas quais é possível identificar, em trabalhos investigativos e orientações, uma pluralidade de vieses epistemológicos em ação⁷. Assinalo, todavia, o movimento de proximidade e diálogo entre saberes fronteiriços, de cuja comunicação assegura-se um lugar notável para a antropologia na produ-

⁵ Há uma interessante discussão sobre abordagens do interacionismo simbólico em GADEA, Carlos A. “O Interacionismo Simbólico e os estudos sobre cultura e poder”. Revista Sociedade e Estado, v. 28, nº 2, pp. 241-255, maio-agosto, 2013.

⁶ Cidades, Movimentos Sociais e Práticas Culturais; Cultura, Política e Conflitos Sociais; Diversidades Culturais, Estudos de Gênero e Processos Identitários; Pensamento Social, Imaginário e Religião; Processos de Trabalho, Estado e Transformações Capitalistas.

⁷ Há um importante levantamento histórico e bibliográfico realizado em duas etapas, trabalho que lista títulos e resumos de dissertações e teses defendidas no PPGS-UFC, cobrindo o período de 1978-2002 e atualizado até 2012. Cf. VIEIRA, Sulamita (Org.). *Catálogo de Dissertações e Teses*. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2002. Ver também: VIEIRA, Sulamita. *Caminhos das Ciências Sociais na UFC*. Fortaleza: Edições UFC: Memorial da UFC, 2016.

ção das ciências sociais no Ceará⁸, como campo do saber que tem imprimido sua marca no âmbito de um programa de sociologia; fato reconhecido em análise divulgada em artigo científico publicado recentemente⁹.

Não seria de surpreender, constatar que a antropologia tem uma influência de peso no universo das ciências humanas no contexto cearense, haja vista, como tão bem relata Sulamita Vieira (2016, pp. 28-42), os antecedentes históricos da criação do primeiro Curso de Ciências Sociais no estado e do PPGS-UFC. Nessa memória, importa destacar a criação, no âmbito da UFC na segunda metade dos anos 1950, do Serviço de Antropologia, dirigido por Thomaz Pompeu So-brinho, órgão a partir do qual foi instituído um Curso de Preparação Antropológica. Em 1958, a Reitoria da UFC anuncia o projeto de transformação do Serviço em Instituto de Antropologia. Àquela época, já se promovia a preparação de pessoas para atuar na investigação antropológica, associada a iniciativas que tratavam, “dentre outros aspectos, da realização de pesquisas; da contratação de pessoal e liberação de recursos; da oferta de cursos; bem como de contatos mantidos com outras instituições, nacionais ou estrangeiras” (*Op. cit.*, p. 39).

⁸ É importante considerar que o ato de reconhecer esse movimento de aproximação e diálogo entre fronteiras não negligencia a existência de um modismo que, muitas vezes, tem levado a uma banalização de intenções declaradas em projetos de pesquisa quanto ao recurso à etnografia como via metodológica. No universo da produção antropológica há um amplo debate sobre este assunto, em que os argumentos contrários a essa banalização estruturam uma defesa da etnografia como via de acesso ao conhecimento cujo estatuto a define como algo bem mais amplo e complexo do que um mero conjunto de técnicas e procedimentos de coleta de dados e observação em campo de pesquisa. Como nos ensina Clifford Geertz (1989) em seu ensaio *Uma Descrição Densa: por uma teoria interpretativa da cultura*, a etnografia, mais que um método, é uma forma de olhar e interpretar os fenômenos, sendo, também, uma via de discussão acerca do caráter epistêmico do método e da produção de teoria. Posicionamento semelhante é defendido por Mariza Peirano (2014), em artigo intitulado *Etnografia não é método*. Em seu esforço argumentativo, a autora enfatiza que não há mais oposição entre teoria e método, compreendendo, portanto, a prática da pesquisa como um movimento de intelectualização e, assim, corroborando o entendimento de que a etnografia não se reduz aos procedimentos de incursão na pesquisa de campo e que, todavia, vê-se fortalecida por seu *modus operandi*.

⁹ Cf. BARREIRA, Irllys Alencar Firmo; LIMA, Geisa Mattos de Araújo. “Subversões do Olhar: evidências temporais de uma microssociologia dos espaços urbanos”. Caderno CRH, Salvador, v. 26, n. 69, pp. 529-544, set./dez., 2013.

Nesse quadro institucional, o Instituto de Antropologia é extinto e cria-se, em 1966, o Departamento de Ciências Sociais e Filosofia, atualmente denominado Departamento de Ciências Sociais, onde se mantém expressiva produção acadêmica nas áreas de sociologia, ciência política e antropologia. Já em 1970, inicia-se a edição da Revista de Ciências Sociais, vinculada ao referido Departamento, periódico que permanece ativo e fortalece a captação de canais de interlocução com outras instituições e redes de pesquisa, bem como a realização de intercâmbios em âmbito nacional e internacional. No que concerne ao ambiente dessas redes, é significativo mencionar, por exemplo, a estreita comunicação mantida entre pesquisadores/as ligados/as ao PPGS-UFC e profissionais que atuam no Núcleo de Antropologia da Política - NUAP, cuja sede situa-se no Museu Nacional, no Rio de Janeiro. A participação de pesquisadores/as da UFC no NUAP tem fortalecido o embasamento de pesquisas etnográficas, rendendo publicações na coleção intitulada *Antropologia da Política*, com diversos itens já editados.

No momento em que escrevo estas linhas, tramitam os procedimentos para a seleção da primeira turma do Mestrado em Antropologia que passa a funcionar no Ceará, efetivamente a partir do semestre 2017.2. A chegada do novo curso foi celebrada como mais uma conquista do Departamento de Ciências Sociais da UFC, em parceria com a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB, firmada como Programa Associado de Pós-Graduação em Antropologia - PPGA-UFC-UNILAB. Não há dúvidas de que, finalmente, o esforço de profissionais que já atuavam em antropologia no Ceará, resultou na conquista de um espaço institucional próprio, passando a ocupar um lugar reconhecido no cenário do Nordeste, do Brasil e no intercâmbio internacional que já começa a se tecer.

Não obstante a chegada a esse lugar específico, um programa com nomenclatura própria, a presença da antropologia no Ceará já era reconhecida, a partir de sua atuação no Departamento de Ciências Sociais da UFC e em outras instituições do estado¹⁰. Sobretudo pela inserção de professores/as antropólogos/

¹⁰ Refiro-me à Universidade Estadual do Ceará - UECE, à Universidade Estadual Vale do Acaraú - UEVA e à Universidade Regional do Cariri - URCA, em cujos quadros atuam vários/as egressos/as do Curso de Ciências Sociais e do PPGS-UFC.

as no quadro do PPGS-UFC, fato que, em contexto histórico ainda recente e anterior ao surgimento do supracitado PPGA-UFC-UNILAB, rendeu ao PPGS-UFC a visibilidade acadêmica também entre pares da antropologia:

A antropologia na UFC também está sob a égide de um Programa de Pós-graduação em Sociologia consolidado no âmbito nacional. Talvez, por essa razão, em vez de reivindicar a ampliação de seu espaço, tenha preferido estender e sedimentar o diálogo com seus pares da sociologia, a maioria no quadro de professores, de forma a criar condições favoráveis para que seus docentes antropólogos adquiram a representatividade necessária *vis-à-vis* o corpo departamental e, com isso, assegurem estrategicamente para a antropologia um lugar para a pesquisa, no âmbito das demandas tanto do mestrado quanto do doutorado (MOTTA; BRANDÃO, 2004, p. 173).

É nesse cenário de aproximação fértil entre terrenos fronteiriços que surge a presente publicação, cujo título enfatiza as “incur­sões socioantropológicas” realizadas por estudantes que defenderam dissertação de mestrado em sociologia no ano 2016, ampliando o acervo de trabalhos produzidos no âmbito do PPGS-UFC, num universo temático diversificado.

Educação, Política e Conflitos Sociais é a primeira parte do livro. O trabalho que abre esta unidade foi escrito por Aparecida do Ó do Nascimento e intitula-se *Impacto da Política de Cotas na UFC: perfil socioeconômico e cultural e percepções dos estudantes. Uma análise comparativa*. A autora apresenta uma análise comparada, baseada em dados empíricos e quantitativos, acerca de estudantes ingressos na UFC desde 2012 pelo sistema de cotas e pela ampla concorrência. E contempla uma dimensão qualitativa da pesquisa, abordando percepções dos estudantes pesquisados, no que diz respeito à satisfação pessoal, desempenho acadêmico nos cursos e a relação com os demais estudantes.

O capítulo elaborado por Patrícia Silva Xavier - intitulado *Por que ser licenciado em Ciências Sociais? Um estudo sobre os significados da escolha profissional* - resulta de pesquisa realizada pela autora, tendo como recorte temporal o período de 2002 a 2008, no qual identifica egressos do curso de Licenciatura em Ciências Sociais da

UFC, com o objetivo de apreender os significados da escolha por essa modalidade de estudo, tomando como via metodológica a interpretação dos discursos dos egressos sobre suas trajetórias de formação na referida área.

O texto apresentado por Carlos Antonio Ferreira Nogueira traz como título *Eleições na “terra onde os pássaros cantam”*: *quando o voto é liberado*. Tive a grata oportunidade de orientar o trabalho de pesquisa que fundamentou a escrita da dissertação defendida pelo autor. Num diálogo com a antropologia da política, ele caracteriza o cenário de sua pesquisa de campo, o município de Aracoiaba - CE, onde observa as relações sociais que se tecem em torno da política, em tempos de eleições, descrevendo e interpretando situações de busca por apoio e acesso a bens e serviços públicos, como processos que mobilizam adesões, trocas e reciprocidades. A categoria “liberado para votar” é compreendida, nesse contexto, em referência a tais processos e à tensão que se configura entre facções políticas em disputa.

No capítulo intitulado *Estratégias, disputas e adesões: uma análise sobre os policiais militares na campanha eleitoral de 2014 no Ceará*, escrito por Antonio Sabino da Silva Neto, organizador desta coletânea, o olhar do autor põe em perspectiva uma temática que tem se destacado em análises cujo objeto de estudo aborda a relação entre os fenômenos da violência e da política. O texto apresentado resulta de uma pesquisa de campo em que candidatos e eleitores foram observados no que concerne à valorização de concepções morais que agenciam estratégias discursivas de profissionais do âmbito da segurança pública - policiais militares - e mobilizam a captação de apoio, disputas e adesão de membros da sociedade civil na busca por votos. Assim, a retórica do combate à criminalidade e da defesa do chamado “cidadão de bem” entra em cena evidenciando lugares morais e significados atribuídos ao voto e à representação política.

Na segunda parte do livro, *Corpo, Trabalho e Turismo*, tem-se como primeira contribuição o texto de Gabriela Rebouças, com o título *A vaidade masculina “na medida” dos clientes dos salões de beleza Presidente e D’Flávio*. A autora faz uma imersão em estudos que cruzam as categorias gênero e corpo, compreendendo a mas-

culinidade como campo semântico em construção, cujos significados são produzidos e apreendidos no âmbito de uma cultura em transformação. Neste sentido, o texto traz resultados de trabalho de campo realizado em dois salões de beleza de clientela masculina, localizados em Fortaleza - CE, espaços onde a pesquisadora observou e conversou com interlocutores que se classificam como “vaidosos na medida”, dando significado à prática de cuidar da própria imagem, evitando o “desleixo” e, ao mesmo tempo, o “exagero” que poderia ser interpretado como uma aproximação ao universo da feminilidade.

Com o título *Cartografias do sombrio: as performances no universo gótico de Fortaleza*, Sandra Stephanie Holanda Ponte Ribeiro traz sua contribuição para a coletânea. O texto discorre sobre a chamada “cena gótica”, com um olhar que opera no intuito de desnaturalizar o que parece dado, na recusa de tomar o gótico como referente simbólico já formatado. Assim, a imersão etnográfica da autora transita em busca de descrever e significar a performance gótica, percorrendo trajetórias de jovens “afinados com o gótico”, adentrando espaços artísticos, participando de eventos musicais, observando vestimentas, acessórios e gestos ritualizados que configuram traduções possíveis de uma estética e de identidades em interação e movimento.

Fruto de um trabalho que também tive a gratificante oportunidade de acompanhar como orientador, o texto intitulado *As mulheres da Pracaçu e a experiência da solidariedade*, assinado por Gabriela Colares Teixeira, faz um passeio pelos dados do primeiro capítulo de sua dissertação, onde a autora apresenta suas interlocutoras de pesquisa, descrevendo os ambientes de trabalho dessas mulheres e o cotidiano a partir do qual tecem suas narrativas. A observação desse cotidiano, como fazer etnográfico, deu-se no espaço associativo Produção Rural Alternativa de Caju - Pracaçu, situado na comunidade Baixa das Carnaúbas, em Matões, distrito de Guararu, Caucaia - CE. O material descritivo foi submetido a um exercício de interpretação que possibilitou compreender como as mulheres da Pracaçu se inserem num contexto local e mundial de desigualdades reproduzidas nas relações de gênero e auxiliou a pensar sobre a experiência com o associativismo, permeada pelos sentidos da solida-

riedade, como via possível para o fortalecimento na esfera do trabalho e na reciprocidade vivida em laços de cooperação e vizinhança.

Rafael Cavalcante de Lima traz o último texto desta coletânea, com o título *Considerações sociológicas sobre vidas volantes: caiçaras e neohippies na construção da Neverland*. Tendo como cenário de pesquisa a vila de Caiçara de Baixo, perto de Jericoacoara, o autor observa transformações vivenciadas no ambiente nativo, tomando como quadro do eixo analítico o fenômeno do turismo. Neste eixo, categorias como transnacionalidade, multiculturalismo e fluxos migratórios se somam ao esforço de descrição etnográfica e interpretação das modificações ambientais e dos estilos de vida que se transformam e se ressignificam no contato entre antigos moradores e viajantes que, em determinadas situações, tornam-se moradores do lugar.

Pelo que ficou aqui sinalizado como chamado para a leitura, nota-se que este elenco de textos aponta para interesses diversos, como contribuições ao estudo de temas de elevada importância na cena social contemporânea, servindo também de referência para novas pesquisas e debates que venham a ser desenvolvidos por outros/as pesquisadores/as. Retomando o que disse no início acerca do processo de apropriação dos frutos de uma pesquisa na forma escrita, não seria demais lembrar que todos esses trabalhos resultam da dedicação marcada por desafios e dificuldades enfrentadas por quem se lançou à jornada de realizar um curso de mestrado com créditos teóricos e trabalho de campo a cumprir num espaço de tempo relativamente exíguo. Em reconhecimento, parablenizo aos/às que aqui chegaram, deixo o convite aos/às leitores/as para que apreciem os capítulos e agradeço pela oportunidade de apresentar o livro.

Fortaleza, maio de 2017.

Bibliografia referenciada

BARREIRA, Irllys Alencar Firmo; LIMA, Geisa Mattos de Araújo. "Subversões do Olhar: evidências temporais de uma microsociologia dos espaços urbanos". Caderno CRH, Salvador, v. 26, n. 69, pp. 529-544, set./dez., 2013.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. “O Trabalho do Antropólogo: olhar, ouvir, escrever”. In: *O Trabalho do Antropólogo*. 2ª ed. Brasília, DF: Paralelo 15; São Paulo: UNESP, 2006. Pp. 17-35.

CLIFFORD, James. *A Experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. José Reginaldo S. Gonçalves (Org.). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

FOUCAULT, Michel. *O Que é um autor?* Lisboa: Nova Vega Editora, 1992.

GADEA, Carlos A. “O Interacionismo Simbólico e os estudos sobre cultura e poder”. *Revista Sociedade e Estado*, v. 28, n. 2, pp. 241-255, maio-agosto, 2013.

GEERTZ, Clifford. “Uma Descrição Densa: por uma teoria interpretativa da cultura”. In: *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1989. Pp. 13-41.

_____. *Obras e Vidas: o antropólogo como autor*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2005.

LISPECTOR, Clarice. *A descoberta do mundo*. Crônicas. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

MOTTA, Antonio; BRANDÃO, Maria do Carmo. “O campo da antropologia e suas margens: a pesquisa e sua disseminação em diferentes instituições de ensino superior no Nordeste”. In: TRAJANO FILHO, Wilson; RIBEIRO, Gustavo Lins (Orgs.). *O Campo da Antropologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria; Associação Brasileira de Antropologia, 2004. Pp. 163-186.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. *Reviravolta Lingüístico-Pragmática na Filosofia Contemporânea*. 2ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

PEIRANO, Mariza. “Etnografia não é método”. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 20, n. 42, pp. 377-391, jul./dez., 2014.

ROSZAK, Theodore. “O mito da consciência objetiva”. In: *A contracultura*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1972. Pp. 209-240.

VIEIRA, Sulamita (Org.). *Catálogo de Dissertações e Teses*. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2002.

_____. *Caminhos das Ciências Sociais na UFC*. Fortaleza: Edições UFC; Memorial da UFC, 2016.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. Volume 1. 4ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2015.



EDUCAÇÃO, POLÍTICA
E CONFLITOS SOCIAIS

“Cotista” e “não-cotista” na UFC. Um comparativo entre os estudantes a partir do modo de ingresso¹

Aparecida do Ó do Nascimento

Introdução

Em 29 de agosto de 2012, foi sancionada a Lei 12.711, que estabeleceu a obrigatoriedade da política de reserva de vagas nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) – Institutos e Universidades. De acordo com a Lei de Cotas, como ficou conhecida, metade das vagas de cada *curso* e *turno* oferecidas nas IFES são reservadas a estudantes que tenham cursado, de forma integral, o ensino médio em escolas da rede pública de ensino. No preenchimento dessas vagas, é incluso percentual de candidatos autodeclarados “pretos”, “pardos” e “indígenas”².

Trata-se de um processo que teve início nos anos 2000 quando as universidades estaduais do Rio de Janeiro, especificamente a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e a Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF) resolveram implantar cotas em seus processos seletivos e que logo se seguiram de várias outras.³ Conforme levantamento realizado no período da aprovação da Lei, 40 das 58 universidades federais já havia adotado

¹ Este artigo tem por base os dados da pesquisa para o Mestrado e é parte do último capítulo da dissertação intitulada: *A política de cotas na Universidade Federal do Ceará: processo de implementação e cotistas*, defendida na Universidade Federal do Ceará em 2016.

² Estes termos são utilizados no presente trabalho conforme a classificação utilizada nos textos da lei de cotas, do IBGE e demais fontes oficiais. No entanto, para além disso, são compreendidos também enquanto categorias sociais que se constituem, construídas historicamente e acionadas como princípio classificatório das relações sociais.

³ Dentre essas universidades, destacam-se: a Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS) em 2002, Universidade do Estado da Bahia (UNEB) em 2003 e, em 2004, a Universidade de Brasília (UNB) sendo a primeira Universidade Federal a implantar um sistema de cotas.

algun mecanismo inclusivo (cotas ou bônus⁴) em seus processos seletivos (GEMAA, 2013). Nesse sentido, a promulgação da Lei de Cotas em 2012 constituiu-se mais como um mecanismo de regulamentação específica para programas variados já existentes em diferentes universidades públicas.

No que se refere a este processo, desde o início, a implantação da política de cotas nas universidades públicas, caracterizou-se por forte resistência e discussões de caráter ideológico, principalmente, devido ao recorte “racial” (para pretos, pardos e índios) privilegiado dessas medidas. Basicamente, foi de modo polarizado que se deu debate em torno dessas políticas públicas.

Se, por um lado, para o grupo favorável, a adoção de cotas nos processos seletivos das universidades era justificada a partir da sub-representação de estudantes pobres, negros e indígenas nas salas de aula das universidades públicas, notadamente nos cursos de alto prestígio e de concorrência acirrada⁵. Para os contrários⁶ a essas medidas, eram preocupantes os possíveis resultados negativos acadêmicos e sociais suscetíveis com a implantação das cotas. No âmbito universitário, a apreensão relacionava-se, particularmente, com a possibilidade da diminuição da qualidade do ensino e da pesquisa nas instituições públicas de ensino em consequência do des-nivelamento dos estudantes cotistas, uma vez que esse mecanismo possibilitaria o ingresso de estudantes com notas menores e despreparados para cursar o ensino superior. Além disso, fomentaria conflitos inter-raciais, discriminação e segregação dos estudantes beneficiários, dado sua condição de ingresso e origem social (CEPAL, 2007 *apud* BEZERRA; GURGEL, 2011)

⁴ É uma pontuação adicional à nota final do Vestibular, nesse caso não há reserva de vaga.

⁵ Referente a sub-representação de estudantes negros em universidades federais, Queiroz (2002), a partir de pesquisas nas universidades Rio de Janeiro, da Bahia, do Maranhão, de Brasília e do Paraná verificou que a presença desses estudantes encontra-se reduzida até mesmo em Estados onde essa população é maioria como na Bahia e no Maranhão.

⁶ Em 2006 e 2008, cada um desses grupos entregaram ao Congresso Nacional dois manifestos em que justificam seus posicionamentos perante a política de cotas em universidades públicas, formado, basicamente por acadêmicos, intelectuais e militantes.

Muitas dessas preocupações tornaram-se objeto de estudo para várias pesquisas⁷, que tem sido realizadas de modo sistemático, com o objetivo de acompanhar o impacto da política de cotas nas universidades públicas, assim como as representações e os significados (re)produzidos no ambiente acadêmico em razão da substituição de um sistema de ingresso amparado apenas no critério do “mérito individual” por um que introduz a cor/raça e origem escolar como requisitos também necessários para o acesso as vagas dessas instituições.

Verificou-se que questões centrais como meritocracia, falta de isonomia, “segregação e discriminação dos estudantes”, “diferenças de desempenho”, “diminuição da qualidade do ensino e da pesquisa”, dentre outros, permeiam as crenças dos atores no cotidiano universitário e engendram, de certo modo, as relações dos estudantes que optam por esse mecanismo como forma de ingresso à universidade. (QUEIROZ; SANTOS, 2005; MENIN, 2008; SANTOS, 2013).

Nos estudos de Bezerra (2011) e Bezerra & Gurgel (2011; 2012), que investigam a implantação das cotas na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), os pesquisadores, por meio de um estudo de caso, acompanharam o desempenho de alunos cotistas e não cotistas que ingressaram nos anos de 2005, 2006 e 2008 nos cursos de Educação, Administração, Medicina, Direito, Odontologia, Engenharia Química e Pedagogia. A partir da análise dos resultados obtidos no Vestibular e ao longo dos primeiros semestres dos cursos, os autores observaram que, apesar do desempenho dos cotistas no exame Vestibular ser inferior, com metade, em alguns casos, daquela alcançada pelos estudantes não cotistas ao longo dos cursos, o resultado acadêmico dos primeiros tende a se igualar ao desses últimos. Para Bezerra (2011), os alunos cotistas superaram as deficiências curriculares iniciais, tendo sido capazes de acompanhar o desenvolvimento das matérias ministradas em sala de aula tão bem quanto os seus colegas que não se valeram do sistema de cotas para adentrar a universidade.

⁷ Alguns destes estudos: (BEZERRA, 2011); (BEZERRA; GURGEL, 2011, 2012); (VELLOSO, 2009); (QUEIROZ, et al, 2005, 2006); (SANTOS, 2013) (SANTOS E QUEIROZ, 2005); (MENIN, 2008).

De modo geral, a institucionalização da política de cotas nos processos de seleção para as universidades públicas caracteriza-se por serem formas polêmicas, não consensuais, criativas e também *marginais* de “inclusão”, não subalterna, de grupos e/ou indivíduos pertencentes às camadas dos negativa e historicamente excluídos dos espaços sociais representantes de poder e de prestígio. Assim, a entrada de “novos” atores na universidade, de lugares “socialmente reservados”,⁸ produz novas dinâmicas e desafios advindos, sobretudo, da posição de *outsiders* (ELIAS; SCOTSON, 2000) destes estudantes. Sob este contexto, abre-se também a oportunidade para novas sociabilidades no ambiente universitário e, ao invés dos temores à distância, é fundamental para os estudantes (brancos, negros e indígenas), como demonstra Carvalho (2005), “enfrentar concretamente suas diferenças e inventar mecanismos de diálogo necessários para a cooperação que deles se espera se queremos de fato integrar nossa sociedade já altamente segregada” (ibid., p. 49).

No que concerne ao processo de implementação da política de reserva de vagas para o ingresso nos cursos de graduação da Universidade Federal do Ceará (UFC), decorreu-se mais em virtude da adequação à obrigatoriedade legal do que propriamente em função do relevante debate construído na sociedade naquele momento e que impulsionou discussões sobre o tema no período de 2005 a 2006, quando o grupo de trabalho Política de Ações Afirmativas (GTPAA) foi instituído para promover o debate e a viabilidade de programa de cotas na UFC. Porém, mesmo demonstrada a presença reduzida de estudante pobre, negro e indígena, particularmente, nos cursos de Direito, Psicologia, Farmácia, Odontologia, Medicina e outros, a decisão do Conselho da UFC foi por não implantar cotas naquele momento. É somente após a aprovação da Lei em 2012 que a UFC resolveu ampliar o acesso para grupos sociais específicos, conforme prescrito em lei.

Neste artigo, a partir de informações sobre sexo, idade, origem social e cultural (renda familiar, escolaridade dos pais) dos es-

⁸ Para Goffman (2008), nos espaços sociais os lugares já se encontram reservados para determinadas categorias de pessoas, assim como o “total de atributos considerados como comuns e naturais” (p. 11) para os membros de cada uma dessas categorias que têm probabilidade de neles serem encontradas.

tudantes, bem como de percepções deles acerca da satisfação com o curso, rendimento acadêmico e relação com os demais colegas, descritas para os estudantes dos dois modos de ingresso, o objetivo é compreender o impacto da política de cotas sobre a população estudantil da universidade. Ou seja, quer-se saber de que maneira os estudantes que ingressam via sistema de cotas se diferenciam daqueles que entram pelo modo universal. Aqui, o uso da categoria “cotista” refere-se ao grupo dos estudantes que optam pelas cotas como forma de ingresso e os “não cotistas” para se referir ao grupo⁹ingressante pelo modo “ampla concorrência” ou “universal”.

Participaram do estudo 378 (trezentos e setenta e oito) estudantes, 181 (cento e oitenta e um) pertencentes ao grupo “cotista” e 197 (cento e noventa e sete)constitui os “não cotistas”, distribuídos em seis cursos de graduação da UFC, universo empírico desta pesquisa. Conforme escala de prestígio social, que segundo alguns autores, costuma estar associado ao nível socioeconômico de seus alunos(BRAGA, et al. 2001; VELLOSO, 2009) agrupou-se os cursos a partir da nota de corte da prova do ENEM, assim, considerou-se “elitizado” e de elevado prestígio o curso que registrou maior nota para o ingresso na universidade e a partir do qual seguiram-se os outros. Assim, os cursos, em escala de prestígio decrescente, são: Medicina, Engenharia Civil, Direito, Arquitetura e Urbanismo, Psicologia e Pedagogia.

Em cada curso escolheu-se uma turma, com ingresso no ano de 2014¹⁰. Os dados foram coletados por um questionário aplicado em sala de aula. Além disso, realizou-se também observações e entrevistas de roteiro semiestruturadas com professores e alunos. No tocante ao ano de ingresso, a exigência deu-se por semestres

⁹ O uso da categoria “grupo” associado aos termos “cotista” e “não cotista” é um conceito de existência meramente sociológica, pois, na prática dificilmente se encontrará esse tipo de associação. Nos cursos pesquisados, de modo geral, verifica-se que há pouquíssima identificação dos estudantes que ingressam via cotas com o termo cotista, trata-se de um atributo que os estudantes preferem não mencionar no ambiente universitário.

¹⁰ No que se refere aos dados sobre localização da turma, sala, ano de ingresso, quantidade de alunos, disciplina ministrada foram fornecidos pela coordenação de cada curso. Quanto a aplicação dos questionários, priorizou-se as últimas horas aulas dos estudantes, tendo sido conversado e acordado dias antes com os professores e coordenação reserva de 20-30 minutos para isso.

intermediários e não inicial, uma vez que se considerou estes estudantes mais adaptados a “vida universitária” (COULON, 2008) e, conseqüentemente, aptos para avaliar questões referentes à satisfação com o curso, rendimento acadêmico e relacionamento com os demais colegas.

Sexo e faixa etária dos estudantes

No conjunto, sem considerar o modo de ingresso, os homens são maioria entre os estudantes aqui pesquisados, eles representam um percentual de 3,7% a mais que as mulheres. Quando analisados por grupo, são predominantes entre os estudantes ingressantes do modo cotas. Já entre os não cotistas, as mulheres se sobressaem apenas com uma estudante a mais. (Tabela 1)

Na distribuição por idade, jovens de até 24 (vinte e quatro) anos são maioria nos dois grupos. Entretanto, é entre os não cotistas que se verifica a maior proporção desses estudantes (87%). Nota-se entre os cotistas um percentual de 11% que estão na faixa etária dos 35 anos. Com intuito de explorar mais sobre esse achado, durante a pesquisa de campo, em conversas informais¹¹ com esses estudantes, verificou-se que para alguns deles o retorno à sala de aula se faz depois de outra graduação, pós-graduação e até mesmo carreira já consolidada. As cotas teriam sido o principal motivo para o retorno aos estudos e o ingresso “no curso dos sonhos”¹². Em tal caso, as cotas aparecem como uma estratégia para ingressar em cursos almejado desde que se realizou o primeiro vestibular quando não houve a aprovação, em consequência graduaram-se em cursos da “segunda opção”.

Origem escolar dos estudantes

Destaca-se entre os dois grupos de estudantes, tanto cotista como não cotista, a realização do ensino fundamental integralmente em escolas particulares. A proporção destes estudantes para

¹¹ Geralmente essas conversas aconteciam em lanchonetes dos cursos, restaurante universitário e pátio da faculdade.

¹² Expressão usada por um estudante do curso de Medicina.

o primeiro grupo equivale a 35%. Para o segundo, representa 63%. Nesse sentido, embora predominante entre os cotistas, o estudo desse nível de ensino na rede privada, nota-se que o percentual desses estudantes é quase metade quando comparado aos não cotistas.

No que concerne a frequência de maneira integral na rede pública durante o ensino fundamental, a proporção de estudantes é de 22% entre os cotistas e 9% para os não cotistas.

Em relação ao ensino médio, 83% dos estudantes ingressantes pelo modo ampla concorrência cursaram essa etapa, de modo integral, na rede privada de ensino. O curso de Medicina, por exemplo, é majoritariamente composto por estudantes provenientes de escolas particulares. Entre os dados obtidos para esse curso, não há entre os estudantes não cotistas frequência do ensino médio em escola pública.

No caso dos cotistas, a preocupação era saber o tipo de escola pública frequentada, já que o certificado de realização do ensino médio integralmente em escolas públicas é requisito para o ingresso via cotas. Acredita-se que este seja um importante critério assegurado pela Lei de Cotas e que poderá, no longo prazo, contribuir para a permanência de alguns estudantes na escola pública, evitando assim que os pais retirem seus filhos dessas escolas e coloquem em outra só porque é particular. Posto que a lei exclui da participação aqueles estudantes beneficiados com bolsa de estudo em escolas particulares. De acordo com a Lei, nem mesmo os estudantes que recebem bolsa para estudar de forma gratuita nessas escolas poderão utilizar-se das cotas como forma de ingressar no ensino superior público.

Com relação ao tipo escola pública frequentada pelos estudantes do grupo cotista, a realização do ensino médio no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) é predominante entre eles, a proporção é de 34%. Ademais, as escolas profissionalizantes e não profissionalizantes também estão entre as mais representadas, inclusive mais do que as escolas militares federais e estaduais que, assim como o IFCE, realizam processos seletivos para os novos estudantes. Um dado interessante, já que o esperado era um percentual significativo de estudantes desse tipo de escola ocupando maior parte das vagas reservadas para estudantes

de escola pública, especialmente nos cursos de alta seletividade e de maior prestígio. O que permite questionar para onde estes estudantes irão após conclusão do ensino médio? Nesse caso, estão eles concorrendo no modo ampla concorrência? Algo a ser explorado.

Escolaridade dos pais e renda familiar

Os dados sobre escolaridade do pai/mãe e renda apresentam diferenças significativas para os dois grupos. Entre os estudantes não cotistas, pais com ensino superior completo favorece-os em todos os cursos aqui analisados. Do total, 52% possui pai com ensino superior completo e 70% tem mãe com o mesmo grau de escolaridade.

Entre os cotistas, predomina pais com ensino médio completo, 36% dos pais e 35% para mães. Nesse grupo, pai/mãe com ensino superior favorece os estudantes de Direito e Medicina. No conjunto desses estudantes, o percentual de pai/mãe com ensino superior completo é de 23% e 34%, respectivamente.

Quanto a renda média familiar, entre os não cotistas, 50% são provenientes de famílias com renda superior a doze salários mínimos sendo que 29% desse percentual possui rendimento acima de quinze salários.

Que as cotas promovessem o ingresso de estudantes provenientes de famílias com rendimentos inferiores aos dos que ingressam pelo modo da ampla concorrência, de certo modo, já era esperado. Apesar da variação dos dados de curso para curso, percebe-se algumas regularidades tais como: para o grupo não cotistas a proporção de estudantes nas faixas de rendimentos familiares com renda maior que 12 (doze) salários mínimos cresce conforme a hierarquia de prestígio do curso aumenta. Entre os cotistas, há concentração de estudantes nas faixas de seis a nove salários mínimos, no conjunto, são 42% cotistas nessa faixa de salários. Não há dados para esse grupo para rendimentos maiores que doze salários.

Apesar dos limites dos dados apresentados aqui, os resultados são sugestivos e mostram que a influência da renda e da escolaridade, especialmente, materna, continua sendo um forte fator de influência social no acesso à universidade, especialmente

nos cursos mais competitivos e de elevado prestígio social. Nesse sentido, compreende-se que apesar das cotas de certo modo modificar a composição desses cursos promovendo o ingresso de estudantes provenientes de famílias com rendimentos e nível de escolaridade menores, é importante mencionar que, de modo específico, nos cursos altamente valorizados socialmente e atrativos para a “elite”, esses estudantes constituem também uma elite social em seu segmento, ainda que seja uma “segunda elite universitária” (VELLOSO, 2006) limite a ser considerado para avaliar o potencial da política de cotas na inclusão de jovens oriundo das camadas populares e a conseqüente “democratização” das universidades públicas.

Percepções sobre satisfação e rendimento no curso

Compreende-se a dimensão da satisfação com o curso um fator importante de influência direta tanto para o bom desempenho dos estudantes como para o possível desejo de desistência do curso, uma vez que não houve satisfação para a realização profissional.

Ao analisar, de modo comparativo, o grau máximo de satisfação apresenta-se mais forte entre os cotistas, como se pode observar na tabela 1. Cinquenta por cento (50%) desses estudantes avaliaram-se “muito satisfeito” com o curso. Entre os não cotistas, a avaliação do mesmo item corresponde à 32%. Para esse grupo, a maior parte, 48%, respondeu apenas “satisfeito”. Ademais, nota-se entre eles um equivalente de 18% que se sente “pouco satisfeito” com o curso. No curso de Medicina, por exemplo, 19% responderam que se sentem “pouco satisfeito” com o curso e 5% consideram-se “insatisfeito”.

Nesse caso, os possíveis motivos apontados pelos estudantes acerca da insatisfação com o curso, refere-se, especificamente, a abuso de poder pelos docentes, método de ensino, grade de conteúdo e alta carga horária, com as incertezas sobre a profissão, estrutura curricular retrógrada e laboratórios precários¹³.

¹³ No questionário, uma pergunta aberta solicitava aos estudantes, em caso de assinalar “pouco satisfeito” e “insatisfeito”, que listassem motivos que o fazem se sentir assim.

Além do quesito satisfação, também se solicitava aos estudantes avaliação e classificação de seu próprio desempenho acadêmico. De modo geral, os dois grupos avaliaram seus rendimentos como “bom”. Quanto à classificação, a maioria dos estudantes - cotista e não cotista - nos cursos investigados posicionaram-se entre os “10% a 30% melhor”. No conjunto, a proporção de estudantes que avaliam seu rendimento “entre os 50% melhor” é maior entre os cotistas, por outro lado, a classificação “entre os 50% ou mais melhor” predomina para os do grupo não cotista. (TABELA 1)

A conclusão de que os cotistas possuem bom desempenho, a partir de diversas pesquisas empíricas como as que foram indicadas aqui, tem contribuído para o reconhecimento e aceitação desses estudantes no ambiente acadêmico que, não raro, têm suas presenças deslegitimadas e são vistos como alguém que “roubou a vaga de um outro aluno mais qualificado”. De todo modo, são dados que vão na direção oposta dos argumentos que previam o comprometimento da qualidade do ensino com o ingresso desses estudantes. O que tem sido demonstrado é que dificuldades de acesso à universidade não significam dificuldades de aprendizagem.

Consequentemente, não se pode deixar de questionar: a *que* ou a *quem* serve o discurso de que a política de cotas fere o princípio meritocrático? Nesta direção, não seria errônea e generalizada a suposição de considerar apenas uma classificação de desempenho no vestibular, como acontece no Brasil, para avaliar “quem” pode estar na universidade? E, mais ainda, considerar que os estudantes que supostamente têm “mérito” com base neste indicador continuem assim após o ingresso na universidade?

Em geral, diferenças de desempenho tendem aparecer quando se relaciona estudantes pelos dois modos de ingresso - cotas e ampla concorrência - não importa o método utilizado. Como bem demonstraram Bowen e Bok (1998), essas medidas continuam a prever o desempenho acadêmico de modo imperfeito e desempenha papel menor ainda na determinação de bons profissionais que contribuirão para o desenvolvimento de seus colegas e da sociedade como um todo.

Relação entre cotistas e não cotistas

Uma das preocupações marcantes no processo de implantação da política de cotas nos processos seletivos das universidades era com o aumento do conflito, discriminação e segregação para com os estudantes cotistas, dado a condição de ingresso por cotas (com uma nota menor) e o fato deles terem uma condição financeira inferior. Embora apareça como sendo um forte argumento no início do processo de adoção das cotas as pesquisas mostram que tende a perder força a partir da concretização dessa experiência no ambiente acadêmico. (LIMA, et al, 2014).

Neste estudo, os estudantes dos dois grupos avaliaram a relação com os colegas de turma como “boa”. A frequência das categorias “regular”, “difícil” e “penoso” tende a aparecer na medida que o curso se torna mais seletivo. No curso de Engenharia Civil, 72% dos cotistas analisaram a relação como “boa” e 28% assinalou “regular”. Essa avaliação entre os não cotistas corresponde a 53% e 33% para esses itens (“boa” e “regular”)aparece ainda o percentual de 14% que apontou a relação como sendo “difícil”. Em Medicina, curso considerado de maior prestígio, 76% dos estudantes cotistas responderam “boa”, 19% “regular” e 5% caracterizaram como “difícil”. Entre os não cotistas, essa avaliação corresponde a 45%, 31% e 24%, respectivamente.

Tabela 1 - Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes cotistas e não cotistas na UFC

Variável	Cotista (%)	Não cotista (%)
Sexo		
Masculino	54	50
Feminino	46	50
Idade		
Até 24 anos	72	87
25 a 29 anos	9	9
30 a 34 anos	6	3
35 a 39 anos	11	1
40 anos ou mais	2	0
Ensino fundamental		
Integralmente em escola pública	22	9
Maior parte em escola pública	18	11

Integralmente em escola particular	35	63		
Maior parte em escola particular	25	17		
Ensino Médio				
Integralmente em escola pública	100	4		
Maior parte em escola pública	0	5		
Integralmente em escola particular	0	83		
Maior parte em escola particular	0	8		
Tipo de escola pública				
Militar federal	14	3		
Militar estadual	12	0		
Técnica federal	34	1		
Profissionalizante	22	0,5		
Não profissionalizante	18	0		
Nível de escolaridade dos pais	Pai	Mãe	Pai	Mãe
Ensino Fundamental incompleto	5	4	1	0
Ensino Fundamental completo	15	13	10	6
Ensino Médio incompleto	10	5	8	3
Ensino Médio completo	36	35	19	14
Ensino Superior incompleto	10	9	10	7
Ensino Superior completo	23	34	52	70
Renda familiar dos estudantes				
Até 1 SM	2	0		
De 1 a 3 SM	14	2		
De 3 a 6 SM	28	9		
De 6 a 9 SM	42	20		
De 9 a 12 SM	14	19		
De 12 a 15 SM	0	21		
Mais de 15 SM	0	29		
Trabalho				
Estudantes que trabalham e estudam	11	5		
Satisfação com o curso				
Muito satisfeito	50	32		
Satisfeito	44	48		
Pouco satisfeito	5	18		
Insatisfeito	1	2		
Rendimento no curso				
Muito bom	36	33		
Bom	57	54		
Regular	6	12		
Insuficiente	1	1		
Classificação do rendimento				
Entre os 10% melhor	9	10		
Entre os 10% a 30% melhor	42	43		
Entre os 50% melhor	30	27		

Entre os 50% ou mais melhor	18	20
Relacionamento com os estudantes		
Bom	74	61
Regular	23	25
Difícil	3	12
Penoso	0	2

Fonte: Nascimento (2016).

Considerações finais

Neste artigo, buscou-se descrever o perfil dos estudantes aprovados nos dois modos de ingresso na UFC - com cotas e ampla concorrência - com o objetivo de compreender de que maneira os estudantes que ingressam via cotas se diferenciam daqueles que entram no modo universal. Considerou-se idade, sexo, origem social e cultural (renda familiar, escolaridade dos pais) bem como percepções acerca da satisfação com o curso, rendimento acadêmico e relação com os demais colegas. Assim, enumera-se abaixo os principais achados acerca dos cotistas e não cotistas pesquisados:

1. No conjunto dos estudantes, a variação entre os sexos é pouca significativa entre os dois grupos;

2. Há predomínio de estudantes jovens na faixa etária de até 24 anos. Entre os cotistas, verifica-se o percentual de 11% na faixa etária de 35 a 39 anos, geralmente, são estudantes que retornam à universidade para a segunda graduação;

3. Quanto à realização do ensino fundamental, sobressai entre os dois grupos de estudantes o estudo de modo integral em escolas particulares;

4. No ensino médio, a maior proporção de cotistas é proveniente do Instituto Federal de Educação do Ceará (IFCE), seguida das escolas profissionalizante e não profissionalizante. Entre os não cotistas, 83% cursaram integralmente o nível médio em escolas particulares;

5. No que se refere à origem social, para os cotistas predominam famílias com rendimento na faixa de seis a nove salários mensais. Entre os não cotistas, a maior proporção, 29%, encontra-se na faixa de ganhos superior a quinze salários mínimos;

6. O nível de escolaridade superior favorece os pais do grupo não cotista enquanto que o ensino médio sobressai para os cotistas. Verificou-se, que principalmente, nos cursos de elevado prestígio as cotas têm assegurado o ingresso de estudantes oriundos de famílias de renda e níveis de escolaridade menores ainda que seja de alcance limitado;

7. O grau de satisfação com curso é mais elevado entre os estudantes cotistas tanto nos cursos de maior prestígio como nos de menor;

8. Em relação ao rendimento no curso, a avaliação dos cotistas é muito similar à dos não cotistas, não tendo sido encontrados dados que mostram diferenças de aproveitamento entre esses estudantes ou que indique baixo desempenho dos cotistas;

9. Para os dois grupos de estudantes o relacionamento com os colegas de turma é considerado “bom”. Dado que surpreende, uma vez que conflitos foram previstos com o ingresso dos cotistas, dadas suas condições de ingresso e de origem social.

Referências bibliográficas

BEZERRA, Tereza O. C., GURGEL, Cláudio. *A política pública de cotas em universidades, desempenho acadêmico e inclusão social*. SBIJ, n. 9, p. 1-10, 2011.

BEZERRA, Tereza Olinda Caminha. *A política de cotas em universidades e inclusão social: desempenho de alunos cotistas e sua aceitação no grupo acadêmico*. 2011. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de la Empresa, Montevidéu, 2011

BOWEN, W.; BOK, D. *The shape of the river: long-term consequences of considering race in college and university admissions*. Princeton University Press, Princeton, 1998.

CARVALHO, José Jorge de. *Inclusão étnica e racial no Brasil: a questão das cotas no ensino superior*. 1. ed. São Paulo: Attar, 2005

COULON, Alain. *A condição de estudante: a entrada na vida universitária*. Salvador: EDUFBA, 2008

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. *Os Estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

GEMAA. *Levantamento das políticas de ação afirmativas*: as políticas de ação afirmativa nas universidades estaduais. IESP/UERJ, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://gema.iesp.uerj.br/>> Acesso em: 30 de set. 2016.

GOFFMAN, Erving. *Estigma*: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. Ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

LIMA, Marcus Eugênio Oliveira; NEVES, Paulo Sérgio Da Costa; SILVA, Paula Bacellar. *A implantação de cotas na universidade: paternalismo e ameaça à posição dos grupos dominantes*. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 19, n. 56, 2014.

NASCIMENTO, Aparecida do Ó. *A política de cotas na Universidade Federal do Ceará: processo de implementação e cotistas*. Dissertação (mestrado em Sociologia) Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

SANTOS, Jocélio Teles dos. (Org.) *Cotas nas universidades*: análises dos processos de decisão. Salvador: CEAO, 2012.

_____. *O impacto das cotas nas universidades brasileiras (2004-2012)*. Salvador: CEAO, 2013.

QUEIROZ, Delcele Mascarenhas; SANTOS, Jocélio Teles dos;. Sistema de cotas: um debate. Dos dados à manutenção de privilégios e de poder. *Educação e Sociedade*, v.27, n.96, Campinas, p. 717-737, 2006.

VELLOSO, Jacques. *Curso e concurso*: rendimento na universidade e desempenho em um vestibular com cotas da UnB. NESUB, Brasília, DF, Universidade de Brasília, 2006.

_____. Cotistas e não-cotistas: rendimento de alunos da universidade de Brasília. *Cadernos de Pesquisa*, v. 39, n. 137, maio/ago. p. 30-55, 2009.

Por que ser licenciado em Ciências Sociais? Um estudo sobre os significados da escolha profissional¹

Patrícia Silva Xavier

Introdução

O debate sobre a licenciatura em Sociologia deve ganhar mais destaque no Brasil, sobretudo neste momento que o país está passando. A Sociologia como disciplina sofreu vários processos de intermitências. Por várias vezes ela foi retirada do currículo escolar. Podemos perceber que ela não teve uma trajetória linear, pois não apresentou uma tradição de ensino como há em outras disciplinas consolidadas há bastante tempo, como Matemática e Português.

A partir da lei Nacional nº 11684/08, o conhecimento sociológico ganhou destaque no Ensino Médio, pois a disciplina passa a ser obrigatória nas três séries. Qual seria o papel da Sociologia no Ensino Médio? “Ela pode fazer compreender o preconceito contra as minorias sociais (mulheres, negros, analfabetos, homoafetivos, indígenas, imigrantes, deficientes)” (ALMEIDA, 2007), e desse modo sua principal função é desenvolver o lado crítico dos alunos, para refletir sobre a realidade social, não tomando a realidade como dada ou natural, e entendendo a realidade em que você está inserido, para além do que está imposto, desnaturalizando o natural.

Nesse sentido, esse artigo visa contribuir para uma discussão sobre a disciplina de Sociologia e os motivos que levaram a estudantes do curso de Ciências Sociais se formarem em Licenciatura antes da obrigatoriedade (2008). O trabalho configura-se numa análise das abordagens dos discursos dos egressos, se utilizando de técnicas de pesquisa qualitativa. A escolha por esse tipo de pes-

¹ O presente texto foi produzido a partir de resultados da minha pesquisa para minha dissertação desenvolvida entre 2014 a 2016.

quisa foi por corresponder ao estudo de significados, motivos, aspirações e atitudes sobre algo. Segundo Michel (2009) a pesquisa qualitativa é uma espécie de interpretação dos fenômenos à luz do contexto, do tempo, dos fatos. O ambiente da vida real é a fonte direta da obtenção dos dados.

A pesquisa ocorreu durante 2014 até o final de 2015 e o espaço pesquisado foi o curso de Ciências Sociais na UFC. Procurei egressos do curso de 2002 a 2008 para saber o que os motivavam a escolher a licenciatura mesmo sem um mercado garantido, pois antes da Lei Nacional nº 11684/08 ficava a cargo de a escola ministrar ou não a disciplina e quem era encarregado de ensiná-la.

Durante o período de 2002 a 2008, o número total de alunos formados na Licenciatura são 55 alunos, já o número de bacharéis supera, passando para 143 alunos. Percebemos uma disparidade entre o número de licenciados e bacharéis - seria essa uma consequência dessa intermitência? É o que trataremos nesse artigo.

Um breve histórico das Ciências Sociais na UFC

Em 1968, surge o curso de Ciências Sociais na Universidade Federal do Ceará primeiramente como licenciatura, formando a primeira turma em meados nos anos 1970.

O curso passou por várias reformas curriculares, a primeira no ano de 1985, quando visava reforçar o eixo teórico-metodológico e a formação generalista, sem extinção de formar bacharéis e licenciados. A segunda reforma curricular ocorreu em 1995, com a implantação de um currículo novo. Dentre as alterações feitas, as de maior destaque foram: a) a modalidade bacharelado passou a ser obrigatória para todos os alunos como pré-requisito para cursar a licenciatura; b) foi implantado um “sistema misto de integralização curricular”, onde os dois primeiros anos do curso eram realizados em regime seriado, com disciplinas anuais e matrícula obrigatória, e o restante em regime semestral.

Com a obrigatoriedade do bacharelado, a modalidade de licenciatura fica em segundo plano, que fica a critério do aluno optar por cursar ou não. Essa medida mostra um quadro específico daquele período em que o número de alunos que se formavam anual-

mente no curso de Ciências Sociais era em média 16,7 alunos, dentre esses somente 3,4 eram formados na licenciatura².

Durante o período de 2002 a 2008, podemos perceber através dos relatos dos entrevistados e da análise da lista de concluintes desse momento um maior número de alunos formados no bacharelado, e isso se deve principalmente a reforma de 1995 do currículo que priorizava o bacharelado à licenciatura.

Uma nova reforma aconteceu em 2006, na qual houve a separação entre as duas modalidades, o que permitiu ao próprio aluno optar por qual modalidade desejava seguir. Nesse novo currículo o aluno de licenciatura tinha a mesma formação do de bacharelado. No momento de sua criação já se esperava por parte da instituição que fosse aprovado a lei que tornava obrigatório o ensino de Sociologia e Filosofia no Ensino Médio.

O Projeto Político Pedagógico (PPP) do Curso Ciências Sociais da UFC - modalidade licenciatura - foi elaborado no início do ano 2000 a partir de discussões fomentadas pelo “I Seminário Projeto Pedagógico: Socialização de Percursos”, realizado pela Pró-Reitoria de Graduação e, posteriormente, com a criação do Fórum de Coordenadores e do Fórum das Licenciaturas (hoje extinto). Atualmente, o mesmo projeto encontra-se em vigência no curso desde 2006.

Nos dias atuais, a graduação em Ciências Sociais da UFC encontra-se sob a responsabilidade do Departamento de Ciências Sociais - DCS, Centro de Humanidades - Área 3, no campus Benfica, que oferece a graduação nas modalidades bacharelado e licenciatura nos horários diurno e noturno. O curso diurno possui uma duração mínima de 4 (quatro) anos, e o noturno de 5 (cinco) anos para o bacharelado e 6(seis) anos para a licenciatura.

A forma de ingresso é por meio do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), que oferta 100 (cem) novas vagas distribuídas igualmente entre o curso diurno e o noturno (50 vagas cada).

² Dados obtidos através da relação de concluintes por centro/faculdade na ordenação do curso de Ciências Sociais / 2002 a 2008.

Ser ou não ser um licenciado?

Essa escolha não é nada fácil, sobretudo em nossa sociedade sem investimentos na educação, valorização no papel do professor e reconhecimento profissional. Se pensarmos no tempo anterior à obrigatoriedade é quase difícil achar quem opte pela licenciatura –esse fato foi encontrado através do desenvolvimento da pesquisa para a minha dissertação.

Segundo a pesquisa, cerca de 55 alunos se tornaram licenciados em Ciências Sociais na UFC entre 2002 a 2008, enquanto que bacharéis foram 143. Este número considerado baixo é resultado de muitos agravantes. Uma das razões seria a reforma no currículo de 1994 que torna obrigatório o bacharelado no curso, outro motivo é a falta de motivação pelo corpo docente do aluno sair como licenciado.

As entrevistas³ realizadas com 13 egressos do curso formados na licenciatura revela suas principais escolhas para a obtenção do título. A primeira seria não perder o vínculo com a universidade enquanto se esperava uma nova seleção para o Mestrado, a segunda razão seria sair com uma formação completa para ampliar as possibilidades de conseguir um emprego depois de formado. O último motivo seria tentar concurso para professor do Estado que já ocorria mesmo antes da obrigatoriedade da disciplina, pois no Estado do Ceará a disciplina Sociologia já se fazia presente nas escolas antes mesmo de 2008. De uma forma geral, o sentido de cursar a licenciatura era movido por ampliar os rumos de oportunidades profissionais, uma segunda opção caso o bacharelado não proporcionar o retorno pretendido.

Para compreender os sentidos da ação de cada sujeito é necessário que o pesquisador entenda o ponto de vista e se coloque no papel do outro, dessa forma a verdadeira intenção será percebida (HAGUETTE, 2010).

O mercado para licenciado naquele período não estava consolidado, pois a Sociologia era presente, porém não havia sido legitimada⁴. Neste caso ficava a critério da escola ter ou não, e os

³ Entrevistas semiestruturadas realizadas em 2014 e 2015 com os interlocutores da minha pesquisa.

⁴ A disciplina só passa a ser obrigatória em todo o país a partir de 2008.

concursos não eram frequentes. Sendo assim, os alunos começavam a ver a pós-graduação como um futuro certo a seguir, e também porque naquele momento se tinha um mercado em expansão que eram as faculdades particulares, outra possibilidade para que esses alunos entrassem no mercado de trabalho, fazendo os egressos optarem menos pela licenciatura.

Ao analisar as motivações, percebemos que a escolha pela licenciatura não partia do desejo de estudar para possuir uma formação docente que pudesse vir a contribuir na sua prática pedagógica no Ensino Superior. O que notamos é que o objetivo era não se distanciar da instituição. Revela-se, assim, uma realidade em que a licenciatura não é atrativa para essas pessoas, pois não querem lecionar na escola, intuito principal de quem se forma nessa modalidade.

O segundo ponto presente nos discursos dos entrevistados, que seria a razão que os levaram para a Licenciatura, se remete a busca de uma formação completa, saindo do curso com o certificado das duas modalidades. Havia assim um anseio por um aprendizado que possibilitasse a construção de uma carreira profissional com amplo arcabouço teórico a fim de realizar uma análise com grande profundidade dos fenômenos sociais e, ao mesmo tempo, obter uma instrução ligada à área da docência, resultado de uma preocupação de associar o conhecimento do pesquisador à formação de professor, para possibilitar um leque de oportunidades no momento da busca por emprego.

Considerações finais

A Sociologia se torna um instrumento essencial para refletir de forma crítica a realidade complexa em que estamos inseridos. Não é só responsável por desenvolver a criticidade nos alunos, mas estimular a sociedade em geral a observar os acontecimentos da realidade e analisá-los como fenômenos presentes nas vivências do cotidiano. Construir visões acerca do mundo, despertar a criticidade diante do que nos é passado através dos meios de comunicação, com a finalidade de fazer ver além das aparências cotidianas, somente assim a Sociologia pode contribuir para formar pessoas mais atuantes na sociedade.

Para concluir este breve panorama a respeito da disciplina de Sociologia e do ser ou não licenciado, ressaltamos que há uma longa caminhada de luta a ser realizada. No presente momento há muita incerteza se essa obrigatoriedade conquistada prevalecerá. A Sociologia é ameaçada e bombardeada por uma sociedade em que o domínio crítico não é algo primordial. Ser professor da educação básica também não é fácil, pois o trabalho do professor não é visto como essencial: não se dá a devida importância a esse profissional responsável pelas formações dos estudantes que irão desempenhar outras profissões.

Ser professor de Sociologia no Ensino Básico não era uma profissão ansiada desde o ingresso no curso de Ciências Sociais, e acabou para alguns desses egressos entrevistados na pesquisa como sendo uma ação gerada pelas circunstâncias, muitas vezes essa escolha se baseou no surgimento de concursos públicos para professores do Estado do Ceará na área de Sociologia, já que no Estado a mesma era vista como disciplina optativa nas escolas antes da lei da obrigatoriedade. O magistério superior é visto como algo idealizado uma profissão privilegiada entre os diversos caminhos profissionais a serem seguidos. As justificativas encontradas em seus relatos se constituem no fato de esta profissão ser mais bem remunerada, sobretudo, nas Universidades Federais, melhor ambiente de trabalho no que diz respeito a estrutura física, equipamentos e, principalmente, com condições favoráveis para se dedicar a pesquisa e a aprendizagem contínua.

Entender os sentidos atribuídos a não escolha pela docência da Sociologia pelos próprios egressos - que são o objeto de estudo dessa pesquisa - demandou o esforço de pensar sobre as antigas e atuais condições de realização do trabalho de professor no Ensino Médio, que são marcadas por deficiências e incongruências.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, A. C. *A cabeça do brasileiro*. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- ALMEIDA, F. R. F. de. *Tornar-se professor de Sociologia no Ensino Médio: identidades em construção*. Mestrado em Sociologia - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

BRASIL. *Dispõe sobre o exercício da profissão de Sociólogo e dá outras providências*. Lei n^o 6.888, de 10 de dezembro de 1980. Brasília, DF, 1980.

_____. *Guia de livros didáticos*: PNLD 2012: Sociologia. Brasília, DF, 2011.

_____. Ministério da Educação. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei n^o 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996.

_____. Ministério da Educação. *Lei 11.684, de 2 de junho de 2008*. Altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n^o 9.394 de 1996. Brasília, DF, 2008.

CASSIANO, C. Poder de influência. *Revista Educação*. Disponível em: <<http://revistaeducacao.com.br/textos/112/artigo233987-1.asp>> Acesso 13 jun.2016.

CENSO Escolar INEP 2013. *Banco de dados (Microdados)*. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-levantamentos-acessar>>. Acesso em: 06 mai. 2014.

GONÇALVES, D. N; LIMA FILHO, I. P. Aprendendo pela pesquisa e pelo ensino: O PIBID no processo formativo das Licenciaturas em Ciências Sociais. *Revista Brasileira de Sociologia*. Sergipe, Vol.02, n.3, p.81-100, jan /jun. 2014.

HAGUETTE, T. M. F (Org.). *Memória das Ciências Sociais na UFC: um exercício de análise institucional*.Fortaleza: Edições UFC, 1991.

HAGUETTE, T. M. F. *Metodologias Qualitativas na Sociologia*. Petrópolis: Editora Vozes. 12^a edição. 2010.

HANDFAS, A. *Formação de professores de Sociologia: reflexões sobre diferentes modelos formativos*. In: _____; OLIVEIRA, Luiz. F. de. (Orgs). *A Sociologia vai à escola: história, ensino e docência*. Rio de Janeiro: Quartet Faperj, 2009.

HANDFAS, A. *Formação dos professores de sociologia: um debate em aberto*. In: HANDFAS, Anita; MAÇAIRA, Julia P. (Orgs.). *Dilemas e perspectivas da sociologia na educação básica*. Rio de Janeiro: E-papers, 2012.

LAHIRE, B. *Viver e interpretar o mundo social: Para que serve o Ensino da Sociologia?* In: GONÇALVEZ, D. N. (Org.). *Sociologia e Juventude*

no Ensino Médio: formação, PIBID e outras experiências. Campinas: Pontes, 2013.

MACIEL, L. S. B. *A formação do professor pela pesquisa: ações e reflexões*. In: MACIEL, Lizete S B. NETO, Alexandre S. (Orgs). *Formação de professores: passado, presente e futuro*. São Paulo: Cortez, 2004.

MARTINS, R; SOUSA, D. T. *Ensino de Sociologia e as intermitências curriculares: o debate clássico e contemporâneo no âmbito da intervenção social*. In: GONÇALVES, Danyelle N. (Org.). *Sociologia e Juventude no Ensino Médio: Formação, PIBID e outras experiências*. Campinas: Pontes, 2013.

MICHEL, M. H. *Metodologia e Pesquisa em Ciências Sociais: um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos*. São Paulo: editora Atlas. 2ª Edição. 2009.

SCHUTZ, A. *Agindo no mundo da vida*. In: WAGNER, Helmut T R. (Org). *Sobre a fenomenologia e relações sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. *Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Sociais*. Fortaleza, 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. *Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Sociais*. Fortaleza, 1994.

Eleições na “terra onde os pássaros cantam”: quando o voto é liberado

Carlos Antonio Ferreira Nogueira

Introdução

Durante os momentos iniciais de uma campanha eleitoral, deparei-me algumas vezes com o uso de uma expressão referente ao fato de alguém ter sido “liberado para votar”. O termo era usado no contexto das chamadas eleições gerais, em que a população eleitora elege os/as ocupantes para os cargos de deputado/a federal e estadual, senador/a, governador/a e presidente/a da República.

A expressão foi analisada no município de Aracoiaba, a cerca de setenta quilômetros de Fortaleza (CE). O nome significa, conforme amplamente é divulgado, “lugar onde os pássaros cantam” e sua população, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é estimada em pouco mais de vinte e seis mil habitantes, tendo algo mais de vinte um mil e seiscentos eleitores aptos a votar. O Índice de Desenvolvimento Humano do Município (IDH-M 2010) é de 0,615, aspecto que coloca a cidade entre o grupo classificado como médio (IBGE, 2014; BRASIL, 2014).

De maneira sintética é possível afirmar que o município vem, desde o período da redemocratização, dividido entre dois grupos políticos que se alternam na administração pública, apresentando uma tendência à renovação dos grupos, decorrente da inserção de novos agentes sociais no campo político. Além disso, as relações políticas são frequentemente pessoais (embora não sejam assim definidas pelas pessoas, em geral) de modo que costumemente costumam estar associadas a “ajudas” e “favores” que forjam vínculos e dívidas políticas e morais retribuídas com voto.

O termo chamou-me atenção em conversas, quando alguém afirmava que certo político havia sido “liberado para votar” por alguma liderança local. De início, não lhe dei a importância devida,

pois pensava tratar-se de uma definição corriqueira dada por alguém de forma isolada. Posteriormente, percebi que a mesma era frequentemente utilizada. Passei a observar de maneira mais atenta seus usos de acordo com cada contexto, esperando por ocasiões em que ela pudesse ocorrer.

A importância maior dada a tal categoria veio após a publicação de uma informação no perfil da página de relacionamentos Facebook pertencente ao vereador Marcos Santos¹. Este usava exatamente a expressão: “liberado para votar” para afirmar que seu líder o liberou para apoiar o candidato a deputado que quisesse. Nesse momento passei a me dedicar a analisar de forma atenta essa categoria nativa.

Em outro momento essa categoria apareceu de forma curiosa, quando foi utilizada por um rapaz que mantinha colados adesivos de dois candidatos (cada um apoiado localmente por políticos que se opunham) no para-brisas de seu carro. Quando alguém, que certamente conhecia o grupo ao qual o motorista pertencia, fez-lhe a seguinte indagação, apontando para um dos adesivos: “Mas esse aqui não é o candidato do Gilberto Cordeiro²?”, a resposta dada foi: “Não, mas ela [Jéssica Monteiro] liberou!”. Foi aí que pude perceber que a categoria “liberado para votar” não ocorria somente entre políticos e lideranças, mas permeava a política como um todo. Este aspecto se tornou ainda mais evidente quando um homem chegou a me contar que o líder político do grupo ao qual ele pertencia pediu voto somente para um de seus candidatos a deputado federal, *liberando-o* para votar em quem quisesse (esse homem falou que já fora “ajudado” por tal político).

A liberação, no modo como tenho identificado, acontece no chamado “tempo da política”. De maneira geral, o político indica para o eleitor um ou dois candidatos específicos em quem se deve votar

¹ Tanto este nome como os que virão são todos nomes fictícios utilizados com o objetivo de preservar o anonimato. Ainda que as informações coletadas fossem todas públicas, que as pessoas envolvidas na análise se tratassem de agentes públicos e que as práticas não estejam sendo julgadas, senão descritas buscando percepções acerca delas, optou-se por manter o anonimato daqueles que estavam sendo analisados.

² O prefeito Cordeiro não apoiava os mesmos candidatos que a ex-prefeita Jéssica Moreira (até então, aliada de Cordeiro) apoiava.

(para os cargos de deputado federal e estadual, frequentemente), “liberando-o” para votar nos demais cargos conforme as preferências deste. Não por acaso, observei na cidade maior intensificação e acirramento justamente nas campanhas para os cargos de deputado federal e deputado estadual - a quantidade de carros de som e a intensidade na divulgação de campanhas evidenciavam isso. É preciso lembrar que essa “liberação” também pode ocorrer entre um grupo de políticos e não somente na relação político-eleitor.

Sobre a expressão *tempo da política* mencionada acima, Palmeira (2002) comenta que de início ele achou tratar-se da manifestação de um “regionalismo”, algo próprio da população camponesa do Nordeste - local da pesquisa dele. Mas descartou tal possibilidade, uma vez que semelhante associação fora também encontrada por Beatriz Heredia (2006), no Rio Grande do Sul. Essa categoria também está presente em Aracoiaba, com significado bastante próximo ao encontrado por Palmeira e Heredia (2006). Ou seja, “tempo da política” também é categoria usada entre habitantes do município analisado, assim como “política” e “época da política” também o são, e surgem como equivalentes àquela primeira expressão.

Para esta pesquisa foram realizadas entrevistas e conversas com políticos e eleitores. A minha vivência no município, durante e depois das campanhas eleitorais de 2014, me permitiu estar em contato bastante próximo com os eleitores que frequentemente conversavam sobre o que ocorria na cidade no “tempo da política”, foi nesse contexto de proximidade que a categoria “liberado para votar” passou a ser questionada, na busca de uma compreensão ampla de seus significados mediante os contextos sociais em que a expressão era utilizada, a partir das percepções daqueles que a mencionavam. Assim, procurei analisar acerca de aspectos presentes durante processos eleitorais, adentrando especificamente na categoria supracitada, uma vez que ela é utilizada para classificar relações que ocorrem nesse período.

Quando políticos são liberados

A “liberação do voto” pode se dar entre políticos, mas também na relação entre políticos e eleitores. Neste primeiro momento,

procurarei mostrar aspectos de como essa liberação entre políticos pode ocorrer, citando ainda, contextos em que esta expressão ocorre. Posteriormente, será a liberação, no âmbito da relação político-eleitor, que será analisada. Início citando uma postagem de um vereador da cidade, na página de relacionamento Facebook, onde o mesmo declara apoio à candidatura ao cargo de deputado estadual e federal e afirma ter sido liberado pelo líder do grupo político ao qual pertence. Nos parágrafos seguintes, será feita a análise deste trecho:

Aracoiabenses, Dirijo-me a todos vocês, a quem devo meu pleito (sic) como Vereador, para esclarecer que não rompi com meu grupo político. Continuo sendo do grupo de João Torres, ele sempre terá meu apoio. Antes de firmar meu apoio ao Deputado Estadual Alberto e seu Deputado Federal Joaquim, conversei com Dr. João que sem problemas me liberou. [...]

O meu apoio a outros Deputados diferentes dos seus, não significa divisão do grupo, a vitória eleitoral destes candidatos a quem hoje darei meu apoio, só fortalecerá o grupo. Serão representantes de nosso povo, que lutarão pelo interesse dos Aracoiabenses, estarão vindo para somar e não dividir. PORQUE APOIO ALBERTO PEREIRA E JOAQUIM RAMOS? Meu apoio ao Deputado Alberto vem desde a sua 1º eleição para deputado, que depois de eleito não abandonou o povo de Aracoiaba. Nestes 4 anos de mandato sempre esteve presente. Através dele consegui duas Emendas Parlamentares.

[...]

Portanto, que fique claro, que meu apoio a esses dois Deputados não é financeiro e sim o compromisso social que os dois prometem realizar em nossas comunidades.

Agradece,

VEREADOR MARCOS

(Texto publicado pelo perfil do Vereador Marcos na página de relacionamentos Facebook, no dia 23 de Agosto de 2014 - Grifo meu)

A liberação do voto realizada pelos líderes em relação aos políticos que pertencem a seu grupo pareceu-me, nos momentos iniciais, associada a uma ação que pudesse estar centrada exclusivamente no grupo ao qual o “liberado” pertence, no âmbito local, quando na verdade, tal liberação também pode está associada a uma rede de contatos externos à cidade. Ou seja, as razões da liberação podem estar associadas às relações que o/a político/a desenvolve

não só dentro como fora do município em que ele/a atua. Antes de me deter sobre a questão do “liberado para votar” eu imaginava que políticos/as eram “livres” o bastante para apoiarem os candidatos a deputados que bem entendessem sem quaisquer problemas com o grupo a que se pertence localmente - uma vez que se trata não das eleições municipais, mas das eleições gerais. A análise de conversas e entrevistas me mostrou que não se tratava exatamente disso.

Inicialmente, no texto do vereador chama atenção a necessidade de esclarecimento pelo fato dele não estar apoiando os candidatos de seu grupo, como se quisessem evitar qualquer mal entendido ou confusão, já que a atitude esperada às expectativas locais seria o vereador apoiar os candidatos de seu grupo. O vereador tenta acabar com qualquer rumor reafirmando seu pertencimento: “Aracoiabenses, Dirijo-me a todos vocês, a quem devo meu pleito (*sic*) como Vereador, para *esclarecer* que não rompi com meu grupo político. Continuo sendo do grupo de João, ele sempre terá meu apoio” (Grifo meu).

Num contexto social onde o voto, semelhante à descrição realizada por Heredia e Palmeira (2006), tem características de adesão a um grupo - e aqui podemos estender isso também ao apoio político, sem comprometer severamente a análise empreendida pelos dois pesquisadores - a atitude do vereador tenta trazer uma justificativa daquele que não vota nos candidatos do grupo, mas busca manter o pertencimento a este.

Também é interessante observar o tom de discurso ao público que a postagem confere, em especial pelo adjetivo gentílico “Aracoiabenses”, ao mesmo tempo generalizante, mas também direto, por atingir aqueles que se identificam como tal. Após isso, a frase: “dirijo-me a todos vocês, a quem devo meu pleito (*sic*) como vereador” parece inclusive justificar a publicação da mensagem e a intenção de findar qualquer mal-entendido. O trecho também traz consigo ares de “democrático” e de “transparência”, afinal, reforça a noção de que seu mandato de vereador pertence ao povo, que o elegeu, e que, portanto, lhe deve atenção dirigindo-se não só aos seus eleitores, mas aos aracoiabenses de modo geral.

Ao fim, ele conclui de uma maneira enfática afirmando que não rompeu com *oseu grupo* [neste caso, o grupo dele] e que não

só continua pertencendo ao grupo político de Doutor João Torres, como também afirma que este sempre terá o seu apoio. O trecho demonstra a preocupação em associar sua pessoa àquele grupo, mostrando sua adesão, seu pertencimento ao grupo - novamente é possível fazer referência à noção de voto como adesão, explorado por Heredia e Palmeira (2006).

A publicação na página do perfil do candidato e a conversa que tive com ele posteriormente apontam exatamente para um aspecto em que o apoio que é dado se dá sob a circunstância de um conjunto de vínculos, numa espécie de rede de dons e contra-dons - rede de reciprocidades (FICK, 2006), de dívidas morais, políticas etc - envolvendo o vereador e o candidato por ele apoiado, além de retribuições em torno de apoios dados e recebidos, conforme se observa no trecho a seguir: “Meu apoio ao Deputado Alberto vem desde a sua 1º eleição para deputado, que depois de eleito não abandonou o povo de Aracoiaba. Nestes 4 anos de mandato sempre esteve presente. Através dele consegui duas Emendas Parlamentares”.

No segundo trecho é quando ele começa sua explicação sobre o fato de estar apoiando distintos candidatos de seu grupo. Em um primeiro momento ele afirma que o seu apoio a deputados diferentes dos apoiados por Doutor João, “não significa divisão do grupo, [pois] a vitória eleitoral destes candidatos a quem hoje darei meu apoio, só fortalecerá o grupo”. Nesse momento sua preocupação se volta para o grupo ao qual pertence, com um tom de justificativa, como que negando a possibilidade de que o mesmo se prejudique, se esfale ou não permaneça unido em decorrência de sua atitude. Ele passa a afirmar exatamente o contrário do que se poderia imaginar, que ter um grupo em que as pessoas apoiam candidatos diferentes vem, na verdade, a fortalecer esse mesmo grupo, pois supostamente valoriza a população que poderá ter mais políticos no parlamento estadual ou na Câmara dos Deputados aliados dos interesses locais.

Também esse quadro expõe que, uma vez eleitos, os deputados “serão representantes de nosso povo, que lutarão pelo interesse dos Aracoiabenses, estarão vindo para somar e não dividir”. Novamente a associação a uma dimensão democrática aparece, desta vez como justificativa do ato, afirmando que seus candidatos represen-

tarão o povo aracoiabense lutando pelos interesses deste. Finaliza tentando mostrar que o ato de apoio vem para “somar” - na conversa que tivemos, o vereador se utilizou dessas mesmas justificativas, afirmando que o apoio a candidatos diferentes dentro de um mesmo grupo beneficia a cidade, que passa a ter mais políticos com quem contar na Câmara dos Deputados ou na Assembleia Legislativa.

Também são expostos os motivos que o fazem apoiar um dos candidatos: “Meu apoio ao Deputado Alberto vem desde a sua 1^o eleição para deputado, que depois de eleito não abandonou o povo de Aracoiaba. Nestes 4 anos de mandato sempre esteve presente. Através dele consegui duas Emendas Parlamentares”. Na entrevista dada ele explica isso de maneira mais clara: afirma que o candidato o procurou (à época Marcos não era vereador. Era candidato, porém perdeu) pedindo apoio político para a divulgação de sua candidatura. Marcos me informou que recebeu dinheiro apenas para a manutenção de material de campanha, do carro e para o pagamento de “ativistas”. Anos depois ele se candidatou novamente, foi eleito e enquanto vereador afirmou ter conseguido, por intermédio do deputado estadual, duas emendas parlamentares.

É exatamente em razão dessa dívida de reciprocidade, uma troca de apoio, que Marcos justifica sua posição a favor dos deputados, bem como a sua liberação por parte de seu líder político (que segundo o vereador, agiu com “bom-senso” e em reconhecimento de uma “dívida” que deveria ser “paga”). Indaguei-o se caso o Doutor João não o “liberasse”, ele passaria a apoiar os candidatos deste, e a resposta dada foi que “talvez só [deixaria de apoiar] o Joaquim”. Curiosamente, ele não justifica o apoio deste candidato a deputado federal, que fez “dobradinha³” com Alberto (de quem ele obteve as tais emendas parlamentares) na cidade. Além disso, Marcos também afirmou que a atitude do líder (de “liberá-lo”) teria causado desagrado e conflitos entre os demais membros do grupo, pois alguns também queriam estar “liberados”.

O vereador conclui afirmando que apoio dado se manifesta enquanto um “acordo político”. E opta esta forma de apoio aos

³ A categoria “dobradinha” é utilizada para caracterizar a divulgação de campanhas conjuntas (em materiais ou em atos públicos) de um candidato a deputado estadual e federal, em uma mesma localidade ou região. Assim, ocorre uma du-

“apoios financeiros” (mediados por dinheiro). Ele parece aqui querer imprimir um caráter de honra⁴ em seus atos, tentando afastar de si qualquer tentativa de associação ao mundo ou submundo político da corrupção.

Vale salientar que os ativistas a que Marcos se refere são pessoas pagas para promover e “animar” campanhas eleitorais utilizando, em geral, blusas, bonés, adesivos e bandeiras com o nome e o número do candidato. A prática tem sido cada vez mais comum conforme mostra Gonçalves (2012), que analisou o “ativismo” entre jovens.

Quando eleitores são liberados

A liberação do voto, envolvendo a relação político-eleitor, acontece no chamado “tempo da política”, quando, de maneira geral, o político indica aos eleitores um ou dois candidatos específicos para o cargo de deputado federal e/ou estadual, em quem se deve votar, “liberando” esse eleitor para votar nos candidatos que quiser para demais cargos.

O elemento principal que leva um eleitor a ser liberado para votar em certos cargos parece estar associado a possíveis dívidas envolvendo “favores” e “ajudas”, compromissos que implicam em reciprocidade e que, portanto, devem ser “pagas”. O político libera apenas para votar nos cargos em que ele não indicou, obviamente. O vínculo do eleitor com o político possibilita compreender essa “liberação”, uma vez que ela está associada a “favores” e “ajudas” que geram um compromisso de reciprocidade para com o eleitor.

O Político que indica tais candidatos também está envolvido em uma rede de reciprocidade com outros políticos, em geral, é essa dívida política a ser paga que o leva a apoiar uma candidatura específica (indicando candidatos a deputados a pessoas vinculadas a ele) e “liberando” o voto para os cargos onde não possua políticos com os quais ele tenha alguma dívida a ser paga.

É necessário considerar que, em outros termos, o que ocorre é uma “indicação de voto”. Em síntese, nessa “liberação” o político

pla divulgação e um mútuo apoio político para distintos cargos.

⁴ Sobre a dimensão da honra em meio aos políticos e à política, ver Teixeira (1998).

continua indicando em quem o eleitor deve votar e, para os cargos em que aquele não tem interesse em manifestar apoio, ele permite que o próprio eleitor faça a escolha, ou seja, a influência no voto do eleitor ainda permanece. Mas essa dimensão da “indicação do voto” não parece se evidenciar nas falas de políticos ou eleitores, que acabam ressaltando a expressão “liberar para votar”.

Assim, a “liberação” acaba sendo uma “indicação” de voto. Não há liberação totalmente porque o vínculo permanece. Embora a expressão ressalte a ideia de uma liberação isto ocorre como se esta se tratasse de um ato de generosidade política com profundos ares de liberdade e democracia.

O uso da expressão “liberado” chama a atenção por se tratar de um político que indica candidatos para o eleitor e de um eleitor que “ganha” uma “liberdade” para aderir temporariamente a outros candidatos ou grupos – neste sentido, ambos trazem uma dimensão de uma “liberdade assistida ou tutelada”, ainda que as falas e práticas pareçam ou pretendam optar por não assumir essa noção, este aspecto é bastante contraditório e ambíguo, sendo que essa ambiguidade será explorada mais adiante.

Tanto políticos como eleitores usam o termo “liberar voto” e não há dúvidas de que, em se tratando de política, o uso tal expressão é politicamente mais eficaz do que outras que poderiam trazer o significado mais próximo do que, de fato ocorre com essa prática, como “indicar” ou “mandar votar” em alguém. Dito de outra maneira, em termos democráticos, é mais viável considerar que alguém foi “liberado para votar” do que saber que houve uma “indicação de voto”, ou seja, seria difícil para o político afirmar que está “indicando voto” ou “mandando votar” em alguém – assim, é estratégico para o político que se compreenda que o que está ocorrendo é uma “liberação” e não uma “indicação” de voto. É isso que em síntese ocorre, o termo “liberar” acaba por reforçar a dimensão da liberdade (ainda que tutelada), esta que é um valor caro nas democracias modernas.

Compreende-se que é politicamente interessante que na democracia as pessoas estejam e sejam livres e não presas a um político. É nesse sentido que a expressão ganha sua importância e complexidade, porque também dificilmente alguém assumiria estar

dependente de algum candidato a ponto de ter que votar na pessoa que este indica. A liberação, assim, carrega consigo a sutileza e a ambiguidade em que os vínculos políticos são marcados, presentes em falas como: “Rapaz, eu só peço que você vote nesse candidato, que é pra ajudar a gente, aí nos outros [cargos] você vota em quem você quiser”.

A frase que finda o parágrafo anterior sintetiza bem a noção de liberação, conforme aqui procuro analisar e venho apresentando. Ela nos revela o vínculo a um político que orienta o voto em um candidato específico, deixando para o eleitor a escolha apenas para os cargos restantes. Explicita também o pertencimento de políticos a uma rede que provavelmente se estende por um território.

Numa interpretação mais livre poderíamos pensar a “liberação do voto” dos eleitores como sendo outra forma de explicitar os pertencimentos a políticos e a seus grupos, bem como as dádivas. É uma situação contraditória porque parece tratar-se, antes de tudo, de uma liberdade concedida ou tutelada e não de uma liberdade conquistada. É ser “livre” porque alguém concedeu tal “liberdade”.

Pierre Bourdieu (1996), em suas contribuições à teoria da dádiva, adicionando a esta discussão a premissa do tempo necessário entre o dom e o contra-dom, comenta que esse intervalo temporal é crucial para que tanto a dádiva como seu retorno possam parecer dons gratuitos e desinteressados.

No caso da liberação do eleitor, parece ocorrer algo semelhante ao que foi descrito por Bourdieu (1996). Quando acontece o circuito de trocas, seja na relação político-eleitor ou na relação político-político, os atos parecem desinteressados e acabam por ocorrer de modo “naturalizado”.

Este circuito de trocas que busco apresentar aparece na relação de políticos com suas “bases eleitorais”. É em razão de suas bases⁵ que agem os deputados, vinculados aos vereadores. É neste momento que procuro demonstrar como prefeitos e vereadores se vinculam

⁵ Para uma análise mais aprofundada sobre as bases, envolvendo liberação de emendas parlamentares, conferir *Em nome das bases*, de Marcos Otávio Bezerra (2001). Como se pode perceber estou realizando o caminho inverso ao que este autor fez. Analiso como atua e o que acontece com a “base” dos deputados.

com políticos que não atuam diretamente no município, como deputados, senadores, governadores e candidatos à presidência.

Os políticos locais se responsabilizam por manter as bases que, não seria exagero considerar, algumas vezes são tão suas quanto daqueles candidatos aos quais eles prestam apoio, desde que os agentes sociais que compõem a base do vereador não tenham sido “liberados para votar” ou rompam com os seus vereadores. Temos assim, uma extensa rede de vínculos, envolvendo frequentemente, dádivas e contra-dádivas que os mantém pertencentes a um grupo. É a dádiva/contra-dádiva que tem profunda ligação com a “retribuição” às ajudas dadas e recebidas, nos períodos correspondentes às eleições ou fora desses períodos.

Ao que parece, os motivos para essa liberação decorrem da adesão expressa, intensa e forte do político ante o candidato apoiado por aquele que pede voto. Como se pode perceber, a liberação do voto envolve a vinculação a um político ou o pertencimento a um grupo que faça alguém se integrar a uma rede de trocas e de dívidas movidas por dimensões materiais, morais ou de poder que parecem ser imprescindíveis para que haja a “liberação”. Afinal, só se pode liberar aquele que esteja vinculado, associado ou junto; enfim, como se estivesse atado a alguém ou a um grupo por algum motivo.

Como afirmado antes, observei em Aracoiaba maior intensificação e acirramento da campanha para os cargos de deputado federal e deputado estadual. Divulgação de candidaturas para presidente só foi visto de maneira mais intensa no segundo turno das eleições. E somente dois candidatos ao senado e um ao governo estiveram de passagem pela cidade em uma carreata. De modo geral, os próprios carros de campanha faziam pequena ou nenhuma referência às candidaturas a outros cargos (senador, governador e presidente).

Assim sendo, fiquei a pensar se nas eleições gerais os laços de pertencimento, no âmbito do município, tendem a afrouxar ou interromper, uma vez que a depender das circunstâncias, opositores locais podem estar juntos, no mesmo palanque, de mãos dadas e apoiando o mesmo candidato. Isso também poderia ser mais um elemento para justificar a “liberação do voto” que ocorre nesse período, como uma espécie de suspensão não definitiva do pertenc-

cimento a um grupo - como foi o caso do vereador aqui analisado. Percebo os conflitos serem menos intensos e fervorosos, em comparação com ao período das eleições municipais: opositores se toleram mais, tanto que algumas vezes chegam a apoiar os mesmos candidatos a presidente, ou ao governo do estado, por exemplo.

A adesão juntamente com a “liberação do voto” mostra que os grupos políticos não são homogêneos, mas antes, que são diferentes. Indica também que são cercados de conflitos. Estes podem desencadear ou serem desencadeados por adesões - isso se evidencia quando Marcos afirma que a decisão do líder de tê-lo “liberado” gerou conflitos internos ou quando se engajou numa passeata de apoio ao candidato do governo também apoiado por pessoas a que ele se opõe politicamente. Ou seja, adesões, “liberações de voto” e as eventuais de trocas de apoio reconfiguram os grupos e facções políticas, sejam estes locais ou não; a “liberação” também faz com que esses grupos ou facções não sejam uma coisa estática, mas uma espécie de organismo vivo, eivado de profundas relações que lá ocorrem.

Bezerra (2001) conseguiu identificar um conjunto de relações envolvendo a aprovação e distribuição de emendas parlamentares para a “base” de políticos e as trocas de apoios desenvolvidos no “tempo da política” em razão dessas mesmas emendas. Para ele, as emendas trazem benefício para o deputado que as conseguiu aplicar num município, uma vez que lá se desenvolverão apoios a ele, ao mesmo tempo em que a conquista dessas mesmas emendas depende, principalmente, do estabelecimento de contato com um parlamentar. Da mesma forma, por outra via, o político da base que recebe tal emenda passa a ser valorizado, encarado como alguém de prestígio e importância. Temos aqui trocas de apoio semelhantes às experimentadas por Marcos e o deputado por ele apoiado.

Tudo parece ocorrer como se importasse aos políticos a liberação do voto em torno de candidatos com que eles [os políticos locais] não possuam qualquer espécie de dívida moral, política, econômica ou de qualquer outra ordem (daí o motivo de não fazerem campanha intensa para os candidatos à presidência, ao senado e ao governo do Estado - uma vez que políticos locais podem não estar diretamente vinculados a atos destes, não possuem uma dívida di-

reta com estes). A contra-dádiva, a retribuição ao político ao qual se “deve”, possibilita-nos perceber dois elementos importantes: (1) a extensa rede de dádivas e contra-dádivas que envolve eleitores-políticos-lideranças políticas e (2) a dimensão “naturalizada” com que a mesma ocorre aliada à importância do intervalo de tempo entre o dom e o contra-dom, de que trata Bourdieu (1996; *apud* FICK, 2006). De acordo com Fick (2006, p. 113), citando Bourdieu (1996), o tempo “age” de modo a permitir a quem dá “definir sua dádiva como uma dádiva sem retorno e, ao mesmo tempo, a quem retribui definir seu ato como gratuito, e não determinado pela dádiva inicial”. Ambos agem por meio de práticas e percepções internalizadas e naturalizadas que trazem uma dimensão de gratuidade e o desinteresse do ato.

Numa rápida incursão pelas páginas de busca na internet, podemos encontrar situações da política relativamente semelhantes ao que aqui tento descrever sobre a “liberação do voto”. São casos, por exemplo, envolvendo partidos-eleitores e o apoio a candidaturas em segundo turno. Ou ainda, bancadas partidárias que liberam voto contra ou a favor de medidas de governos os quais integram originalmente ou oficialmente enquanto base aliada, na qual, de maneira geral, a dimensão de pertencimento ou obrigação para com um grupo parece ser interrompida, apesar de mesmo assim continuar-se pertencendo ao grupo, mas de outra maneira - aspecto que traz uma dimensão ambígua para este fato.

A categoria ambiguidade é utilizada por Palmeira e Heredia (2010) em sua etnografia, quando tratam da classificação de fatos dessa natureza, constatando que a política se trata “de um período liminar, em que não só as divisões mas também as ambiguidades são explicitadas, permitindo sua resolução ou regulação, de modo a que possam se manter ‘sob controle’ no período entre duas eleições” (PALMEIRA & HEREDIA, 2010, p. 169).

A “liberação” pode ser vista como uma espécie de adesão que aponta indicações sobre em quem se deve votar, mas omite a “indicação” e tentando explicitar a “liberação”, como se tudo se tratasse da concessão de uma “liberdade de voto”. Além disso, eleitor, candidato e liderança política integram esse jogo complexo de extenso emaranhado de reciprocidades e de adesões, jogam-no com suas

práticas incorporadas no cotidiano e no campo político do município em que vivem.

É possível comentar algo mais e afirmar que a obrigatoriedade de retribuir parece se sucumbir em meio ao tempo de tal forma, que não só essa obrigação como a assimetria das relações sociais também parecem se dissipar. É deste modo que podemos chegar a questões mais específicas da liberação do voto. As relações entre políticos e eleitores ou entre políticos e líderes se dão entre agentes sociais possuidores de capital político e social desiguais (além de desigualdades de capital econômico e simbólico). São relações de poder (desigual) que envolvem trocas de dádivas entre si, formando vínculos em razão dessas mesmas trocas. O “liberado” é alguém que, desobrigado a seguir as normas implícitas ao campo político, subjacentes às relações desiguais, nunca deixou de seguir o seu grupo e age pela manutenção do mesmo. Ele *obedece* e crê estar “livre” do grupo, quando na verdade, mantém-se “preso”, por continuar junto deste.

Considerações finais

Busquei refletir sobre a categoria “liberado pra votar”, percebi o quanto ela pode estar relacionada à manutenção e à preservação do grupo, por mais contraditório que isso possa parecer, pelo menos em uma primeira análise. Tudo porque ao ser liberado, apesar do conflito gerado no interior do grupo ao qual o político faz parte, consegue-se ainda fazer com que uma quebra definitiva não ocorra no grupo. Explico, em alguns casos, que, ao liberar o voto, é possível evitar conflitos e até rompimentos que possam ser danosos ao grupo político.

Procurei apresentar a dimensão ambígua que permeia a categoria “liberado para votar”. Citando Palmeira e Heredia (2010) que consideram a política como um período em que não só conflitos como contradições são evidenciados, pudemos notar a ambiguidade do termo que oferece, na prática, uma “liberdade tutelada” e/ou uma interferência no voto (indicando em quem se deve votar) ao mesmo tempo em que, na fala, parece ressaltar o caráter da liberdade (importante valor democrático), como se tratasse disso, de fato.

Outra contradição à qual esta categoria pode estar associada está presente no fato de que esse rearranjo político nada institucional pode contribuir para a manutenção, fortalecimento ou criação de novos laços políticos entre grupos, quando se trata da liberação entre políticos. Quando se trata da liberação de eleitores, esta relação pode possibilitar que estes formem novos vínculos com outros políticos, o que num futuro distante pode ser prejudicial ao político que liberou. É por isso, que a liberação pode ser uma operação perigosa por suas contradições, apesar disso, deve-se sempre compreender que essa liberdade ocorre num contexto em que os laços que prendem políticos e leitores são bastante fortes. Ou seja, a possibilidade de rompimento pode não ser tão fácil quanto aparentemente se supõe, embora a possibilidade exista, uma vez que a categoria “liberado” pode mostrar um caráter não tão rígido e severo das adesões.

A liberação também mostra que a política institucional é feita com uma enorme riqueza de vínculos e trocas de apoios. A força dos laços políticos, marcada pelos inumeráveis tipos de trocas que os vínculo trazem, “obriga” a algum tipo de retorno ou retribuição, faz dar movimento a este campo e a todos os outros a ele associados, aqui aproximando da questão das reciprocidades nas relações conforme as análises de Marcel Mauss (2013).

O que se pode notar é que essa interrupção no vínculo com um grupo marca também o ligamento com outro - no caso específico, o político em questão, pela força dos vínculos e códigos das trocas de apoio, não apoiou os candidatos do local, mas apoiou ao candidato que outrora lhe apoiara.

Outra dimensão também comentada aqui está relacionadas à relação entre o dinheiro e a política que causam amiúde uma espécie de incômodo, provavelmente pela possibilidade de ilações e suspeitas que essa proximidade pode gerar. Quando perguntei sobre os valores recebidos para apoiar o candidato a deputado, o veedor entrevistado justificou imediatamente de que seria apenas para gastos com gasolina, pagamento de ativistas e materiais para a divulgação da campanha. Assim sendo, a presença do dinheiro na política pode gerar constrangimentos, que procuram ser pronta e devidamente justificados.

Faz-se necessário comentar ainda que as campanhas eleitorais no interior estão cada vez mais caras, uma vez que estão intensamente associadas ao capital econômico. Talvez tudo esteja relacionado à profissionalização da política. Há ainda uma utilização cada vez maior de elementos de *marketing*, de pessoas especializadas em campanhas e de estratégias que envolvem o maior uso de dinheiro para o que quer que seja, inclusive para negociações de voto.

Obviamente, não só a política institucional local está marcada pelas liberações de voto, o que é evidente em situações de votação no próprio Congresso Nacional, quando partidos liberam votação em suas respectivas bancadas, em meio a temas que possam comprometer o partido em suas relações com o governo, os outros partidos, os eleitores e seus próprios membros eleitos.

Evidentemente, outros significados podem estar associados às relações políticas. Aqui procurei enfatizar condições específicas em um contexto semelhante ao descrito por Heredia e Palmeira (2006) em que o voto tem o sentido de adesão a um grupo e a política aparece circunscrita em um período específico comumente chamado de *tempo da política*. Aspecto importante, do contexto local, são as relações de “favores” e “ajuda” que possibilitam acesso a bens e serviços públicos ou não e que ocorrem tanto entre políticos e eleitores como na relação político-político, ambas geram dívidas políticas e morais que devem ser “pagas”, retribuídas com voto/apoio - busquei dar ênfase a essa tipo de relações nesse artigo.

Por fim, é válido considerar que os grupos não são homogêneos, seus integrantes não são iguais, embora possuam ideias semelhantes. Um grupo político é tomado por cisões e conflitos, mesmo quando estamos tratando da política de fações, termo que Palmeira e Heredia (1995) se referem para falar dos grupos políticos que disputam o poder. Integrantes disputam cargos, influência dentro e fora do grupo, entre a população.

Costuma-se caracterizar a atividade política pelas noções de “jogo político” e a “dinâmica”, estes termos remontam a essa constante feitura e desfeitura dos laços e vínculos políticos que podem ocorrer nos mais diferentes momentos, inclusive a partir do contexto das “liberações”, que levam eleitores e políticos a atualizarem seus vínculos.

Referências bibliográficas

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Eleitores por município**. Disponível em: <http://goo.gl/QrIWVrj> . Acessado em 22 out 2014.

BEZERRA, Marcos Otávio. Políticos, representação política e recursos públicos. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 15, p. 181-207, 2001.

BOURDIEU, Pierre. Marginalia: algumas notas adicionais sobre o dom. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, pp. 7-20, 1996.

FICK, Vera Maria Soares. Reflexões sobre a Dádiva à Luz da Teoria de Pierre Bourdieu. In: BARREIRA, Irllys Alencar Firmo (Org.). **Teorias sociológicas contemporâneas: Elias, Foucault e Bourdieu**. Fortaleza: Edições UFC, 2006.

GONÇALVES, Danyelle Nilin. **Jovens na política: animação e agenciamentos do voto em campanhas eleitorais**. Campinas: Pontes, 2012.

HEREDIA, Beatriz; PALMEIRA, Moacir. O voto como adesão. *Teoria e Cultura*. Vol. 1, n. 1, pp. 35-58, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE cidades: Aracoiaba**. Disponível em: <<http://goo.gl/4zTvUX>>. Acessado em: 22 out 2014.

MAUSS, M. **Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas**. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

PALMEIRA, Moacir. Política e Tempo: nota explanatória. In: Peirano, Mariza. **O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2002.

_____; HEREDIA, Beatriz. Os Comícios e as políticas de facções. In: **Anuário Antropológico**, Brasília, n. 94, pp. 34-94, 1995.

_____. **Política ambígua**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: NUAP, 2010.

TEIXEIRA, Carla Costa. **A honra da política: decoro parlamentar e cassação de mandato no congresso nacional (1949-1994)**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política, 1998.

Estratégias, disputas e adesões: uma análise sobre os policiais militares na campanha eleitoral de 2014 no Ceará

Antonio Sabino da Silva Neto

Introdução

A preocupação analítica deste capítulo está embasada na compreensão das ações dos policiais militares candidatos e de seus apoiadores no pleito de 2014 no Ceará. As estratégias e as disputas vinculadas diretamente à conquista da adesão dos votos, tanto dos operadores da segurança pública como dos membros da sociedade civil em geral, constituíram-se como o foco principal deste texto.

Neste sentido, este trabalho leva em consideração a valorização das concepções morais entre os militares, seus apoiadores e seus eleitores, que remetem de algum modo à “defesa do cidadão de bem”, à “preservação da família cearense” e ao “respeito às leis”, como também à “manutenção de uma sociedade coesa”, ao resguardar práticas aprendidas socialmente e que por conta da “criminalidade” estavam sendo perdidas. Assim, a segurança pública surge como uma das principais pautas de representação política na eleição a que nos dedicamos a analisar.

Para tanto, nos perguntamos: Quais estratégias são acionadas pelos policiais em suas campanhas para conseguir a adesão dos votos dos eleitores? Como estas estratégias são acionadas? O que leva os eleitores a sentirem-se mais inclinados a manifestar seu voto a determinados candidatos do que a outros? Assim, faz-se necessário entender qual o significado do voto atribuído por estes agentes, ao ter em vista que os dois campos em análise, o militar e o político, possuem práticas agenciais aparentemente distintas.

A antropologia da política como uma perspectiva teórico-metodológica

Na busca dos sentidos atribuídos ao voto, objetivamos entender melhor as complexidades existentes na política, especificamente as considerações sobre a adesão a eleições, a partidos ou a pessoas. Deste modo partimos de uma perspectiva relacionada à Antropologia da Política¹, influenciada pela teoria de Pierre Bourdieu², que apresenta chaves criativas de leitura para guiar a reflexão debatida neste trabalho.

Historicamente, a Antropologia da Política no Brasil ganhou força nos anos 1990, logo após a redemocratização; tendo suas pesquisas relacionadas à área publicadas especialmente através do Núcleo de Antropologia da Política da UFRJ (KUSCHNIR, 1997). Vários foram os universos pesquisados, dos quais é possível destacar trabalhos sobre eleições nas regiões Nordeste (BARREIRA, 1998) e Sul (CORADINI, 2001) do país, sobre movimentos sociais (CHAVES, 2000) e demandas por direitos no Brasil e no exterior (OLIVEIRA, 1998). Neste contexto, o fio condutor destas múltiplas temáticas caracterizou-se pelo modo de trabalhar a política a partir de uma perspectiva etnográfica e comparativa, respaldadas por vastos trabalhos de campo (PEIRANO, 1998).

Entender como agem os agentes, levando em consideração o sentido que atribuem às suas ações, caracteriza-se como o fundamental metodológico desta abordagem. Assim, a Antropologia da Política busca “interrogar a política que é feita, que as pessoas dizem fazer, ou identificam como sendo feita por outros” (PALMEIRA; BARREIRA, 2006). Embasado neste princípio, Palmeira (1992) aponta que os antropólogos da política almejam inovar por meio

¹ Kuschnir, K. (2005) faz uma diferenciação entre os termos Antropologia Política e Antropologia da Política. A autora apropria-se do segundo termo por considerá-lo mais propício, pois este leva em conta uma maior preocupação sobre o objeto de pesquisa, ao ter com o objetivo “não confundi-lo com uma possível posição ideológica dos pesquisadores”.

² A questão central que a antropologia da política se apropria do legado teórico de Bourdieu é a atenção que este dá à prática. É por meio das práticas que os agentes sociais constituem suas ações cotidianas, tendo como principal característica a sua construção estrutural e individual indivisíveis.

de “visões sociologicamente positivas do lugar da política na sociedade e cultura brasileiras”, ao desconstruir a maneira ‘tradicional’ de analisar a política brasileira, que apresenta o voto dos eleitores guiado por uma perspectiva ‘ideológica’, ‘negativa’ ou ‘pessimista’, ao construir um discurso científico por meio das ‘faltas’. Segundo, porque estas perspectivas tendem a analisar a política como um meio institucional, esquecendo as relações microscópicas que a permeiam (GOLDMAN; SANT’ANNA, 1999).

Os antropólogos da política dedicam-se a entender como, em determinados contextos sociais, as relações de poder entrelaçam-se no cotidiano social por meio das práticas dos agentes. Goldman e Palmeira (1996) defendem a importância de se compreender como o trabalho antropológico sobre eleições pode se diferenciar, em certa medida, de outras disciplinas que abordam o mesmo assunto e que, nem por isso, esta abordagem perde o valor analítico sobre o objeto em estudo. Pelo contrário, os autores defendem que “certa tradição teórica e de pesquisa (antropológica) pode ser utilizada na construção de abordagens inovadoras” que pretendem analisar os processos que perpassam a sociedade, ou seja, “perceber como as estruturas sociais e simbólicas não apenas circunscrevem aquelas ações, mas atravessam diferentes unidades sociais, indivíduos ou não, incutindo-lhes significado.” (GOLDMAN; PALMEIRA, 1996, p. 1, 9).

Para tanto, partilho com Goldman e Sant’Anna, quando elaboram “Elementos para uma análise antropológica do voto”, a perspectiva que o esforço analítico se fundamenta na:

investigação do voto em sua densidade de escolha individual e agenciamento coletivo. Em outros termos, trata-se de mapear o conjunto de forças e processos globais que fazem com que as escolhas políticas caminhem nesta ou naquela direção (GOLDMAN; SANT’ANNA, 1999, p.13).

É neste sentido que Sá (2015) ampara suas preocupações teóricas quando refere que poder, numa perspectiva antropologia, insere-se na busca de compreendê-lo não como uma instituição ou ação acabada, mas sim uma agência repleta de significações e possibilidades, que se faz pertinente a partir das possibilidades que a ela são dadas pelos contextos sociais, revelando “mecanismos de descentramento e recentramento” (SÁ, 2015, p. 6).

Aqui enfatizo a afirmação da importância socioantropológica de que não se pode perder o local de análise do indivíduo, nem do coletivo, mas sim compreender como estes se entrelaçam e se fundem no corpo social. Nesta perspectiva, a política possui rituais definidos que estão inseridos em momentos apropriados para aflorar. Estes são caracterizados como o “tempo da política”, constituindo-se como a ocasião que as facções se mostram em sua forma plena. Palmeira (1996) enfatiza que é neste período que estas facções se caracterizam, ao mostrar quais políticos aderiram ou não a determinada candidatura.

É preferível lembrar que as facções, uma forma de organização política identificada por antropólogos e cientistas políticos em sistemas políticos os mais diversos, inclusive em muitos chamados Estados modernos, têm como um de seus traços mais consensuais não serem permanentes (PALMEIRA, 1996, p. 43).

Ou seja, elas são fomentadas por circunstâncias de conflitos e embates, que apenas são visivelmente determinados a partir da proximidade com o tempo da política. É possível destacar a maleabilidade das facções ao observar o Ceará, que há menos de um mês do início da disputa eleitoral de 2014, muitas das facções ainda não haviam anunciado os candidatos ao governo do estado.

Assim, Palmeira (1996, 1998) nos faz perceber a importância que a adesão pelo voto constitui para a disputa, ao pensar que esta possibilidade está inserida nas micro relações que decidem apoios de lideranças, e que nos interessa saber como se fundamentam as estratégias utilizadas para a conquista da adesão destes apoios. A partir da proposta teórico-metodológica supracitada, sigo as trilhas de Barreira (2004) e Kuschnir (2002), que propõem a importância de observar os significados da ritualização existentes no tempo da política, enfocadas nas falas dos atores e nas construções emotivas que passam a se configurar como uma retórica de campanha tanto de eleitores como de candidatos.

Assim, escolhi estes agentes inseridos em um evento específico porque, como defende Bourdieu (2011), se faz necessário escolher uma determinada realidade empírica para que o universo simbólico ao qual problematizo seja apresentado como uma confi-

guração possível do real, o que me leva a afirmar que a partir deste estudo é possível inferir questionamentos sobre como são alicerçadas as esferas que disputam e almejam espaços de poder. Deste modo, como já assinalado, procuro problematizar neste trabalho representações produzidas sobre os militares, contextualizando-as com as questões específicas do período eleitoral em tela.

Estratégia de “união”

Algumas questões mostram-se como problemáticas interessantes para uma análise sobre as relações entre policiais e seus eleitores. Um destes pontos é caracterizado pelo engendramento de relações de poder³ que só foram possíveis devido à “união da categoria”, união essa apresentada pelas concepções destes agentes como importante e, em certos casos, decisiva no meio político. Esta afirmativa pôde ser observada em discursos produzidos por vários operadores da segurança pública, como também em falas aparentemente desinteressadas de policiais-eleitores e em notícias na imprensa local. Caso exemplar está em uma conversa que tive com um praça, antes do primeiro turno, na qual este afirmou “estou com o Eunício⁴ por conta do Capitão⁵, e se ele [Eunício] ganhar, foram os votos do Capitão que fizeram a diferença.”⁶

A partir deste contexto, a afirmação do policial pôs como essencial o papel político da instituição militar na decisão de uma eleição para um cargo majoritário, e mais do que isso, referiu-se ao seu líder como o agente capaz de costurar esta conjuntura. Neste sentido, no caso específico, os militares seriam os responsáveis por promover a adesão necessária para transferir votos numa eleição

³ A definição de poder em Weber é clássica. Nesta, o autor explica: “por poder entendemos, aqui, genericamente, a probabilidade de uma pessoa ou várias impor, numa ação social, a vontade própria, mesmo contra a oposição de outros participantes desta.” (WEBER, 2012, p. 175). O poder aqui tratado não se constitui como unívoco, ou como um estado de determinações prontas para a utilização de um determinado ‘príncipe’ ou grupo. Aqui, tal categoria é múltipla, podendo ser originária de vários locais.

⁴ Senador da República, candidato a Governador nas eleições de 2014.

⁵ Capitão Wagner de Sousa, líder da greve da PM em 2011 no Ceará, Vereador e candidato mais votado para deputado estadual em 2014.

⁶ Conversa com Sargento no dia nove de setembro de 2014.

de uma candidatura a deputado estadual, a outra de maior destaque político, no caso a candidatura de governador de estado.

Corroborando com as questões apresentadas, outro ponto presente nos discursos dos militares foram suas ações em conjunto quanto ao trabalho “ostensivo” sobre crimes eleitorais. São vários os boatos que afirmavam que nas madrugadas que antecedem as eleições o fluxo da compra e da venda de votos na capital e principalmente no interior do estado é incessante. Estas ações sempre eram atribuídas às práticas “do outro grupo”, que num sentido comum são denunciadas como desonestas pela facção opositora.

Estratégias de “proteção” e “conquista”

As várias facções em disputa também mobilizaram suas “forças policiais” para intensificar a apreensão das “malas pretas”, como também coibir a boca de urna. Porém, ao mesmo tempo, as facções também cuidavam para “proteger” os votos já conquistados tinham o intuito de “conquistar” aqueles já adquiridos pelo o outro lado da disputa, provando que os adversários eram “candidatos ruins” para o Ceará. Neste sentido, é possível observar que foram acionadas das mais variadas formas “códigos e normas inerentemente contraditórios que podem coexistir em graus variáveis de amalgamação e separação. Cada um pode ser ativado em diferentes situações.” (ELIAS, 1997. P. 149). Estes conflitos foram divulgados no jornal O Povo, que mostrou a exacerbação das disputas entre as duas facções políticas:

A Procuradoria Regional Eleitoral do Ceará (PRE-CE) pediu nesta segunda-feira, 13, envio de tropas da Força de Segurança Nacional para garantir o 2º turno das eleições na Região Metropolitana de Fortaleza. Segundo a PRE, medida é necessária diante de denúncias de Cid Gomes (Pros) da existência de “milícias” na Polícia Militar do Estado e acirramento entre grupo do governador e aliados de Capitão Wagner (PR) na corporação. Segundo a assessoria do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-CE), a decisão foi tomada pela PRE em diálogo com a presidente da Corte, Iracema do Vale. O pedido será protocolado junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) pelo TRE, que irá notificar o governo do Estado questionando sobre a real necessidade do reforço. Caso o gover-

nador concorde, a Corte deve reforçar o pedido de tropas. “Tem-se situação de notório acirramento de ânimos considerando o engajamento em campanha eleitoral do candidato Capitão Wagner, candidato mais votado ao cargo de Deputado Estadual, opositor do grupo político liderado pelo Governador Cid Ferreira Gomes”, diz a PRE. De acordo com o Ministério Público Eleitoral, a presença de tropas federais seria necessária na Região Metropolitana de Fortaleza, incluindo os municípios de Caucaia, Maracanaú, Maranguape e Pacatuba, além da capital cearense. A ideia seria evitar cerceamento das atividades da PM, bem como da “prática esdrúxula” de fixar viaturas em pontos fixos, evitando fiscalização militar (O Povo, 13/10/2014).

Para ser compreendido melhor, um exemplo de estratégias de “proteção”, foram aquelas acionadas principalmente quando os policiais estavam “tirando serviço”, já as estratégias de “conquista” foram desempenhadas principalmente em ações a paisano, quando os policiais não estavam no exercício específico da função militar. As ações de “proteção” aconteciam diariamente, quando policiais perseguiam e apreendiam carros com dinheiro ilícito, materiais de campanha irregulares, ou carros de som que excediam o volume permitido. As ações de “proteção”, sem dúvidas, passaram a ser no período eleitoral uma das principais atividades da Polícia Militar cearense. Relatos de policiais apontaram que em seu dia-a-dia as referidas atuações eram constantes, inclusive com a prisão de pessoas importantes no meio político:

Quando a gente estava na rua, a gente apreendia tudo que fosse irregular. Teve até outro soldado que prendeu um vereador que tava distribuindo dinheiro para um deputado aí. A gente não tem medo, não, estava fazendo o nosso dever. O problema é que quando chega pra dar um flagrante a gente perde o dia na delegacia. Quem vai dar um flagrante num cara desses? (Entrevista com um policial militar em setembro de 2014)

Já quando não estavam em “serviço”, os policiais utilizavam as suas ações de “conquista”. Um exemplo destas aconteceu na noite de sábado para domingo, com o intuito de conseguir votos e distribuir material no período da noite. É válido destacar que muitas ações de conquista não eram consensuais entre os policiais. Muitos não gostavam da ideia, tendo em vista que consideravam arriscado

perder o seu emprego. Outros eram mais despreocupados ou engajados, pois não acreditavam que um soldado teria coragem de dar voz de prisão em outro “irmão de farda” que lutava pela categoria.

O discurso de muitos militares era que, ao fazer uma ação de “conquista”, eles também estariam cumprindo o seu dever com a instituição, pois poderiam também prender aqueles que quisessem fazer boca de urna, afinal eles eram policiais e mesmo à paisana poderiam fazer cumprir a lei. Saíam pela Região Metropolitana de Fortaleza com o objetivo de conseguir angariar votos e dificultar a chance de outros fazerem o mesmo.

Aos militares eram delegadas estas atividades porque, como eles mesmos salientaram numa conversa que ouvi de dois oficiais que se referiam aos coordenadores de campanha do candidato a Governador, que segundo a fala destes interlocutores eram considerados como “macacos velhos na política”, estes não tinham a “organização” para fazer e enfrentamento necessário.

O pessoal que tá cuidando disso é muito amarrado. O deputado Pedro⁷ deixou de concorrer só pra ficar cuidando da campanha do Governador, mas ele é inábil politicamente, não consegue resolver um problema imediato. A gente tem o pessoal trabalhando, só precisamos de cinco carros, combustível e cinco celulares pra depois descartar. Mas pra pouca coisa ele não sabe resolver. Depois perde a eleição por compra de voto e fica ai chorando (Diário de campo em setembro de 2014).

Interessante observar que a agência acionada pelos policiais aparentemente não era vista com diferença entre os dois modelos de ação. Elas eram partes de um todo, que significava a vitória no jogo político. O que ocorria era perceber que algumas missões se constituíam como mais “perigosas” do que outras, mas que seu objetivo era o mesmo: ajudar a corporação militar a vencer a disputa.

Isto posto, ajuda-nos a pensar o porquê de se abrir mão de determinados códigos em determinados contextos sociais. Sá (2014) nos propicia uma compreensão mais fecunda sobre as relações de “certo e errado”, que resvalam em ações, que mesmo realizadas pelos agentes que teriam a função de “manter a lei”, condicionam novas práticas redimensionadas

⁷ Nome fictício.

Em primeiro lugar, precisa-se levar a sério a variação empírica contínua das definições morais nos contextos de interação social e nas situações abordadas em sua especificidade, o que se conecta com a ideia de que não há espaços vazios – os mundos sociais estão repletos de heterogeneidade [...] Portanto, redimensionar em uma perspectiva pragmática o lugar dos códigos normativos e dos usos sociais das normas em contextos de interação social é um procedimento possível para a instauração dessa analítica das relações sociais que pode fazer render algo mais do que divisões peremptórias entre agência e estrutura, fazendo-as se interpenetrar (SÁ, 2014, p.114-15)

Assim, as ações de “proteção” e de “conquista” causaram um desentendimento entre as duas principais facções. De um lado, o Governador Cid Gomes e o seu candidato Camilo Santana acusavam Eunício Oliveira e o Capitão Wagner de utilizar uma “milícia dentro da polícia” para prejudicar a campanha do concorrente. Do outro lado, eram acusados o Governador e Camilo Santana de utilizarem a máquina pública para benefício próprio, já que possuíam grande parte do oficialato em seu poder, e assim poderiam utilizar a polícia ao seu favor.

Disputas entre apoiadores

As disputas numa campanha eleitoral não se restringem apenas entre facções ou entre candidatos. Dentro de uma facção, mesmo com seus líderes já definidos, os conflitos constituem-se como inerentes ao processo eleitoral. Muitos destes conflitos acontecem entre os apoiadores de uma candidatura, que disputam a atenção do candidato como o principal prêmio a ser conquistado neste período.

Ser considerado pelo candidato como “competente”, ou como “de confiança” ou que o candidato ratifique as decisões deste apoiador como corretas, é um dos principais troféus almejados por aqueles que participam de uma campanha. Quando alguém conquista este troféu em detrimento a escolha de outros apoiadores, muitas intrigas são produzidas.

É válido destacar que para o candidato fomentar um contexto propício a estas intrigas não se caracteriza como ação prejudicial

para a sua campanha, tendo em vista que os apoiadores são exigidos a demonstrar a sua reiterada e irrestrita adesão à candidatura, o que perpassa rituais diários de reificação da figura do líder como principal sujeito naquele grupo.

Em sua maioria, estes conflitos são administrados pela figura de maior poder, o “dono da candidatura”, que tanto pode ser o candidato como o seu padrinho político - o detentor do capital financeiro e/ou eleitoral. A disputa pela atenção é avaliada pelo líder a partir do desempenho de “produtividade” dos membros neste contexto social.

Algumas das condições que ajudam a medir a importância de cada apoiador podem ser feitas de acordo com as seguintes questões: Quem consegue mais votos? Quem consegue mais “voluntários” que aceitem aderir à campanha? Quem consegue mais recursos financeiros? Quem detém, entre as trocas, maior capital de barganha política? Neste sentido, estas questões podem ser avaliadas nas ações do próprio candidato, quando este escolhe: Quem sempre está presente nas atividades cotidianas com o candidato? Quem ele aceita, com menor esforço de convencimento, as opiniões? A quem ele delega, quando não está presente, o poder de decisão de sua candidatura? Quem é aquele que, quando o candidato não está, que é imediatamente procurado por apoiadores que se encontram num grau hierárquico menor dentro deste grupo político para resolver problemas?

Estas questões se tornam mais complexas numa eleição que envolve políticos-militares, tendo em vista que as hierarquias da PM são muitas vezes acionadas. Isto porque elas acabam não dando conta do universo político que envolve outros tipos de dominação, que vão além de uma escala formal, exemplificada pelos os postos e pelas patentes da Polícia Militar. Neste sentido, numa eleição que envolve policiais militares, um soldado pode ter maior representatividade entre a equipe de campanha, entre os patrocinadores e principalmente entre os eleitores do que um coronel. Deste modo, tal situação agrava conflitos que são difíceis de serem administrados por um candidato, mas que perpassam todo o período eleitoral.

Outro ponto se fundamenta na relação entre militares e civis, tendo em vista que muitas vezes se faz necessário agregar entre “as

fileiras das campanhas” profissionais já acostumados com o dia-a-dia político como marqueteiros e coordenadores financeiros. Nesse sentido, muitas dúvidas são associadas às ações e as intenções destes profissionais, tendo em vista que estes são adjetivados de pessoas “não comprometidas” com a campanha. Um exemplo está em quando policiais se referiam a um determinado assessor que foi atribuído a função de coordenação financeira da campanha de um policial.

Esse cara era fanático pelo partido [da outra facção]⁸, o que faz ele não tá com o voto ‘escondido’ para o outro lado? Quando ele tava na faculdade, ele era filiado ao outro partido. Trabalhou pra um vereador de lá e tudo. Agora tá aqui... Acho que tá é espionando a gente. Eu não confio, tu duvida disso? (sic) – grifos nossos.

Estas relações conflituosas foram intensificadas, segundo a conversa dos policiais, pelo “jeito arrogante, chato e desrespeitoso” do coordenador financeiro, que se esquecia que não estava no partido, mas no meio de policiais, e ratificou “meu contanto com ele é apenas profissional”.

Ajuda ou compra de voto?

Aderir a uma candidatura não possui um motivo específico. São inúmeros os enlaces entre as possibilidades do real que podem conjecturar o engajamento de um indivíduo ou um conjunto de indivíduos numa campanha eleitoral. “Seja qual for a motivação em jogo, o voto instaura uma instância de atuação política fundamental: a troca.” (KUSCHNIR, 1996, p. 199) Estas ‘trocas’, contudo, não são alicerçadas apenas num valor financeiro, mesmo que este esteja numa primeira análise inserido no jogo desta relação.

Na verdade, as trocas estão, em sua maioria, alicerçadas num emaranhado de valores e percepções sociais a cerca de determinadas obrigações que são compartilhadas entre o eleitor e o candidato. Acontecimentos que exemplificam a afirmação acima não faltaram neste período eleitoral o qual me propus a analisar. Alguns deste eu pude acompanhar, como os anotados em meu diário de campo agora citados:

⁸ Retirei o nome do partido para evitar identificações.

Estava no gabinete de um deputado na Assembleia Legislativa do Ceará. Neste local, um correligionário solicitou ao assessor do deputado uma carta de recomendação a uma empresa de supermercados e distribuidora alimentícia para seu irmão. O assessor entrou em contato com o chefe de gabinete, que autorizou prontamente a entrega da carta, na qual a assinatura eletrônica do deputado lá contava. Os dois solicitantes saíram satisfeitos e, além de desejar boa sorte ao candidato, afirmando “nós estamos com ele”, mostraram a foto no celular com várias pessoas, identificando cada um como membro da mesma família. Afirmaram que todos aqueles vinte votos estavam com o candidato que o deputado apoiava, já que este não podia reeleger-se. O assessor agradeceu, e afirmou que o “serviço” estava garantido, ressaltando que o deputado sempre ajuda a quem precisa. (Diário de campo, agosto de 2014).

Outro relato, de similar acontecimento, pode ser visto abaixo:

Acompanhando um candidato em seu dia-a-dia de campanha, encontrei outro candidato saindo de um restaurante e vi uma senhora lhe abordar. Esta senhora mostrou uma receita que prescrevia a indicação de seções semanais de fisioterapia para o seu filho, as quais não conseguia pagar. Ao ser indagada pelo candidato de o porquê de não procurar o Hospital Infantil Albert Sabin (HIAS), informou que já havia feito isso, mas que o hospital só atendia crianças até os três anos de idade com aquelas especificidades; e seu filho já possuía cinco anos. O candidato então retirou a receita da mão da senhora, anotou o número de seu celular junto ao seu nome e disse que resolveria o problema. O candidato então ligou para uma assessora, responsável por uma ONG que ele comandava há mais de dez anos. Pediu para que ela entrasse em contato com “aquele nosso amigo”, secretário de saúde de uma cidade vizinha a Fortaleza, na qual ele havia trabalhado por longos anos. Após cinco minutos a assessora retornou dizendo que não daria certo utilizar “o amigo da outra cidade”, então o candidato ordenou que fosse utilizado recursos da ONG para “ajudar” a criança e resolver o problema. (Diário de campo, agosto de 2014).

Após estas duas cenas, num primeiro momento, é possível afirmar que estes dois candidatos realizaram sem nenhum problema a “compra de voto” em público. Porém, devemos ir além da afirmação de uma “troca espúria”. É necessário compreender o voto como uma estratégia cultural de “negociação”, em que as duas ou mais partes envolvidas estejam inseridas num processo de trocas e valores culturais compartilhados socialmente. Assim, é necessário pensar o voto como uma ação regida “por regras repertoriais, que dão ao sujeito uma certa margem de trânsito, mas que o mantém

dentro dos limites de um leque de opções, um campo de possibilidades definido pela própria sociedade” (KUSCHNIR, 1996, p. 198).

Também acompanhei situações mais complexas de serem entendidas, mas que compartilham as mesmas características das duas situações citadas.

Outro candidato, quando recebia ligações ou pedidos que lhe eram solicitados, como: eleitores pedindo dinheiro para o combustível de seu carro para viajar no dia da eleição e votar no candidato; ou outra eleitora que perguntou a um dos assessores quanto eles pagariam para que ela “trabalhasse no dia da eleição pra ele”, conseguindo o maior número de votos possíveis; ou quando outra eleitora solicitou dinheiro para pagar o licenciamento da moto que estava atrasado. Em todos estes pedidos a resposta foi: não trabalhamos assim. Mas quando uma outra pessoa solicitou uma ajuda em dinheiro, explicando que “os documentos da moto estavam atrasados” e ele dependia desse veículo para trabalhar, o candidato solicitou que o assessor “resolvesse o problema”.

Para compreender estes fatos, foi necessário buscar identificar como os candidatos firmavam as suas relações com os eleitores no decorrer da campanha. Barreira e Barreira (2012) lançam luzes neste processo, quando diferenciam o ponto de vista nativo como a “ajuda”; que se constitui como diferente da compra de voto.

A ajuda aqui funciona como uma estratégia da conquista da adesão do voto que passa por um *habitus* de caráter “humano”, do “dever de ajudar o outro”; diferente do combustível, por exemplo, que pode se caracterizar como uma simples troca financeira. Estas relações que ressaltam condições morais na construção e na manutenção de um perfil político em análise caracterizam os candidatos a partir dos campos de ajuda que atuam, como pessoas justas, honradas e honestas, que visam sempre “promover o bem” a aqueles que mais precisam.

O voto, neste sentido, como aponta Palmeira (1992), parte de uma ideia de que as opções e racionalizações elaboradas pelos eleitores quanto à escolha de um determinado candidato estão inseridas nas concepções simbólicas compartilhadas socialmente. Estas obrigações podem ser sinalizadas não apenas entre candidato e eleitor, mas também com relações entre familiares, entre amigos, entre empregadores e empregados; o que torna complexa a escolha da adesão do voto, caracterizando as múltiplas figurações que

nos levam a manifestar adesão à determinada candidatura ou não. Assim, como elucida Palmeira (1996), os eleitores aderem, ou são exigidos a aderir, de algum modo, às campanhas eleitorais.

Considerações finais

Aqui aponte algumas características das lutas e dos conflitos desenvolvidos nas eleições de 2014 no Ceará. É válido perceber que estes embates foram realizados em um período pré-estabelecido dentro da comunidade, caracterizado como tempo da política, momento em que os conflitos sociais são demarcados e melhor observados, sendo o momento em que a comunidade se entrelaça numa maior relação entre os eleitores e os políticos profissionais, ou seja, quando os eleitores são chamados para aderir por meio do voto a alguma das facções em disputa. Neste período eleitoral, o Ceará se caracterizou como espaço de disputas mobilizado pelo discurso da segurança pública. Em que os candidatos esforçavam-se para construir um nome capaz de resolver a problemática da violência local. Dentre estes os militares, especificamente o capitão Wagner de Sousa, conseguiu aglutinar elevado capital político, elegendo-se o deputado estadual mais votado do Ceará.

Na observância das questões aqui apresentadas, vislumbramos que a dualidade da campanha, entre o “certo” e o “errado” dialoga com os objetivos destas ações e que são praticados pelos atores que a elas atribuem sentido. Para tanto, as campanhas dos mais variados candidatos policiais apresentaram contextualizações similares na tentativa de conquistar e manter votos.

Referências bibliográficas

BARREIRA, César; BARREIRA, Irllys Alencar F. Campos de *ajuda* e modos de pertencimento: um mapa moral da representação política em campanha eleitoral. *Horiz. Antropol.*, Brasília, DF, v.18, n.37, p. 307-335, 2012.

BARREIRA, Irllys.; PALMEIRA, Moacir. (Org.). *Candidatos e candidaturas: enredos de campanha eleitoral no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Anablume, 1998.

_____. *Chuva de papéis: ritos e símbolos de campanhas eleitorais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política, 1998.

BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Tradução Mariza Corrêa. 11. ed. Campinas: Papyrus, 2011.

CHAVES, Cristine. *A marcha nacional dos sem terra: um estudo sobre a fabricação do social*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: UFRJ, Núcleo de Antropologia da Política, 2000.

CORADINI, Odaci Luiz. *Em nome de quem: recursos sociais no recrutamento de elites políticas*. Rio de Janeiro : Relume Dumará: UFRJ, Núcleo de Antropologia da Política, 2001.

ELIAS, Norbert. *Os alemães*. Petrópolis. Jorge Zahar Editor, 1997.

GOLDMAN, Marcio ; SANT'ANNA, Ronaldo dos Santos . Elementos para uma análise antropológica do voto. In: PALMEIRA, Moacir; GOLDMAN, Marcio. (Org.). *Antropologia, voto e representação política*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1996, p. 13-40.

HEREDIA, Beatriz. Entre duas eleições: relação político-eleitor. In: HEREDIA, Beatriz; TEIXEIRA, Carla; BARREIRA, Irllys. (Org.). *Como se fazem eleições no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002. p. 15-38.

_____. Política, família , comunidade. In: PALMEIRA, M.; GOLDMAN, Márcio (Org.). *Antropologia, voto e representação política*. Rio De Janeiro: Contracapa, 1996. v. 1, p. 57-72.

HEREDIA, Beatriz; TEIXEIRA, Carla; BARREIRA, Irllys. *Como se fazem eleições no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

KUSCHNIR, Karina. *Antropologia da política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

_____. *Eleições e representação no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: NUAP, 2000.

PALMEIRA, Moacir. Política local e voto. *Tempo e Presença*, Rio de Janeiro, v. 14, p. 37-40, 1992.

_____. Política, facções e voto. In: PALMEIRA, Moacir; GOLDMAN, Márcio. (Org.). *Antropologia, voto e representação política*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1996.

_____. Voto: racionalidade ou significado? *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Fortaleza, v. 20, p. 26-30, 1992.

PALMEIRA, Moacir.;HEREDIA, Beatriz. O voto como adesão. *Teoria e Cultura*, Juiz de Fora, v. 1, p. 35-58, 2006.

PALMEIRA, Moacir e GOLDMAN, Márcio. *Antropologia, voto e representação política*. Rio de Janeiro. Contra Capa livraria, 1996.

PEIRANO, Mariza. *Uma antropologia da política: rituais, representações e violência*. Rio de Janeiro: Núcleo de Antropologia da Política, 1998.

SÁ, Leonardo. A questão do poder na perspectiva da antropologia da política. *Áltera: revista de antropologia*, João Pessoa, v. 1, n. 1, p. 82-111, jul./dez. 2015.

_____. Moralidades possíveis e o sujeito como multiplicidade de práticas: um campo aberto de questões. In: WERNECK, A. CARDOSO DE OLIVEIRA, L. R. *Pensando bem: estudos de sociologia e antropologia da moral*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2014.

SCOTTO, Gabriela. Campanha de rua, candidatos e biografias nas eleições municipais no Rio de Janeiro. In: PALMEIRA, M.; GOLDMAN, M. (Org.). *Antropologia, voto e representação política*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1996. p. 165-182.

WEBER, Max. *Economia e sociedade*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994. 2 v.



CORPO,
TRABALHO E TURISMO

A vaidade masculina “na medida” dos clientes dos salões de beleza Presidente e D’Flávio

Gabriela Vieira Rebouças

Introdução

As masculinidades constroem os corpos e estes as significam, afirmam e reforçam, desse modo, a pesquisa em questão se contextualiza numa atual conjuntura onde ocorre a existência de masculinidades, tanto as que ainda se referenciam no modelo patriarcal como as que se desviam deste, que reveladas por principais pesquisadores dos estudos sobre masculinidades, (CONNELL, 1995; NOLASCO, 1995 e OLIVEIRA, 1998), mostra as problematizações da condição de ser homem considerada até então como única, dada e naturalizada. A crise da identidade masculina (BADINTER, 1993) ocasionou a não predominância da masculinidade típica dos homens do Nordeste (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013), que foi construída sob a estigmatização da feminilidade e de seus hábitos corporais.

No entanto, diante das exigências das relações sociais dos entrevistados em cuidar da aparência, pois vivemos numa sociedade na qual somos julgados por nossa presença corporal e toda simbologia que ela representa, “a visão desempenha um poderoso papel de controle social” (QUEIROZ, 2000, p. 34), a trabalho sobre a corporeidade estética destes interlocutores mostra que a resistência em relação ao que é considerado “frescura”, “coisa de mulher” e “coisa de homossexual” é negociada por causa do desejo de se sentir bem e de inclusão nas suas sociabilidades. Através da boa imagem do corpo, eles conquistam a autoestima, uma distinção e afirmação social, poder e sucesso, confiança e responsabilidade no ambiente de trabalho, adquirem a atenção de cuidar do outro e a durabilidade do corpo na intenção de se manterem “conservados”. Portanto, tendo em vista que estes entrevistados foram criados dentro do

modelo tradicional de masculinidade, a problemática da pesquisa discute esta questão, em razão deles estarem inseridos no contexto cultural onde ainda há o estereótipo do homem “cabra-macho”.

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas durante o período de quase 1 ano, iniciadas em novembro de 2014 a setembro de 2015, com 7 clientes mais antigos do salão de beleza *unissex* Presidente¹ e do salão de beleza masculina D’Flávio² e 3 funcionários dos estabelecimentos, ambos localizados na cidade de Fortaleza. Eles apresentam o perfil de homens pertencentes às classes A e B, incluídos na faixa etária dos 35 aos 57 anos, casados, em sua maioria, com mulheres e que trabalham como advogados, servidores públicos, comerciantes, professores, engenheiros e teve 1 entrevistado que afirmou ser padre.

Estes interlocutores que sempre vão aos salões de beleza citados para manter a boa imagem do corpo, se classificam como “vaidosos na medida”, pois, para eles, significa estar numa posição entre o desleixo e o exagero vistos como atitudes negativas. E outra questão pertinente nas entrevistas é que os clientes dos dois salões de beleza sempre colocam o trabalho, a autoestima, a exigência das mulheres, esposas e filhas, a saúde, higiene e o envelhecimento do corpo, já que pertencem a uma faixa etária considerada madura, como justificativas para os seus cuidados com o corpo como se quisessem dar uma utilidade para as suas ações que não seja simplesmente a “ vaidade pela vaidade”. Logo, por que a vaidade masculina estaria relacionada ao trabalho, ao envelhecimento do corpo, à saúde e higiene e às exigências femininas? Qual a relação dessas práticas corporais com a visão que estes clientes têm sobre o que é ser homem, em razão da ocorrência dos modelos de masculinidade na sociedade contemporânea, dentre eles, o do “cabra-macho” no contexto específico estudado?

Então, o objetivo da investigação pretende compreender a relação entre os hábitos de embelezamento dos clientes frequentadores do salão de beleza *unissex* Presidente e do salão de beleza masculina D’Flávio com suas masculinidades em razão do corpo ser relevante nestas construções.

¹ Este empreendimento se localiza na rua Floriano Peixoto, número: 916, bairro Centro.

² Salão localizado na rua Afonso Celso, número: 1515, bairro Aldeota.

Em razão da relação entre corpo e masculinidade, as práticas corporais estéticas remetem à questão do corpo como discurso (COURTINE, 2013), o qual é definido como “tudo aquilo que a ele se liga” (FOUCAULT, 1994, p. 145). Por isso que os procedimentos metodológicos desta pesquisa se referenciam neste princípio pelo fato do corpo não ser uma matéria isolada em si, ele identifica o sujeito em relação a ele mesmo e em relação aos demais, devido ao fato de ser a representação sociocultural dos atores. E é por meio da representação expressa nas técnicas corporais (MAUSS, 2003), que se compreende estas como ações adquiridas desde a infância não como uma imitação, mas, sim, como uma educação que conduz às adaptações do corpo por causa de três aspectos dos indivíduos, o sociológico, psicológico e biológico. Tais fatores podem ser percebidos no costume de ir ao salão de beleza que ocorre geralmente por causa da influência dos avós, pais, amigos, das esposas e namoradas, revelando como a atenção voltada aos cuidados com corpo condiz com a confiança estabelecida nas relações sociais destes sujeitos. E essa relação de confiança não se limita apenas ao círculo íntimo destes interlocutores, mas também ao ambiente de trabalho e, por isso eles procuram os serviços dos salões no intuito de manter a boa aparência, a qual passa a imagem de segurança e confiança na convivência com os colegas de trabalho e com os clientes. Outros motivos que os levam a manter esta rotina nos salões são os cuidados com a saúde, higiene e o envelhecimento do corpo que se referem aos aspectos biológicos dos indivíduos como também a sensação de se sentir bem, elevar a autoestima, atrair a atenção das mulheres ocasionada por esse “cuidado de si” (FOUCAULT, 1999).

Na medida da vaidade para o trabalho, envelhecimento, a saúde e as mulheres

A aparência facilita e estabelece uma aproximação e contato dos entrevistados nas suas relações íntimas e sociais, por isso que estes têm a preocupação constante de manter a boa aparência devido às exigências do trabalho. O perfil deles mostra que todos são empregados, e os salões de beleza Presidente e D’Flávio estão

próximos aos seus ambientes de trabalho, conciliando assim o expediente com as idas aos dois salões.

Visto que eles passam uma parte considerável dos seus dias no trabalho, os entrevistados sentem a necessidade de sempre estar com a imagem bem cuidada, indo aos salões de beleza antes ou depois do expediente e no horário do almoço, mantendo assim uma frequência assídua nestes espaços como coloca Nilzete, gerente do Salão Presidente:

O homem ele não tem dia pra se embelezar, e a mulher, não, gosta mais no final de semana, o homem é ao contrário, ele começa mais no começo da semana, antes de começar a trabalhar o homem se embeleza pra poder trabalhar, a mulher, não, é mais no final de semana, quer dizer é diferente, mas muito bom, muito.³

Tal atenção também ocorre quando se inicia a trajetória profissional, pois Sant'anna (2014) reafirma que a conquista do “emprego fixo” exige um esforço físico e cuidado corporal, demonstrando competência no trabalho e respeito para com as pessoas que convivem no mesmo ambiente profissional. Ou seja, é relevante que esta postura seja tomada tanto por homens como por mulheres dentro do que Rodrigo, cliente do salão D'Flávio, considera como ideal para o comportamento de cada um destes, principalmente, quando se busca por emprego:

A gente tem que fazer isso, porque hoje a realidade, se você vai numa empresa fazer uma apresentação, se apresentar para uma vaga de qualquer tipo de aspecto de emprego, se você for mal apresentado... não é bem recepcionado, então você tem que ir bem-apresentado da melhor maneira possível principalmente profissionalmente né. Respeitando quem tá ali, tá vestindo, respeitando quem vai lhe recepcionar, seja o vigilante, qualquer um. Como tem muita menina que é bastante profissional, vem bem-arrumada, bem meiga, bem dócil, não ficou por falta de conhecimento e outras já... mas eu vejo muito mais a parte da pessoa se apresentar bem: “Eu sou fulano de tal, trabalho aqui, aqui tá meu currículo, tô à sua disposição”. A mulher tem que saber se apresentar aonde ela for, a mesma coisa é o homem, eu já fui entrevistado por uma mulher que... profissionalmente eu era muito bom, mas... não fiquei por... não deu pra mim, eu acho que não dava pra mim, aí eu pulei fora⁴

³ Entrevista realizada no dia 30 de agosto de 2014.

⁴ Comerciante, casado, 54 anos. Entrevista realizada no dia 11 de setembro de 2015.

Sendo o corpo, usado como principal cartão de vista dos interlocutores que os apresentam e introduzem no mercado de trabalho, é utilizado também como principal instrumento de trabalho para passar credibilidade, servindo como exemplo de postura e etiqueta, principalmente, corporal. O que reflete também na confiança depositada naqueles que assimilam todo o conteúdo transmitido por quem trabalha no ramo da educação, posto que esta área visa à instrução e ao esclarecimento, do modo como declara o entrevistado Ricardo: “até porque eu sou educador, então tem que ter uma presença, tem que ter uma postura, tem que andar limpo né? Quem tem contato com muita gente, né? Com adulto, com os pais, com os alunos[...]”⁵

O preparo do corpo também é fundamental para que estes sujeitos da pesquisa possam aguentar as rotinas exaustivas de trabalho e ter produtividade, mostrando o quão é necessário adaptar o envoltório material ao estilo de vida destes indivíduos, como expressa Maurício, cliente do Salão D’Flávio:

*[...] existe um lado profissional que realmente exige que você esteja bem, não só bem é, é psicologicamente, mas também esteticamente, então é tá... vamos dizer que você tem que ficar parado, tá com o corpo em dia é fundamental pra minha atividade.*⁶

O interesse dado ao corpo tanto no quesito da estética como da saúde voltado à realização do trabalho e seu rendimento se manifesta de diversas formas das quais dependem do tipo de profissão exercida pelos usuários desse corpo. Rodrigo que considera essencial a boa aparência quando se procura por emprego, Ricardo que cuida da aparência para passar um bom exemplo de conduta e educação aos seus alunos, Maurício, para ter mais disposição. E os informantes Carlos e Felipe, ambos clientes do Salão D’Flávio, que são advogados, transparecem as suas atenções voltadas à imagem corporal como forma de demonstrar uma boa prestação de serviços e dedicação aos seus clientes como relatados nas respectivas falas:

⁵ Padre, educador e cliente do Salão Presidente, padre, idade não revelada. Entrevista realizada no dia 01 de novembro de 2014.

⁶ Engenheiro de finanças, idade não revelada, casado. Entrevista realizada no dia 01 de novembro de 2014.

Eu acho que assim a aparência da gente é uma coisa importante, por exemplo, no meu setor, eu sou advogado tu imagina um cliente chegar e... se consultar com um advogado, um advogado todo maltrapilho, sem o cabelo cortado, com as unhas pra fazer, quer dizer, na minha profissão... 7

Por que que eu acho que a pessoa tem que se cuidar? Porque... principalmente profissional liberal como no caso da advocacia, ele vai receber pessoas que estão com problemas, e... se ele, se a pessoa que for falar com ele se deparar com uma pessoa que não cuida nem de si próprio, da sua casa que é o corpo, aí como é que..., como é que ele vai, é, é, é transmitir confiança?8

Com isto posto, segundo Foucault (1993b), todo este empreendimento voltado ao corpo não se dá totalmente pelo poder dominador de aspecto negativo ou punitivo, esse poder também existe nos próprios corpos destes sujeitos, que o mesmo autor afirma não tomar a forma de um “controle-repressão”, mas a forma de um “controle-estimulação”. Pelo trabalho, estes interlocutores se conscientizam da importância dos cuidados corporais para toda a vida.

A faixa etária desses sujeitos também é um fator relevante para que tenham essa preocupação, haja vista que a idade diferencia na forma como eles lidam com o corpo. Conforme declaram os clientes do Salão Presidente, Saulo e Bernardo, nos respectivos depoimentos, quando se é jovem, existe uma negligência em relação aos cuidados com o corpo os quais só são considerados importantes quando o indivíduo completa uma idade mais avançada.

O corpo da gente cobra isso, né? A gente é que brinca com ele, né? Ele cobra isso tudo da gente, todo tipo de coisa que a gente... a gente, a gente quando é... é mais novo, a gente não se atenta pra esses detalhes, mas aí você sabe que o corpo cobra todas essas coisas da gente, ser saudável, etc, alimentação, se você não cuidar ele mais tarde cobra de você, e eu acho que pra me prevenir...9

Não, o que acontece é o seguinte no, quando o caba é novo, ele, ele, ele não se preocupa muito, né? Quando ele é novo, ele, ele, a pessoa que acha que ele não vai envelhecer nunca, ele acha que não precisa ter esse tipo de preocupação, ele quer fazer tudo aquilo que ele acha que deve fazer e tal. Então, na minha juventude, eu fiz, na realidade não posso es-

⁷ Advogado, 50 anos, casado. Entrevista realizada no dia 17 de abril de 2015.

⁸ Advogado, 52 anos, casado. Entrevista realizada no dia 28 de fevereiro de 2015.

⁹ Servidor público, 57 anos, divorciado. Entrevista realizada no dia 06 de março de 2015

conder, não posso lhe dizer que eu fiz muito o que não deveria ter feito na época, passar a noite acordado, ir festa todas as noites, isso no passado eu fazia muito, chegava em casa 4 horas da manhã, nem dormia, esperava dá ás 5 pa tomar banho e ir trabalhar, isso na minha juventude eu fiz, né? Quer dizer, e hoje, eu não faço mais, ho, hoje, eu não faço mais e nem aconselho a ninguém fazer, mas, se você for e disser isso para um adolescente, para um caba jovem de 20 anos, de 22 anos, ele chama de doido: “Não, eu não, eu não, não faço isso, eu vou para as minhas festas, eu bebo, eu fumo, eu faço... aproveitar a vida” isso é o que ele diz, né? Quer dizer, mas, depois, a pessoa vai e reconhece que não deveria fazer, não deveria, eu fiz, mas hoje eu não faria mais.10

A conscientização de que se tem um corpo e de que ele precisa de cuidados só ocorre então quando se percebe seu desgaste e envelhecimento físicos, os quais, na maioria das vezes, são causados por hábitos excessivos praticados durante a juventude justamente por essa fase da vida ser associada ao vigor e à concepção de “eternidade”. Em alguns casos, o cuidado com o corpo se acentua mais quando os sujeitos passam por algum problema de saúde como exposto a seguir pelos interlocutores Carlos, cliente do Salão D’Flávio, e Ricardo, cliente do Salão Presidente:

Eu olho para o meu aspecto e eu não me troco por certos 40 por aí, pessoas de 40 e vejo também que muitos que tem 50 e a gente fica olhando: “Meu Deus, como a pessoa tem 50 anos? Parece que tem o dobro.” Eu mesmo já vi muita gente que... mais novo do que eu, fico olhando 48... bem mais novo, aí tem cara de 60... e eu, com 50. Todo mundo se impressiona como é que eu tenho 50 anos com cara de 38, 40, mas eu acho que não comer carne vermelha. E, e, e tá provado, todo mundo se admira né? Um dia desse tava conversando com o Valdetário e ele: “Rapaz, tu tem 50 anos? Rapaz, não parece não, não tem quem diga.” e ainda tem outro detalhe a alimentação, eu já tive um acidente há muito tempo atrás e bati a cabeça e me recuperei rapidíssimo, eu tinha uns 23 anos, o médico ficou impressionado que achava que eu, se eu escapasse ficaria com sequela e não fiquei com sequela me recuperei rápido.11

Bom... eu... porque como a gente é educador, é ser humano, educador como eu lhe falei, tem contato com muitas pessoas, tem que ter uma aparência saudável né? Uma, uma... não digo vaidade, tanto que eu tenho pouco, né? Tenho pouco né, mas é mais cuidado consigo mesmo né, pra

¹⁰ Comerciante, idade não revelada, casado. Entrevista realizada no dia 01 de novembro de 2014.

¹¹ Advogado, 50 anos, casado. Entrevista realizada no dia 17 de abril de 2015.

não, não... e até a gente vai pra terceira idade, porque eu tô na terceira idade [risadas]. Então, você tem que ficar bem não? Você velho ficando todo desleixado, caindo aos pedaços aí você, pronto, fica pra baixo mais ainda né. Eles, eles admiram muito: “O padre tá sempre novo” né? Tipo, tive um problema do coração no ano passado e aí eu caminho todo dia sabe, tenho cuidado com a alimentação, não como tudo, sabe, a alimentação é fundamental, viu, também? É, é, porque não adianta só a casca tá, né, o interno também tem que tá.¹²

E no que diz respeito à estética, o cabelo é uma das partes do corpo com as quais os interlocutores mais se preocupam quando chegam nesta faixa de idade, enquanto alguns querem cobrir os brancos para rejuvenescerem, “disfarçar” a velhice, outros já “aceitam” a velhice e querem realçar a cor branca dos cabelos:

Shampoo colorante, a aquela cor azulada sabe, pra tirar o amarelado e deixar o cabelo com aquela cor prateada, sabe, prateada. Ah tem uns que... determinadas pessoas que não gosta, se você falar em, em... “Seu Fulano, você, cê não quer pintar o cabelo não pra cobrir esses brancos?” Não, prefiro deixar assim, a questão de cultivar a cor natural, mas já tem outros que não quer, mas depende de você... tiver cabelos brancos sabe... cabelos nos ouvidos. Tem pessoas que tem aquele pelos salientes, a gente tira pra deixar tipo moderno sabe? (Maia, cabeleireiro e barbeiro do Salão Presidente).¹³

Tem muitos que usa é... tem cabelos brancos, né, e usa uma mechas, umas luz inversa, né, que é aquela que você bota o preto em cima do branco, pra dá uma disfarçada, né, e esse cliente... ele tá com um cuidado acima dos outros entendeu? Porque é um trabalho que com o tempo ele vai entendendo o efeito, né? E ele tá sempre refazendo, entendeu? (Flávio, dono e gerente do Salão D’Flávio).¹⁴

Incluindo estes cuidados com a aparência, o entrevistado Felipe, cliente do Salão D’Flávio, acredita na importância da realização de exames de saúde como forma de cuidar do corpo, pois servem como meios de diagnóstico precoce e de prevenção de doenças, que facilitam na probabilidade de cura e aumento da expectativa de vida, respectivamente:

Outro motivo é que eu acho necessário, por exemplo, fazer as unhas, é... cuidar da, da limpeza, da, da, do, dos ouvidos, do nariz, dos olhos,

¹² Padre, idade não revelada. Entrevista realizada no dia 01 de novembro de 2014.

¹³ Entrevista realizada em 09 de setembro de 2014.

¹⁴ Entrevista realizada em 26 de agosto de 2014.

acho que isso é importante também, fora também a saúde em termos de exercício físico né? Ah... é..., os exames periódicos também... todos os exames de sangue, de próstata, de imagem que for necessário [...] e... alimentação também, não é, não é só os cuidados ou vaidade não, mas é pra saúde realmente, e a ..., no meu caso, eu acho que... não é nem vaidade, é pra saúde mesmo... é pra imagem...a imagem... Sempre tive, mas vem aumentando com o passar dos anos em questão de alimentação, em questão de... de frequência de exames de saúde, como de sangue, de imagens né...? E... revisão, coração... esses exames normais, vem aumentando. Se você observar também o homem primitivo a idade média era 23 anos, meu pai tem 86, dirige, trabalha... né? Faz hidroginástica, faz também... cuida da, do corpo, cabelo, unha, massagem...¹⁵

Se referindo aos exercícios físicos, estas práticas são costurmeiras nas rotinas de alguns interlocutores no intuito de aguentarem seus ritmos de vida e de passarem mais tempo com a família e com os amigos, aproveitando os momentos de lazer e também envelhecerem com saúde e longevidade, como revelam Maurício e Carlos, clientes do Salão D'Flávio:

Exatamente, eu prefiro, eu faço as coisas... é, é, pra estar bem no ponto de vista de saúde, mas não é importante? É, mas é malhar pra ficar sarado? Não, malhar pra tá bem, pra poder correr atrás do filho, pra poder jogar bola com os amigos, pra poder ter pique, ter disposição pra fazer as coisas, não é pra ficar sarado, e ter que num, num..., não é esse o ponto. Eu acho que... pelo menos a maioria dos meus amigos homens, eles têm essa preocupação também né? A preocupação de ficar sarado, aquela coisa de "Ah, eu, eu só posso sair se eu tiver com, com o peito depilado, ou com um, um... sei lá... uma pele... é... sem nenhuma espinha, sem nenhuma...enfim". Não tenho essa preocupação.¹⁶

[...] Os médicos dizem, orientam que façam exercício, que está efetivamente comprovado que ginástica, exercício ele ajuda dá longevidade, ajuda no batimento cardíaco, não demais claro que você correr como você tá andando, então, os exercícios têm ajudado muita gente a envelhecer porque você vai... já pensou se você ficar parado? As articulações não vão reagir em nada, então, por ai vai. E essa vaidade passa também pela questão de saúde, quem é que não quer envelhecer com saúde? Aliás, eu acho que é uma benção, e não uma glória. Sinceramente, eu penso que vou envelhecer daqui a 50 anos.¹⁷

¹⁵ Advogado, casado, 52 anos. Entrevista realizada no dia 28 de fevereiro de 2015.

¹⁶ Engenheiro de finanças, idade não revelada, casado. Entrevista realizada no dia 01 de novembro de 2014.

¹⁷ Advogado, 50 anos, casado. Entrevista realizada no dia 17 de abril de 2015.

Outra justificativa que se relaciona com a questão da saúde e do envelhecimento nos cuidados com as imagens corporais dos interlocutores é a higiene. O aparentar bem significa manter a figura sempre “limpa” por meio do corte e limpeza das unhas das mãos e dos pés, limpeza de pele, corte dos cabelos, redesenho ou retirada total da barba e/ou do bigode e extração dos pelos dos ouvidos e do nariz, pois o acúmulo de sujeira e descuido das unhas, o aspecto de uma pele suja e “pesada” e os pelos nos locais mencionados muito crescidos criam uma imagem cansada e envelhecida que passam um aspecto de desleixo.

Logo, todo este cuidado diz respeito ao uso disciplinar do corpo exigido cada vez mais dos sujeitos e por eles mesmos, nas suas sociabilidades, em vista do julgamento do olhar ser imprescindível na seleção de quem é cuidadoso, responsável, confiável e agradável de se relacionar, conforme a exposição de Saulo, cliente do Salão Presidente:

Eu uso mais, eu, o que eu uso mais é, é, é unhas, unhas e cabelo. Higiénico né? E é, é, é sensato as pessoas procurar cortar seu cabelo, eu corto aqui, limpo, deixar as unhas cortadas é saudável, é bem melhor olhar ela desse jeito do que olhar ela toda suja de areia, toda suja, com as unhas grandes, é bem mais agradável até... e higiénico, né? Sobretudo, higiénico. Na vida, tudo demais é veneno, tudo que você fizer na sua vida, você não deve ser nem mais e nem menos, você deve ter o bom senso, o equilíbrio.¹⁸

Por conseguinte, o hábito de ir ao salão de beleza para fazer as unhas e cortar os cabelos no intuito de cuidar da higiene do corpo se refere também ao “adestramento” corporal, ao qual Foucault (1993b, p. 146) expõe como o exercício do poder positivo que desperta no sujeito o prazer de manter o corpo conservado, limpo e com saúde:

O domínio, a consciência de seu próprio corpo só puderam ser adquiridos pelo efeito do investimento do corpo pelo poder: a ginástica, os exercícios, o desenvolvimento muscular, a nudez, a exaltação do belo corpo... tudo isso conduz ao desejo de seu próprio corpo através de um trabalho insistente, obstinado, meticuloso [...].

¹⁸ Servidor público, 57 anos, divorciado. Entrevista realizada no dia 06 de março de 2015.

Dado tal investimento corporal, Vigarello (2003) define a ação voltada à preservação do corpo como o princípio da eficácia que compõe uma das três faces da existência corporal, as outras estão relacionadas à apropriação do corpo no campo da intimidade, à identificação e ao pertencimento do indivíduo demonstrados pelas expressões físicas. Mauss (2003) assevera que estes empreendimentos corporais, assim como as formas do repouso e sono, de movimentações do corpo, comer, beber e outras técnicas de cuidados incluindo os hábitos de higiene, são aprendidos pelos sujeitos e que os constituem culturalmente.

E tais técnicas corporais (MAUSS, 2003) são investidas também por esses homens pelo fato de serem avaliados pelo olhar do outro, não só nas relações sociais de trabalho e em outras sociabilidades, como também nas relações íntimas que influem nas idas daqueles aos salões de beleza.

Esta reivindicação das mulheres para que os homens zelem pela boa imagem diz respeito à tentativa de igualdade nas relações de gênero para manterem o casamento ou qualquer outra relação afetiva e/ou sexual, além de estabelecerem obrigações nas divisões das despesas do lar e na educação dos filhos. Isto significa dizer que não é só a mulher que cuida da aparência para que o homem permaneça ao seu lado, e a relação dure, mas também, torna-se cada vez mais recorrente as práticas dos cuidados para a boa aparência do corpo masculino com o intuito também de atrair e manter a companhia por perto.

A atração física, que desperta o envolvimento emocional sob as vistas de uma boa aparência, corresponde à sexualidade dos sujeitos, a qual, de acordo com Weeks (2013), faz do corpo local de sua concretude sendo essencial para constituição corporal dos mesmos. Mas não se limita só ao aspecto físico, diz respeito também às imaginações, crenças e aos desejos constituintes de suas personalidades e identidades. E pode-se considerar que os cuidados com a aparência estética como controle corporal, conforme Foucault (1993a), integra o regulamento social que disciplina os corpos e os comportamentos individuais em razão da preservação de uma instituição social tradicional que é o casamento.

Sant'anna (2014) fala que o embelezamento esteve associado somente ao comportamento das mulheres, as quais buscavam a boa aparência com objetivo de atrair a atenção masculina. E, por isso que a procura por uma imagem agradável se tornou uma prática constante na rotina dos interlocutores desta pesquisa em razão da atração que um corpo bem cuidado pode causar em relação ao sexo oposto, segundo a afirmação de Saulo, cliente do Salão Presidente:

Ela [a vaidade] tá bem, tá bem, tá bem, expandiu bem mais, isso graças a vocês, mulheres, porque as mulheres é, é, a... o, o homem começou a ver, a enxergar, que é bem mais legal você olhar uma mulher penteada, uma mulher bem feita, uma mulher bem trabalhada do que uma mulher toda assanhada, uma mulher toda... rudimentar... e eles começam a questionar isso deles também: "Eu acho que ela também vai me olhar bem melhor se eu tiver... eu, eu, eu vou ser bem mais... interagir bem mais na sociedade desse jeito como ela tá também interagindo do que aquela que tá toda..." Então, eu acho que o homem deu essa resposta aí. Aliás, eu quero dá uma resposta chave, porque que eu vim fazer isso aqui, por que você veio hoje ao salão de beleza? Porque amanhã é o dia internacional da mulher, e eu quero tá bem bonito pra elas.¹⁹

Com isso, o controle corporal no que diz respeito aos cuidados com a aparência indica segurança e competência do sujeito que facilita sua interação em determinado ambiente social, especialmente em relação à conquista amorosa e/ou sexual de alguma pretendente, como declara Carlos, cliente do Salão D'Flávio:

Resumindo, vou até te dizer que, efetivamente, neste século agora, as pessoas, os homens, né? As mulheres nem se falam, mas os homens estão bem vaidosos, se cuidando mais, quem é que não quer tá cortando o cabelo, dando um sorriso Colgate como a gente diz. Olha, vou te dizer uma coisa, não tem nada pior do que a pessoa falar perto... eu faço questão de escovar os dentes três vezes ao dia, você já pensou a pessoa dá uma risada e tá faltando os dentes? [risadas]. Se a pessoa te dá um beijo, você tá perfumado, tá cheiroso, é muito bom, isso é agrega mais as pessoas às outras pessoas, porque o que afasta uma pessoa é o mal-cheiro, se você tiver bem tratado, todo mundo faz questão de te dá um abraço, isso é importante.²⁰

¹⁹ Servidor público, 57 anos e divorciado. Entrevista realizada no dia 06 de março de 2015, dois dias antes do dia 08 de março, dia internacional da mulher, por isso que ele encerrou a declaração com esta intenção de se arrumar para as mulheres, mas ele se confundiu achando que era um dia após o da entrevista.

²⁰ Advogado, 50 anos, casado. Entrevista realizada no dia 17 de abril de 2015.

Na exposição e análise do que é ser “ vaidoso na medida”, constata-se que cuidar da aparência estética do corpo masculino é estar numa constante vigilância que oscila entre o agrado e a autoafirmação da masculinidade destes sujeitos. Ser “ vaidoso na medida” é impressionar-se com o belo, mas não ser seduzido por ele, é conter-se diante das tentações dos olhares que julgam e que, conjuntamente, se mostram como estímulo ao zelo pela boa imagem. Ser “ vaidoso na medida” é seguir o exemplo da família e esposa nos cuidados com o corpo e servir também de modelo na educação dos filhos sem centrar totalmente em si. Ser “ vaidoso na medida” é ter consciência de um corpo que tem valor, mas que se desgasta, e, com isso, usar essa vaidade, a qual se refere a cuidar do corpo sem exageros, na limpeza, no trato, reparo, nos exames de saúde e exercícios físicos, para que essa presença corporal, tanto biológica como social, possa durar e representar estes homens.

Considerações finais

O tema da vaidade masculina vem sido debatido, conforme a perspectiva da moda e publicidade focando no significado dos elementos visuais que compõem a nova imagem do homem contemporâneo. Agregando estes estudos ao campo da sociologia, o gênero vem à tona para pôr em destaque a masculinidade hegemônica, a qual faz uso dos corpos másculos e viris como principal meio representativo, sendo provada na execução da violência física e do desempenho sexual, assim como a ocorrência de outras masculinidades, já apresentadas por Almeida (1992), Connell (1995) e Nolasco (1995), que revelaram também outras possibilidades de representações corporais.

Portanto, a relação entre masculinidade e corpo se tornou fundamental, e ainda é, tendo em vista o recente processo de desconstrução desse “ macho” incorporado em conflito com a necessidade de identificação ainda amparada na masculinidade hegemônica. Pelo fato dos homens se assumirem mais cuidadosos com a aparência estética do corpo, tal investigação ocorreu sob a hipótese de que as mudanças da aparência do corpo masculino seriam advindas das mudanças nas maneiras de ser homem na atualidade. Porém, surgiram outros questionamentos os quais evidenciaram

que nem sempre uma coisa condiz com a outra, ou seja, será que ser um homem vaidoso realmente diz respeito à desconstrução total dessa masculinidade hegemônica? Seria uma nova reconfiguração dessa masculinidade sendo representada na figura do “*machus aestheticus*” inserido nesta sociedade da ética da estética sobre a qual Maffesoli (2010) trata? Ou ocorreria realmente o surgimento dessas novas masculinidades incorporadas e reforçadas nestes corpos que habitam os salões de beleza?

No caso dos entrevistados, dos “vaidosos na medida”, a mudança de conduta supõe que o homem mais vaidoso, preocupado com a aparência, seja dissociado da imagem do homem arraigado na masculinidade hegemônica que classifica os cuidados com a aparência como uma preocupação “natural” das mulheres. Mas, as aparências podem enganar neste sentido de considerar que todo homem que se cuida, que é bem aparentado, seja um sujeito desvinculado deste referencial masculino, pois poderia este ser constrangido sob o imperativo “seja homem, cuide-se!” da mesma forma que as imposições, “seja homem, lute!”, “seja homem, não broche!” e “seja homem, seja firme”, em razão da cobrança do mercado de trabalho, das exigências das mulheres e da constante preocupação em manter um corpo saudável, limpo e jovem.

Referências bibliográficas

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. *Nordestino: invenção do “falo” - uma história do gênero masculino (1920-1940)*. 2. ed. São Paulo: Intermeios, 2013.
- ALMEIDA, M. V. *Senhores de si: uma interpretação antropológica da masculinidade*. Lisboa: Fim de Século, 1995.
- BADINTER, E. XY: Sobre a identidade masculina. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
- CONNELL, R.W. *Masculinities: Knowledge, power and social change*. Berkeley: University of Califórnia Press, 1995.
- COURTINE, J. *Decifrar o corpo: pensar com Foucault*. Trad. Francisco Morás. Petrópolis: Vozes, 2013.

FOUCAULT, M. *A História da Sexualidade 1: a vontade de saber*. 11^a ed. Rio de Janeiro: Graal, 1993a.

_____. *Microfísica do poder*. 11^a ed. Rio de Janeiro: Graal, 1993b.

_____. Nietzsche, a genealogia, a história. In: FOUCAULT, M. *Ditos e Escritos*. Vol. I. Paris: Gallimard, 1994.

_____. *A História da Sexualidade 3: o cuidado de si*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

MAFFESOLI, M. *No fundo das aparências*. Trad. Bertha Halpern Gurovitz. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

MAUSS, Marcel. As técnicas corporais. In: _____. *Sociologia e Antropologia*. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

NOLASCO, Sócrates. *O mito da masculinidade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

OLIVEIRA, P. P. Discursos sobre a masculinidade. *Revista de Estudos Feministas*. Florianópolis, v.6, n.1, 1998.

QUEIROZ, Renato S. *O corpo do brasileiro - estudos de estética e beleza*. São Paulo: Senac, 2000.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. *História da beleza no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2014.

VIGARELLO, G. A história e os modelos de corpo. *Pró-Posições*, v. 14, n. 2, 2003.

WEEKS, J. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, G.L. (org). *O corpo educado - pedagogias da sexualidade*. 3 ed. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

Cartografias do sombrio: performances e subjetividades no universo gótico de Fortaleza

Sandra Stephanie Holanda Ponte Ribeiro

Introdução

No presente artigo, trago a descrição das performances góticas com base no trabalho de campo realizado durante a pesquisa de dissertação¹, na qual acompanhei as trajetórias de jovens afinados² com o gótico em seus circuitos de lazer na cidade de Fortaleza, estado do Ceará, a fim de observar como eles vivenciam uma experiência com esse mundo artístico³ em diferentes espaços e eventos musicais. As vestimentas e os acessórios que compõem a estética desses jovens, os gestos ritualizados executados durante os shows - como as danças - e as interações sociais da vida cotidiana fazem parte da performance gótica. Para Schechner (2003), as performances existem apenas enquanto relações e interações que marcam as identidades, remodelam e adornam o corpo, e contam histórias. Recombinadas em inúmeras variações, elas expressam a afinidade desses jovens com o mundo artístico gótico.

¹ Falo da dissertação escrita por mim intitulada *Cartografias do Sombrio: Arte, subjetividades e performances no universo gótico de Fortaleza*, concluída em 2016 no curso de mestrado em Sociologia da Universidade Federal do Ceará sob a orientação da Profa. Dra. Glória Maria dos Santos Diógenes. Cf. RIBEIRO, 2016.. Cf. RIBEIRO, 2016.

² Comumente referenciados como góticos, muitos desses indivíduos rejeitam essa denominação. De modo que opto pelo emprego da expressão “afinados com o gótico”, inspirada no trabalho de Medeiros (2008), para elucidar uma relação de “afinidade” que esses jovens mantêm com esse mundo artístico.

³ O mundo artístico é um conceito elaborado por Becker (2010) que define um conjunto de atividades desempenhadas por uma rede de cooperação de indivíduos com o objetivo de constituir um determinado trabalho de arte, tomando como base um repertório de conhecimentos e de artefatos já estabelecido anteriormente por práticas rotineiras e comumente compartilhado por todos. Utilizo esse conceito na pesquisa para referenciar o universo gótico compreendendo-o a partir das práticas, fluxos e conexões que culminam das experiências de jovens com a arte gótica.

Em seguida, discuto também como a produção subjetiva nos encontros entre esses jovens é capaz de transformar essas performances. A partir da observação do evento *Dança das Sombras*, mostro que através dos afetos (ESPINOSA, 1992), mobilizados pela “música-corpo”, os jovens são impulsionados a romper com os códigos de comportamento, alterando suas performances e promovendo fluxos de intensidade. A música aciona a vibratibilidade (ROLNIK, 1989) em seus corpos ampliando a disposição para se deixar atravessar pelos afetos, assim novas relações e conexões se formam durante os shows.

Os jovens que têm uma afinidade com o mundo artístico gótico são aqueles que podem ser reconhecidos, em termos de estética, através do uso predominante de vestimentas pretas - em geral, roupas inspiradas nos visuais de bandas do estilo *rock gótico* e nos personagens de filmes clássicos de horror e da literatura gótica. Eles costumam frequentar locais como boates, bares, casas de shows, cinemas no centro da cidade e cemitérios. Já a música gótica é resultado da mistura de diversos estilos musicais e artísticos, cujo principal expoente é o *gothic rock* que se popularizou na Inglaterra no final da década de 1970 com as bandas *Bauhaus*, *The Cure*, *Joy Division* e *Siouxsie and the Banshees*, entre outras. Em geral, as músicas são dançantes, caracterizadas por um experimentalismo centrado no som do instrumento contra baixo, pelo uso frequente de baterias eletrônicas, teclados e vocais guturais de tom lamentador. As letras apresentam temas românticos, sombrios, macabros, pessimistas, que fazem referência à vida noturna e à morte (RIBEIRO, 2012).

Na pesquisa de dissertação, tive a oportunidade de acompanhar o jovem *Dunkle Seele*⁴ em diversos eventos musicais para além daqueles cuja temática está diretamente relacionada ao universo gótico. Os encontros durante os shows revelavam a forma mais intensiva de experimentação juvenil. Foi por meio deles que pude fazer uma descrição minuciosa das festas, relações e performances

⁴ *Dunkle Seele* é um jovem de 20 anos que trabalha como secretário pessoal e mora no bairro Henrique Jorge. Em entrevista gravada, ele contou que desde a época de escola tem uma afinidade pela arte gótica e atualmente participa de diversos eventos musicais, como público ou como DJ, e também escreve poemas e artigos inspirados no universo gótico.

relacionadas ao mundo artístico gótico, e, ao mesmo tempo, seguir o movimento de afetos que atravessavam as subjetividades desses indivíduos. Naquele trabalho, priorizei o uso de técnicas de investigação como a observação de campo desses eventos, conversas informais face a face ou através da Internet e entrevistas gravadas. A pesquisa objetivou refletir sobre como esses jovens vivenciam experiências com o gótico a partir desses encontros.

Sobre a expressão das performances góticas

Os jovens afinados com o gótico podem ser reconhecidos pela utilização de diversos tipos de vestimentas, contudo, predominantemente na cor preta. A seguir, descreverei os estilos de roupas que observei com maior frequência durante a pesquisa: a) roupas inspiradas na moda vitoriana⁵ como espartilhos⁶, coletes, saias e vestidos longos com rendas, fitas, golas altas e mangas bufantes; capas e sobretudos; além de acessórios como luvas de tecido ou renda e colares. Faz parte desta estética, o uso de cabelos longos; b) roupas inspiradas nas bandas de *pós-punk* e *rock gótico* como calças, saias e jaquetas de couro; meias-calças arrastão e roupas intencionalmente rasgadas; botas de cano longo e coturnos. Geralmente usam acessórios de couro e metal, como *spikes*, coleiras, colares, etc. Os cabelos podem ser curtos, desgrenhados e às vezes raspados com corte estilo moicano (cabelos raspados somente nas laterais da cabeça); c) roupas que de modo geral se referem ao universo do *rock*, mas não são tão elaboradas quanto as anteriores, como vestimentas pretas, camisetas com estampas de bandas, calças e shorts jeans, tênis, etc.

⁵ Refere-se à moda utilizada na Era Vitoriana (no Reino Unido, século XIX), na qual era comum o uso de vestimentas pretas devido ao rigoroso ritual de luto ocasionado pela baixa expectativa de vida da época (MODA VITORIANA, 2016).

⁶ Espartilho (ou *corset*) é uma peça do vestuário feminino que contém barbatanas metálicas e amarração nas costas com a função de reduzir a cintura e manter o tronco ereto. Ela foi bastante utilizada na Era Vitoriana (século XIX) e depois se tornou um acessório fetichista. Os corseletes são peças semelhantes cujas barbatanas são feitas de plástico ou silicone, já os corpetes apresentam as amarrações nas costas, mas não têm barbatanas (ESPARTILHO, 2016). Essas peças de roupa aparecem com frequência na indumentária gótica e são utilizadas por homens e mulheres.

A maquiagem para homens e mulheres é utilizada nos três estilos descritos acima, ainda que de forma mais intensa pelos dois primeiros, e caracteriza-se pela preferência pela pele pálida com olhos, bocas e sobrancelhas fortemente marcados com tons escuros. Ela remete, sobretudo, à estética extravagante das bandas de *rock gótico* e dos filmes de horror na qual esses jovens se inspiram. Segundo Machado Pais (2006, p. 16),

Ora, o gosto pela metamorfose e pela ostentação é [...] uma característica das culturas juvenis quando, na ênfase visual, ritualizam o disfarce e as expressões transfiguradoras e excessivas [como acontece com piercings, tatuagens, amuletos, adereços, insígnias, cortes exóticos de cabelo, etc.].

Dunkle Seele revela, em entrevista concedida para a pesquisa, que desde que começou a escolher as próprias roupas tinha preferências por roupas de tons escuros e fortes, como preto, roxo, azul e vermelho. Para ele, suas referências artísticas e sua personalidade, o influenciaram a gostar e se sentir bem com esse tipo de roupa. O interlocutor afirma que a “estética”⁷ é importante porque externaliza algo pessoal daquele indivíduo para as outras pessoas por meio do seu modo de se vestir. É uma forma de se destacar e ser diferente. Em suas palavras, “eu começava a desenhar minhas roupas. Eu não queria ser como as outras pessoas, eu queria ser diferente. Eu quero ter o meu próprio estilo, minha própria estética, não quero me prender a nenhum tipo de moda” (informação verbal).

Por isso é preciso “se dedicar à estética”, ou seja, procurar por referências em filmes, livros e bandas para “mostrar algo através do estilo”. As roupas e os adereços funcionam para expressar a afinidade pelo mundo artístico gótico e se diferenciar daqueles que se vestem somente conforme a moda *mainstream*. De acordo com Machado Pais (2006, p. 16), “a excentricidade no vestir, presente em muitos estilos juvenis, corresponde também a um questionamento da validade de limites convencionais”.

⁷ Estética, visual ou estilo são nomes utilizados pelos jovens afinados com o gótico para referenciar os tipos de roupas e de maquiagem que utilizam, isto é, aquilo que compõe suas aparências e os distinguem. Enquanto a palavra “moda” está associada a vestir as roupas tradicionais ofertadas pelo mercado *mainstream*, o “estilo”, ao contrário, é original, autêntico e remete à prática do *do it yourself* (faça você mesmo).

Figura 1 – *Dunkle Seele* e seus amigos com vestimentas características do gótico



Fonte: Acervo do interlocutor (2016)

Figura 2 – *Dunkle Seele* e a estética gótica.



Fonte: Acervo do interlocutor (2016).

Além das roupas, outro modo de expressar uma afinidade pelo gótico é pela prática de determinados gestos ritualizados como as danças e os movimentos executados durante os shows musicais. No trabalho de monografia, revelei que

Em frente ao palco, as pessoas [jovens afinados com o gótico] dançam de um lado para o outro, quase sem mover os pés, trazendo o pesar e o ritmo marcado da música em seus passos. [...] balançam seus quadris com os braços levantados. Sobretudos voam no ar em meio à dança frenética quase hipnótica de passos carregados e repetitivos. Sempre mexendo suas cabeças de um lado ao outro, levantando os braços e cantando os refrãos das músicas. Mesmo próximas, elas parecem dançar sozinhas concentradas no som e em seus próprios movimentos, já outras se contentam em apenas observar o show de longe (RIBEIRO, 2012, p. 48).

A “estética” produzida através de roupas, acessórios e maquiagem e os gestos ritualizados executados durante os eventos musicais constituem formas de performances góticas, o que significa que elas são experiências que expressam uma afinidade por esse mundo artístico. Richard Schechner (2012) defende a ideia de que as performances – sejam elas performances artísticas ou da vida diária – consistem na ritualização de sons e de gestos. O autor comenta que, mesmo quando pensamos estar sendo espontâneos ou originais, a maior parte do que fazemos e falamos já foi feita e dita antes. Para ele, tanto o comportamento altamente estilizado – como o das performances artísticas – quanto o comportamento da vida cotidiana – como a manutenção dos papéis sociais – podem ser caracterizados como performances.

Schechner (2003) afirma que essas performances consistem em comportamentos duplamente exercidos, codificados e transmissíveis, o que o autor denomina de “comportamentos restaurados”. Isto é, ações físicas, verbais ou virtuais, que não acontecem pela primeira vez, que são preparadas ou ensaiadas, mesmo que a pessoa não esteja ciente que ela desenvolve uma porção desse comportamento. Contudo, mesmo sendo feitas de porções de comportamento restaurado, cada performance é diferente de qualquer outra. Isso ocorre porque, conforme o autor, determinadas porções do comportamento podem ser recombinaadas em um número infinito

de variações e nenhum evento consegue copiar exatamente o outro. A ocasião específica e o contexto fazem com que cada performance seja única. Segundo Schechner (2003), tratar qualquer objeto, trabalho ou produto enquanto performance, consiste em investigar o que faz o objeto, como interage e se relaciona com outros objetos e seres. Para ele, performances existem apenas enquanto ações, interações e relações. Assim, elas marcam identidades, dobram o tempo, remodelam e adornam o corpo, e contam estórias.

Ao pensar o objeto deste trabalho sob essa perspectiva, pode-se afirmar que as roupas e os acessórios que constituem a estética dos jovens afinados com o gótico, os gestos ritualizados executados durante os shows, bem como as interações sociais da vida cotidiana desses indivíduos representam porções de comportamentos restaurados. Estes são recombinaos em inúmeras variações, de forma a transformar seus corpos - por meio dos adornos e dos movimentos desempenhados - e assim expressar uma afinidade por esse mundo artístico. Esse pensamento reafirma a ideia inicial de *Dunkle Seele* de que a função das vestimentas é, sobretudo, exteriorizar algo de si para os outros.

Ainda sobre essa questão, o autor Bittencourt (2015), ao investigar as performances dos jovens nos shows de *hardcore*⁸, sugere que ao invés de se preocupar com a leitura do conteúdo das expressividades (a interpretação dos sentidos), deve-se questionar as bases que o sustentam. Em suas palavras, “(...) o que me surpreende não são os gestos que se inscrevem na performance *hardcore* (...), mas a maneira como a música *hardcore* mobiliza afetos provocando movimentos de fuga e captura nas subjetividades dos jovens” (BITTENCOURT, 2015, p. 178). No tópico seguinte, busco - agenciada por este autor - analisar como também a música gótica é capaz de mobilizar afetos que atravessam as práticas de jovens afinados com o gótico nos momentos de shows musicais e alteram suas performances.

⁸ Estilo musical relacionado ao *punk rock*. Cf. BITTENCOURT, 2015.

A Dança das Sombras e o despertar de uma música-corpo: a produção de subjetividade nos encontros de jovens góticos

Corpos dançam solitários,
Na batida sintetizada e envolvente.
Em movimentos quase involuntários,
Adentrando na madrugada contingente.

A atmosfera é obscura,
O sinistro compõe a estética do lugar!
O som e o ambiente levam à loucura
Quem não consegue parar.

Luzes iluminam a fumaça,
Entre vozes e gritos distorcidos,
A sonoridade agitada se entrelaça,
Em diferentes ecos e sentidos.
A palidez nos rostos é notória,
A escuridão caracteriza o local,
Causando uma sensação ilusória
De profundidade irreal
(Dança das Sombras de *Dunkle Seele*)

A *Dança das Sombras* é um evento com temática voltada para o universo gótico na cidade de Fortaleza. A festa já teve 29 edições desde sua estreia em 2005 que ocorrem geralmente nas sextas-feiras ou aos sábados à noite em casas de shows localizadas no bairro Praia de Iracema⁹. O evento conta com shows musicais de DJs e bandas locais, nacionais e, em sua última edição, teve pela primeira vez a apresentação de uma banda internacional. No dia 12 de setembro de 2015, realizou-se a *Dança das Sombras XXIX* em edição especial comemorando os dez anos do evento. A festa ocorreu na casa de shows *Berlinda Club* e teve início às 22 horas com a apresen-

⁹ As casas de shows nas quais ocorre a maioria dos eventos observados na pesquisa se situam no circuito formado pelo bairro *Praia de Iracema* que fica próximo ao centro da cidade e a praia de mesmo nome, onde se localiza a avenida beira-mar. Em 1999, uma área do bairro foi restaurada e transformada no *Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura* que conta com museus, anfiteatros, praças e cinemas. É uma área turística da cidade com várias boates, bares, restaurantes, hotéis a beira-mar e centros de lazer. Esses espaços estão localizados ao redor do *Centro Cultural Dragão do Mar* ou próximos ao *Estoril de Fortaleza* na Rua das Tabajaras.

tação de DJs e das bandas *Black Knight Frequency* (CE), *Blue Butterfly* (DF), *Tonchirurgie* (Alemanha) e *Plastique Noir* (CE).

A casa de shows *Berlinda Club* é composta por uma entrada lateral que dá acesso a um pequeno espaço, onde se encontra a bilheteria. Após a entrada, se chega a um amplo salão com chão e paredes na cor preta e um bar do lado esquerdo. No final do salão, há uma escada para um segundo pavimento que dá acesso a um longo camarote com mesas e cadeiras do lado esquerdo e a um espaço onde os músicos se apresentavam do lado direito. No mais, havia dois banheiros, um masculino e um feminino, e um corredor que dava para uma área aberta, na qual era permitido fumar, ambos instalados no primeiro piso. Quando chegamos ao local do evento - eu, *Dunkle* e alguns amigos - era aproximadamente meia-noite e o primeiro show da banda *Black Night Frequency* (CE) já havia começado. Os jovens ali presentes bebiam, conversavam e dançavam movendo-se de um lado para o outro timidamente.

Na festa, era possível observar diversos estilos de vestimentas, desde jovens com roupas menos elaboradas como calças jeans, tênis e camisetas, aos visuais mais complexos. Havia homens e mulheres ornamentados com espartilhos, coletes, jaquetas, sobretudos, vestidos, burcas, saias, calças de couro, geralmente na cor preta ou combinando preto com outras cores como vermelho ou branco. Eles usavam maquiagem preta nos olhos e na boca e acessórios como correntes, *spikes*, colares com crucifixos e *ankhs*, perucas, etc. Algumas mulheres usavam também vestidos longos de estilo vitoriano. Acerca dos cortes e cores de cabelo, também eram dos mais variados, desde cabelos raspados nas laterais ao estilo moicano, espetados, longos, curtos, alguns tingidos de loiro, vermelho ou rosa. Os calçados mais comuns entre aqueles mais caracterizados com o gótico eram coturnos e botas pretas de cano longo, mas também havia sandálias de salto alto e tênis.

Durante os shows, observei diferentes grupos de jovens interagindo entre si como, por exemplo, jovens com indumentárias mais características com o mundo artístico gótico e outros com roupas consideradas mais comuns ao universo do rock em geral, como tênis, camisetas e vestidos pretos, sem muitos acessórios. A interação entre esses grupos no momento da dança demonstra

como as conexões dentro do ambiente da festa podem acontecer de forma espontânea sem preocupações com as amarras identitárias que supostamente guiariam as relações durante a *Dança das Sombras*. Percebe-se também que apesar de ser um evento voltado para a temática gótica, há uma diversidade de jovens que frequentam a festa, assim como de performances que são acionadas na mesma.

Durante o evento, conheci um jovem caracterizado com o universo *punk*¹⁰. Ele tinha um moicano loiro, usava calças jeans, jaqueta com rebites e uma mochila nas costas com *mazas* (tipo de objeto utilizado no malabarismo) penduradas nela. Ele me falou que esperava um show mais voltado para o *pós-punk* que é um estilo musical que ele curte e se surpreendeu com as bandas do evento - principalmente a banda alemã *Tonchirurgie* - cujos estilos se inspiravam também na música eletrônica, estes realizados através do uso de programadores e sintetizadores. Eu expliquei que o gótico tem uma conexão com a música eletrônica, mas que a última banda a se apresentar, *Plastique Noir*, seria mais voltada para o estilo *pós-punk/rock gótico*.

Após o show das bandas *Blue Butterfly* e *Tonchirurgie*, houve um intervalo para que a última atração, a banda *Plastique Noir*, pudesse organizar seus instrumentos no palco e testar o som. Naquele momento, observei que várias pessoas que passaram boa parte do evento ao redor das mesas no camarote, na parte de cima se deslocavam para o salão em frente ao palco. Logo, o salão ficou lotado com um número de expectadores muito maior do que nas apresentações anteriores. O show começou com a execução da música *Imaginary Walls* por volta das três horas e meia da manhã. Abaixo do palco estava uma plateia grande e agitada atenta aos movimentos da banda. Os músicos da *Plastique Noir* vestiam jeans e camisetas pretas, com penteados arrepiados. Durante o show, o vocalista era o que mais se movimentava no palco. Ele pulava, jogava a cabeça pra frente e pra trás, interagiu com o público.

¹⁰ O *pun krock* é um estilo musical que começou a ser produzido no final dos anos 1960 nos Estados-Unidos, tendo seu auge na mídia fonográfica da Inglaterra no ano de 1977, caracterizado pela abordagem agressiva e de referência política (KIPPER, 2008).

Dunkle, que havia passado a maior parte do evento no camarote comigo, pediu para que eu segurasse suas coisas para se juntar aos outros jovens em frente ao palco. Pude vê-lo depois dançando e pulando energeticamente com alguns amigos. Os *punks* que estavam no evento também desceram e se posicionaram ao fundo do salão. Eles dançavam e assistiam ao show, porém de forma mais tímida do que aqueles que estavam mais próximos do palco. Eu me mantive no andar de cima para poder ter uma visão mais ampla do show e da reação das pessoas no andar abaixo, apesar do ambiente muito escuro, podia-se perceber nitidamente a movimentação intensa dos corpos. Nas primeiras músicas, os jovens na plateia pareciam muito animados, dançando, balançando as cabeças, aplaudindo a banda, cantando as letras das músicas e pedindo pela execução de outras. Eles dançavam de forma ágil, mas sem se mover do local onde estavam. Contudo, quando a banda tocou músicas mais rápidas e agressivas, a agitação dos corpos chegou ao seu ápice. Os jovens passaram a mover-se cada vez mais energeticamente.

Nas performances observadas anteriormente entre os jovens afinados com o gótico, os corpos se movem de modo repetitivo de um lado para o outro ocupando quase sempre o mesmo espaço e, com algumas exceções, esse havia sido o padrão de comportamento durante o evento *Dança das Sombras* até então. Entretanto, a partir daquele momento, eles começaram a pular, empurrar e se esbarrar uns nos outros avançando em direção ao palco. Por meio da excitação promovida pelo show da banda *Plastique Noir*, por se tratar de uma banda já conhecida e estimada pelo público, os jovens rompem com os códigos de comportamento e dissolvem as fronteiras pré-estabelecidas de corpos que somente dançavam “isolados”. A agitação no show primava pela mistura, pelo híbrido, pelo encontro de corpos. Conforme Bittencourt, “no momento da dança, as diferenças são completamente apagadas: morre-se o gênero, morrem-se as idades e o que passa a existir são apenas corpos em ebulição sendo agenciados pelos afetos que estão dispersos naquele ambiente” (BITTENCOURT, 2015, p. 189).

Através dos afetos mobilizados pela música, os jovens são impulsionados a transgredir a normatividade dos shows góticos, mesmo em um evento no qual se supõe haver uma maior homo-

geneidade entre os indivíduos pelo compartilhamento de códigos culturais, ou seja, uma propensão maior à captura por uma “identidade gótica”. O problema da adesão a uma identidade não é o compartilhamento de códigos, como a predileção por roupas pretas e a afinidade com a arte gótica, mas o fechamento das experimentações juvenis neles, “reduzindo a multiplicidade a uma unidade” (BITTENCOURT, 2015, p. 245).

De acordo com Espinosa (1992), um corpo se define pela sua capacidade de afetar e de ser afetado¹¹, assim, um encontro positivo entre corpos aumenta suas potências de agir e de pensar. Nesse sentido, proponho pensar a música produzida pela banda como também um corpo definido pelos afetos que provoca. Assim, as alterações nas performances dos jovens - performance aqui entendida como gestos ritualizados que compreendem o corpo e suas expressividades - acontecem porque, em um encontro catártico como o show musical, corpos e afetos - incluindo o híbrido música-corpo - promovem fluxos de intensidade que escapam ao plano de organização territorial e desestabilizam as representações acionadas anteriormente (ROLNIK, 1989). A música aciona a vibratilidade¹² adormecida nos corpos juvenis, ampliando a disposição desses corpos em se deixar atravessar por uma multiplicidade de afetos. Conforme Canevacci (2005, p. 54), “Extrema é a música que transita. A música que altera. (...) Os novos movimentos *techno* da música constroem um corpo que se altera e é atravessado por sons”.

Na medida em que isso ocorre durante a *Dança das Sombras* e em outros eventos, pode-se perceber uma diversidade de conexões que se formam a partir da abertura a novos afetos: como, por exemplo, os dois grupos com performances distintas que passam a dançar juntos; os jovens afinados com o *punk rock* e a associação

¹¹ O afeto pode ser interpretado como o estado transitório que o corpo afetado assume no encontro com o corpo afetante, o que pode resultar no aumento ou na diminuição da potência de agir e de pensar daquele corpo, conforme a natureza do encontro (ESPINOSA, 1992).

¹² Segundo Rolnik (1989, p. 12), “corpo vibrátil” se refere à capacidade de nossos órgãos dos sentidos de “apreender a alteridade em sua condição de campo de forças vivas que nos afetam e se fazem presentes em nosso corpo na forma de sensações”. Desse modo, a vibratilidade está relacionada à capacidade de dar passagem a esses afetos.

com o mundo artístico gótico; e, por fim, a música que reúne esses corpos em uma performance singular no contexto do show. Ao mesmo tempo, os fechamentos de corpos também acontecem quando os corpos de alguns jovens se “blindam”¹³ contra as experimentações engendradas pela música eletrônica. Cada corpo se difere pela sua capacidade de abertura ou não aos afetos disponíveis em cada meio.

Na obra de Deleuze e Guatarri (1977), pode-se refletir acerca desses movimentos de corpos juvenis através da noção de agenciamentos, na qual “de um lado ele é agenciamento maquínico de corpos, de ações e de paixões, mistura de corpos reagindo uns sobre os outros; de outro, agenciamento coletivo de enunciação, de atos e de enunciados, transformações incorpóreas atribuindo-se aos corpos” (Ibid. p. 112). Para esses autores, o agenciamento tem ao mesmo tempo um lado “reterritorializado”, que o estabiliza e reduz a experimentação do desejo, e pontas de “desterritorialização” que o impelem. É por meio da combinação desses dois processos que os indivíduos transformam suas subjetividades, criando e modificando pontes de sentido.

Iniciei esta sessão com um poema de *Dunkle Seele*, inspirado nos encontros de corpos e afetos no êxtase dos shows musicais produzidos naquela noite. O olhar sensível do interlocutor capta com maestria os movimentos de corpos que “dançam isolados”, mas que depois cedem à “loucura” impulsionada pela música e pelo ambiente da festa. Esta se caracteriza, sobretudo, pela multiplicidade de conexões que concebe no campo das experimentações juvenis.

Considerações finais

Com base nas considerações acima, pode-se afirmar que as experiências dos jovens afinados com o mundo artístico gótico em Fortaleza podem ser compreendidas por meio dos fluxos descontínuos que as compõem. Suas vivências se distinguem pela diversi-

¹³ “Uma superexistência se projeta através de um corpo de ferro, de um corpo blindado, não poroso, plano sem imanência. (...) A armadura articulada à fala, à gestualidade e ao movimento revela um código de existência. Revela o corpo-armadura” (DIÓGENES, 2003, p. 205).

dade de relações e de conexões que se formam durante suas travessias pela cidade, o que resulta na multiplicidade de performances e na abertura aos afetos que transformam as subjetividades desses indivíduos através desses encontros.

Ao acompanhar suas experimentações, cheguei à conclusão de que estas se diferenciam, sobretudo, pelo seu potencial de mutação. Isto é, ao invés de buscar apreender seu funcionamento, as representações e sentidos que engendra, eu descobri, ao contrário, que elas não são passíveis de serem delimitadas. Os jovens constroem suas experiências através de fluxos, de hibridez, de movimentos desordenados, de travessias espontâneas. Nos encontros, suas “identidades” se reconfiguram na medida em que seus corpos são atravessados por novos afetos.

Ao longo deste artigo, tentou-se demonstrar que, apesar de manter uma forte afinidade com o gótico, esses indivíduos, ao se permitirem relacionar com outros mundos, impossibilitam, ainda que parcialmente, a captura de seus afetos por uma “identidade gótica”. Mesmo as performances desses jovens, que expressam, através do corpo, essa afinidade pelo gótico, não impedem a formação de movimentos de fuga e de desterritorialização. Pelo contrário, são as performances atravessadas, alteradas, metamorfoseadas que possibilitam a transgressão dos códigos de comportamentos e impedem o fechamento em um ideal identitário.

Referências bibliográficas

BECKER, Howard S. *Mundos da Arte*. Lisboa: Livros Horizonte, 2010.

BITTENCOURT, João Batista de Menezes. *Nas encruzilhadas da re-beldia: uma etnocartografia dos straightedges em São Paulo*. Tese (Doutorado), Universidade Estadual de Campinas, 2011.

_____. *Sóbrios, firmes e convictos: uma etnocartografia dos straightedges em São Paulo*. São Paulo: Annablume, 2015.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. *Kafka*. Por uma literatura menor. Rio de Janeiro: Imago, 1977.

DIÓGENES, G. M. S. *Itinerários de corpus juvenis: o jogo, o baile e o tatame*. 1. ed. São Paulo: Anna Blume, 2003.

ESPINOSA, Bento de. *A Ética*. Lisboa: Relógio d'Água Editores, 1992.

KIPPER, Henrique A. *A happy house in a black planet: Introdução à subcultura gótica*. São Paulo: ed. do autor, 2008. Versão digital. Disponível em: <<http://www.gothicstation.com.br>> Acesso em: maio de 2015.

MEDEIROS, Abda S. *Cosmologias do Rock em Fortaleza*. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade Federal do Ceará, 2008.

RIBEIRO, S. S. H. P. *Góticos na noite de Fortaleza: cenários, atores e hibridismos culturais*. Monografia (Graduação em Ciências Sociais), Universidade Federal do Ceará, 2012.

_____. *Cartografias do sombrio: arte, subjetividades e performances no universo gótico de Fortaleza*. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade Federal do Ceará, 2016.

ROLNIK, Suely. *Cartografia Sentimental: transformações contemporâneas do desejo*. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

SCHECHNER, Richard. O que é performance. In: *O Percevejo*, N. 12, p. 25-50. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2003. Disponível em: <http://www.performancesculturais.emac.ufg.br/up/378/o/O_QUE_EH_PERF_SCHECHNER.pdf> Acesso em junho de 2015.

_____. Ritual (do *Introduction to performance stories*). In: LIGIÉRO, Zeca. *Performance e antropologia de Richard Schechner*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.

Internet

ESPARTILHO. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2016. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Espartilho&oldid=47065467>>. Acesso em junho de 2016.

MODA VITORIANA. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2014. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Moda_vitoriana&oldid=38815851>. Acesso em maio de 2016.

As mulheres da Pracaju e a experiência da solidariedade

Gabriela Colares Teixeira

Introdução

Pensar a experiência das mulheres da Pracaju significa a inserção em um terreno fértil onde a solidariedade parece crescer e dar frutos. É, ao mesmo tempo reconhecer a situação de vulnerabilidade relacionada à questão de gênero, haja vista que, muitas vezes, não lhes falta só renda, mas também espaço, voz, autoestima. Elas inscrevem-se, assim, em um contexto mundial de exclusão feminina que se agrava no ambiente rural onde vivem.

Este artigo é fruto de minha dissertação de mestrado “As mulheres da Pracaju: um olhar sobre gênero e economia solidária em Baixa das Carnaúbas, Caucaia - CE”, na qual abordei a experiência do associativismo, no âmbito da economia solidária, no grupo de mulheres do projeto Pracaju - Produção Rural Alternativa de Caju, realizado na comunidade Baixa das Carnaúbas, localidade de Matões, distrito de Guararu, em Caucaia - CE. A comunidade encontra-se a cerca de 60 km de Fortaleza e localiza-se na porção oeste da Região Metropolitana, parte do estado do Ceará abrangida pelo Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP). O referido projeto consiste na produção de alimentos para venda a partir de frutos da região, tendo como carro-chefe o beneficiamento do Caju.

O estudo teve por escopo compreender, através da inspiração na perspectiva antropológica, como as mulheres de um projeto associativo no meio rural cearense vivem o processo de colaboração entre elas, e de que forma interpretam e vivenciam a experiência da solidariedade e da geração de renda. Destaca-se que apesar de as falas das interlocutoras não explicitarem verbalmente o conceito de solidariedade, tal categoria fica implícita como palavra, mas explícita nas relações sociais descritas. Assim, a investigação partiu

do pressuposto de que a pobreza atinge de modo específico as mulheres, principalmente aquelas que vivem no meio rural. Segundo Guérin (2005), a especificidade da pobreza entre as mulheres leva à necessidade de buscar outras formas de solidariedade. Elas são, segundo a autora, frequentemente os primeiros sujeitos das práticas da economia solidária, uma vez que essas experimentações oferecem uma oportunidade inédita no avanço das lutas contra as desigualdades entre os sexos. Nesse contexto, busquei compreender, levando em conta a particularidade da pobreza entre as mulheres e a situação de vulnerabilidade no meio rural, como se caracteriza um processo em movimento, que tem a solidariedade como uma via possível para estimular o rompimento de uma lógica de dependência, intrínseca a uma sociedade patriarcal e clientelista, no sentido de abrir perspectivas de autonomia e de convivência harmoniosa com o meio ambiente. Para o presente artigo, no entanto, debruicei-me mais especificamente sobre o primeiro capítulo, onde apresento as atoras da pesquisa, dos ambientes de trabalho e de seu cotidiano, buscando a partir dessas informações compreender como as mulheres da Pracaçu inserem-se em um contexto mundial de desigualdades advindas das relações de gênero e como o associativismo e a solidariedade entre elas despontam como possibilidade de fortalecimento.

A Pracaçu consiste em um grupo de mulheres, vinculado à Associação de Desenvolvimento Comunitário de Baixa das Carnaúbas, que utiliza frutos da região para produção de alimentos para venda. O carro-chefe, como já dito, é o pseudofruto do caju, também conhecido como pedúnculo. Através do seu beneficiamento, as mulheres do projeto produzem cajuína, polpas, mel, doce, xarope, bolo, cocada e ainda sequilho, pastel de forno e lasanha de “carne” de caju. Na entressafra, no entanto, trabalham com diversos outros frutos, aos quais têm acesso nos quintais de casas da própria comunidade ou nas comunidades vizinhas, como cajá, goiaba, manga, acerola, ubaia¹ etc. Segundo as moradoras e os moradores, esse

¹ A uvaia é uma planta da família *Myrtaceae* e é também conhecida como ubaia, uvaieira, uaieira, uvalha. O seu fruto chama-se também “ubaia” e “uvaia”. É uma espécie com origem no Brasil, ocorrendo mais comumente nos estados do Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo (UVAIA, 2015). O fruto, no

último é típico da região e esteve no mercado de Caucaia pela primeira vez através delas. O projeto foi selecionado pela Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP) por meio do programa “Ideia da Gente”² e recebeu aporte financeiro para aquisição de maquinário e cursos de capacitação³.

As mulheres dividem-se em turnos e tarefas que começam antes do raiar do sol, quando as “catadoras” colhem os frutos para deixar na minifábrica, onde, durante manhã e tarde, outros dois grupos dão continuidade aos trabalhos, com o beneficiamento. Há, no entanto, grande flexibilidade de tarefas e horários, uma vez que se reconhecem as necessidades de cada uma, pois, como explica Joselina, a coordenadora externa da Pracaju, “como nosso grupo é formado totalmente por mulheres, elas ainda têm que se dividir entre o trabalho na Pracaju e o cuidado com os filhos. São mães solteiras que precisam ralar para garantir o pão na mesa” (Joselina, 48 anos, jan/2016).

Para observar como se dá a experiência da solidariedade, da qual já dá pistas a fala de Joselina sobre as condições das mulheres do grupo, em um ambiente de trabalho com vínculos associativistas, esta investigação seguiu uma inspiração antropológica, fazendo uso também de técnicas de pesquisa como produção de diário de campo

entanto, também pode ser encontrado em outros estados e sua presença em Caucaia se dá em função de fragmentos da floresta de tabuleiro que ainda se pode encontrar na região (CAUCAIA..., 2013).

² O Programa Ideia da Gente foi lançado em 2013 com o objetivo de promover o desenvolvimento regional sustentável nas comunidades de São Gonçalo do Amarante e Caucaia. Os projetos apoiados pela CSP no Ideia da Gente I e atualmente em execução são: Maré Alta, Pracaju, Bom de Bola e Criança na Escola, Caminhando para o Futuro, Vida Maria, Trigo e Esperança, Polo de Confeção Solidária e Lagoa das Cobras Confeções (<http://www.cspeccem.com/>).

³ É interessante ressaltar aqui os processos contraditórios que se observam no que tange ao envolvimento de empresas com a chamada responsabilidade socioambiental. A CSP é alvo de duras críticas de movimentos que se voltam para a defesa da justiça socioambiental, como o núcleo Trabalho Meio Ambiente e Saúde (TRAMAS), da UFC. A presença de um empreendimento como a CSP traz enormes impactos e o investimento em projetos não lhe exime de muitos danos que produz. Essa percepção não se encontra presente somente entre os movimentos citados, mas também se verifica na fala de pessoas da comunidade Baixa das Carnaúbas. Tal tema será, no entanto, melhor desenvolvido no decorrer do terceiro capítulo dessa dissertação.

e entrevistas gravadas, que não seguiram um roteiro fechado, mas que se pautavam pelas questões que norteiam essa pesquisa. Desse modo, foi priorizada a adoção de estratégias, métodos e técnicas qualitativas, visando observar o processo de auto-organização dessas mulheres no âmbito da economia solidária e do associativismo.

Nas entrevistas é possível observar muito mais do que aquilo que foi declarado verbalmente. Há os interditos, há também entonações, gestos, empatias, silêncios etc. Propus-me, então, a um esforço de observação no intuito de fortalecer minha interação junto às mulheres da Pracaju, a fim de estabelecer uma simetria equilibrada de troca de conhecimentos. Para tal, as acompanhei quase que semanalmente em seu cotidiano, no período de janeiro ao começo junho de 2016, dentro e fora do espaço da fábrica, e em cada etapa dos seus trabalhos: plantação, colheita, escolha e limpeza dos frutos, e seu beneficiamento, além de momentos comemorativos, de confraternização e de visitas de estudantes e repórteres curiosos em conhecer a experiência.

As entrevistas, no entanto, foram gravadas apenas no mês de maio, quando, após um período de aproximação e observação, pude perceber que minha presença já não destoava tanto no cotidiano delas. Foi através da troca de sorrisos e regalos – de minha parte e da delas – que pude intuir que de certa forma havia ali se desenvolvido uma relação de confiança. Levar alguns utensílios de cozinha, como uma colher de silicone, por exemplo, após ouvir que elas estavam precisando; repassar fotos delas por mim tiradas, bem como vídeos por mim gravados de reportagens sobre o projeto que havia sido transmitido pela TV, foram mais do que estratégia de pesquisa, uma forma de retribuir não só a disponibilidade daquelas mulheres para comigo, como também os frutos e alimentos, que não foram poucos, que lá recebi.

Nesse sentido, busquei debruçar-me nos relatos das mulheres da Pracaju, transcrevendo-os na íntegra. Maluf sugere que se deve buscar “além do olhar, ver; além do ouvir, escutar; além dos fatos, sentido” (1999, p. 70). Assim, observei seus modos peculiares de se expressar, respeitando suas falas e mantendo o devido cuidado na interpretação e no tratamento das informações obtidas. No decorrer dos diálogos, foram percebidas pistas que só a presença

em campo, só o “estar lá”⁴, permite: os deslizos da memória, a emoção do olhar transbordando lágrima, as pausas, os tons de voz, o silêncio, profundos suspiros, as reflexões, os sorrisos, os muitos sorrisos.

As nove mulheres que formam a Pracaju possuem idades variadas, indo de vinte a sessenta anos, e dividem-se em três turnos, iniciados ainda de madrugada com o grupo das “catadoras”. Elas são responsáveis por colher os frutos e deixá-los na “fábrica” até às sete da manhã, horário em que entra em atividade o segundo grupo, dando continuidade ao trabalho no processamento desses frutos. O beneficiamento é concluído no terceiro turno, que inicia a uma hora da tarde e finaliza o dia por volta das dezessete horas.

As principais vendas dos produtos são feitas para o PAA⁵, para quem a Pracaju produz semanalmente. O programa governamental, então, distribui os alimentos para órgãos públicos do município de Caucaia. Os pagamentos feitos pelo PAA, divididos por elas de acordo com as horas trabalhadas – forma de pagamento eleita por elas em reunião – têm, no entanto, atrasado, fazendo-as, às vezes, ficar até três meses sem remuneração. Os produtos também são comercializados em visitas a residências de Baixa das Carnaú-

⁴ Tomo emprestado aqui o termo utilizado por Geertz (2009) para falar do trabalho de campo do etnógrafo. No capítulo “Estar lá: a antropologia e o cenário da escrita”, o autor expõe as objeções destinadas à concepção da etnografia enquanto “espécie de escrita”, e compreende que o trabalho de etnógrafo é “ir a lugares, voltar de lá com informações disponíveis à comunidade especializada” através de textos “simples e despretensiosos” que não sejam “um mero jogo de palavras, como se presume que sejam os poemas e os romances”. Nesse sentido, Geertz debate sobre como as relações presenciais entre antropólogo/a e nativos/as inevitavelmente influenciam tanto o trabalho de campo como também a escrita antropológica, configurando-se um critério decisivo para a validação do trabalho como um todo.

⁵ O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), é um programa do Governo Federal que compra alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação. O Programa foi criado em 2003, durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, como parte do Fome zero. Os alimentos comprados de agricultores familiar são distribuídos gratuitamente a pessoas ou famílias que precisam de suplementação alimentar (porque estão em situação de insegurança alimentar e nutricional) e também a entidades de assistência social, restaurantes populares, cozinhas comunitárias, bancos de alimentos, entre outros. Os alimentos adquiridos pelo PAA também podem compor estoques públicos estratégicos de alimentos.

bas e comunidades vizinhas, bem como em pequenos comércios locais, mas essas vendas representam um expediente mais fortuito e pontual, com representatividade bem menor, se pensarmos apenas no sentido financeiro.

Chamado de “fábrica” ou “mini-fábrica” pelas integrantes do grupo, o espaço físico da Pracaju é uma construção estreita que se alonga por três cômodos, que abrigam o maquinário e uma mesa ao redor da qual a rotina de produção muitas vezes se confunde com momentos de descontração, risos, conversas, afetos e trocas de experiência. O local fica situado em uma rua de terra batida, onde se encontram casas, pequenos comércios e uma escola pública de educação básica. A paisagem de fundo é formada predominantemente por mato e árvores nativas, vegetação que se estende até onde o olhar pode alcançar. E é muitas vezes em incursões por esse cenário rural que as mulheres buscam os frutos com os quais trabalham.

A comunidade Baixa das Carnaúbas faz parte da região coberta pelo Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), do qual a CSP faz parte. A siderúrgica que, segundo Teles (2015), emprega a maior parte da mão-de-obra local, tem em sua grande maioria trabalhadores do sexo masculino. Apesar de não termos números sobre a absorção de mão-de-obra por gênero na comunidade Baixa das Carnaúbas em específico, os números que Teles (2015) traz em sua pesquisa sobre o CIPP, demonstrando que na CSP 74% da mão-de-obra é masculina, podem ser indicadores da condição de vulnerabilidade das mulheres que ali vivem. Além desses números, as falas das mulheres da Pracaju confirmam essa realidade. Tal é, que, assim como explica Lily Bernardo, eleita coordenadora interna do grupo, ao apresentar o projeto para alunos da Universidade Estadual do Ceará (UECE), o “público-alvo” do projeto são mulheres em vulnerabilidade.

O projeto era pra 25 famílias, 25 pessoas, mulheres e jovens em situação de vulnerabilidade social, né? Com a faixa etária, não importava, com oitenta anos, se quisesse trabalhar, tivesse disposição e quisesse fazer algo pra sair daquela vida sedentária, o projeto tava aí. (Lily, 35 anos, fevereiro/2016).

Ao falar do projeto, Lily costuma se emocionar. O tom da voz embarga, os olhos marejam. Foi assim na primeira vez que conver-

samos, quando conheci o projeto, foi assim quando ela apresentou o projeto para alunos da UECE que foram conhecer a fábrica, e foi assim na entrevista gravada, que por um golpe de sorte, se deu de maneira espontânea. Em uma sexta-feira em que cheguei tarde para encontrar as meninas da manhã, Lily se prontificou a me fazer companhia até a chegada do pessoal da tarde. Foi quando tivemos uma de nossas conversas mais proveitosas. Sentamos na Mercolanches o Carlinhos, um dos principais comércios locais, onde se veem muitas mães indo comprar lanches para os filhos antes de irem para o ponto de ônibus, que fica logo em frente, para pegarem o ônibus escolar, ou almoçando após os recolherem de volta no mesmo ponto. O local fica também à sombra de um pé de cajá e, apesar do sol forte, tem uma ventilação agradável, a ponto de ter atrapalhado a gravação algumas vezes, não deixando, no entanto, maiores prejuízos. Pedimos um suco e aproveitei para entrevistá-la ali, valendo-me daquele momento mais descontraído, que aconteceu de forma mais natural, sem o enrijecimento que pode trazer uma entrevista marcada.

Ela conta que havia saído da Baixa das Carnaúbas para Fortaleza a fim de se qualificar para trabalhar nas empresas do CIPP e voltar para a comunidade. Estava procurando emprego quando surgiu uma vaga no projeto da Pracaju, que estava em seu início. Antes de ir para Fortaleza, Lily diz que “era envolvida com a comunidade”, e, não por acaso, pouco após entrar no projeto foi eleita internamente como coordenadora. A vaga que surgiu foi no lugar de seu irmão mais novo – já que, como dito, o projeto, no início, também visava incluir jovens, independentemente do sexo, por reconhecer o grupo também como uma população em situação de vulnerabilidade, que após vinte dias no projeto, foi chamado para uma das empresas do CIPP.

O projeto era pra mulheres e jovens, por falta de interesse deles acabou ficando só pras mulheres, independente da idade... No início chegou a ter dois homens, mas foram chamados pra empresas e preferiram ir. Meu irmão chegou a trabalhar lá [na Pracaju], ficou vinte dias e foi chamado pra empresa, o Moisés também foi chamado pra empresa [...] Eu entrei no lugar do meu irmão, até então eu tava atrás de emprego, querendo trabalhar em empresa, aí surgiu uma vaga nesse período que era a safra grande do caju [...] O projeto inicial era pra 25 meninas,

então era tanta mulher, Gabi, aí em um comodozinho de apenas... por que quando iniciou era só dois compartimentozinho, nós trabalhava... imagina um monte de mulher trabalhando junta, no início era complicado... (Lily, 35 anos, maio/2016).

A fala de Lily coaduna com os dados e teorias sobre a vulnerabilidade social das mulheres que perdem espaço no mercado de trabalho para os homens, ratificando que a realidade das mulheres de Baixa das Carnaúbas insere-se em um contexto mundial de desequilíbrio de oportunidades vinculados às condições sociais de gênero. Como coordenadora interna, Lily acaba por ser também, assim como Joselina, uma espécie de porta-voz daquele grupo, configurando-se também como o “informante privilegiado” do qual nos fala Agier (2015). Para o autor, além de serem “informantes excepcionais” pela visão de conjunto que possuem do grupo, as lideranças são igualmente privilegiadas no sentido em que elas mesmas são uma informação.

Eu sou feliz, sabe, eu tô num projeto em crescimento e é o único da minha região voltado pra mulheres, voltado pra mulheres de baixa renda, mulheres em situação de vulnerabilidade social, assim, né, antes elas não tinham, já tavam, as mais velhas já tavam fora do mercado de trabalho, não tinham mais, era trabalhar em casa mesmo (Lily, 35 anos, maio/2016).

Lily fala da sua felicidade em ser parte de um projeto que ajuda outras mulheres. Além da generosidade presente no que diz, percebe-se que as mulheres de quem ela fala também são ela mesma, que deixou a comunidade em busca de qualificação e ao voltar continuou sem emprego e oportunidade até entrar na Pracaçu.

Se a entrevista com Lily se deu em uma lanchonete, muitas foram as conversas que aconteceram de baixo de pés de cajá, goiaba, acerola, enquanto colhíamos os frutos do chão. Deixávamos a fábrica com baldes na mão e seguíamos para terrenos próximos, como o de Joselina ou o de sua mãe. Pulávamos a mureta que divide os terrenos, traçávamos um caminho pela mata e ao chegarmos ao pé de cajá elas começavam a me ensinar como escolher os frutos: os mais “durinhos”, que não estão muito machucados e aqueles os quais quando apertamos não expelem líquidos, pois os que o fazem têm bichos dentro. Passávamos boa parte da tarde escolhendo

a dedo cada um dos frutos, em meio a conversas, risos e silêncios. Enquanto colhíamos íamos também comendo desses frutos quando os pegávamos diretamente do pé e não do chão. Após enchermos os baldes voltávamos à fábrica, onde os frutos passavam por nova seleção: agora são separados os cajás dos cajás-umbu, que se diferenciam visualmente por terem tamanhos diferentes e precisam ser separados pois não possuem o mesmo gosto, e separam-se, ainda, os frutos que estão verde para não serem lavados agora, uma vez que se molhar os frutos ainda nesse estado eles apodrecem. Após separá-los elas os lavam e os colocam, então, no freezer para o grúpodo turno seguinte fazer a polpa. O mesmo se deu quando fomos ao pé de goiaba e ao de acerola. Sobre esse último, tia Roci conta que é importante cantar enquanto tira os frutos para que a aceroleira não machuque, caso contrário “ela bate na gente”, diz ela.

Rocicleia, ou Tia Roci, é mãe e avó solteira, se diz “casada-separada” e completa: “eu sou sozinha, só eu e meu menino”. Aos 60 anos, é das mais empenhadas do grupo e aproveita as horas de trabalho também para confidenciar com elas, com quem divide seus segredos. No grupo, faz todas as atividades, mas seu ponto forte é o doce e foi eleita, assim, a doceira do projeto. Fora da Pracaju se divide entre ajudar os filhos a cuidar dos netos e o trabalho de cuidadora de uma senhora doente, do qual havia saído quando entrou para o projeto, mas acabou voltando, pela necessidade financeira, uma vez que a renda da Pracaju tem atrasado.

Já perguntei pra Jô se tem problema eu continuar aqui [depois que se aposentar], ela disse ‘não, tia, tem não’, também nós não trabalha de carteira assinada, né? Eu disse ‘então eu fico’!

– Mesmo que aqui não pague às vezes?

Não, mas eu gosto, eu gosto! Ai a gente faz uns horariozim fora, né, pra poder cobrir assim o que a gente tá precisando, por que já tá com três meses que nós não recebe dinheiro aí (Rocicleia, 60 anos, maio/2016).

A fala de Tia Roci dá pistas de que a lógica de entrar na Pracaju para gerar renda pode se inverter. A necessidade financeira, que o projeto parece às vezes não dar conta, faz com que ela procure “um horariozim fora”, não deixando, no entanto, de dedicar-se às atividades de lá. Ao falar do que fazia antes de entrar na Pracaju e de

como são seus dias agora, fica claro que o que a motiva a continuar no projeto vai além de valores mercadológicos.

Antes de trabalhar aqui eu trabalhava só em casa de família, agora é melhor por que minhas parceirinha tão perto de mim né? A gente sai, vai ali pro projeto Corrupção vender, é tão bom! A gente sai, anda... Regina, quando é que nós vamos lá? [...] Eu acho bom, acho bom [...] eu sempre tenho que vim, deixo tudo, tenho que vim, ora, deixo tudo minha fia, deixo minhas coisas tudo e venho (Rocicleia, 60 anos, maio/2016).

“A gente sai, anda...”. Tia Roci, assim como a maioria das outras que lá estão, parece que tinha sua vida restrita ao mundo doméstico antes de viver a experiência do projeto, que agora proporciona também a possibilidade de outros espaços de convivência, de relações, de vínculos sociais, fora do ciclo exclusivamente familiar.

A vida delas mudou emocionalmente, financeiramente... antes elas ficavam só em casa, doentes por sinal... é tanto que no início, era o momento da crise, de alguns conflitos entre algumas, no sentido de não entender, de não compreender, aí vinha o choro, vinha a angústia, aí percebíamos que a pessoa estava precisando de apoio, que estava com depressão, a pessoa estava doente emocionalmente e aí com isso foi o diálogo, foi a convivência, o trabalho, fez com que essa mulher, essas mulheres, saíssem de dentro de casa, de um convívio exclusivamente ali que estava muitas vezes adoecendo e hoje ninguém segura mais elas, elas dizem ‘eu sou guerreira, eu venci meu marido, eu venci o problema de depressão’... têm uns maridos aí que não queriam de forma alguma, que nunca viu elas fora de casa, só no pé do fogão. E elas hoje se sentem libertas, vão pra eventos, vão pra feiras, saem de dentro de casa pra fazer o trabalho e vão fazer a coleta, participam de encontros... (Joselina, 48 anos, maio/2016).

A fala de Joselina corrobora muitas das falas das demais mulheres apresentadas até aqui, no que diz respeito à saída do mundo doméstico, ao companheirismo que encontraram lá dentro do grupo, à expansão dos espaços de sociabilidade etc. Mas indica que, apesar dos méritos do projeto, este também encontra dificuldades em dar conta de muitos dos problemas que as relações sociais de gênero impõem no que tange às responsabilidades parentais. Um dos conflitos que ela cita na fala anterior é exemplificado na fala abaixo.

[...] inclusive teve um problema no início... tem umas afastadas do nosso projeto por que ainda nós não temos uma estrutura adequada para

manter as crianças e nós não tínhamos pensado nesse problema: se são mães solteiras e tem filhos, vão trabalhar e vão deixar com quem? E elas tavam trazendo as crianças pra trabalhar junto, ficar no espaço com elas. Mas nosso espaço ficou perigoso, pelo fato de que temos energia em alta tensão, nós temos forno, e pra evitar a gente pediu que... eu sei que é doloroso, é muito ruim num momento como esse elas ter que ficar em casa, por que eu sei que o que elas tão ganhando ainda não é suficiente pra pagar alguém pra cuidar dos filhos, ainda é um início, nós tamos iniciando e a Pracaçu... (Joselina, maio/2016).

Lily informa, todavia, que um dos objetivos delas é construir um espaço de convivência, em cima da fábrica, para que as mulheres possam deixar os filhos enquanto trabalham. É interessante notar que nesse ponto o projeto parece não questionar a lógica patriarcal de responsabilizar somente as mães pela criação dos filhos. Ao buscar construir um espaço para os filhos no próprio trabalho, elas continuam tomando para si tal responsabilidade. Enquanto o local ainda não é construído, no entanto, o grupo possui apenas uma mulher que tem filho pequeno. Rafa, de 29 anos, é casada e tem filhos crianças que ficam com o pai ou com os avós no turno em que ela está na Pracaçu. Ela e sua irmã Aline, de 20 anos, são responsáveis pelas atividades da manhã na fábrica e não costumam ir tanto para os pomares como as outras, o que às vezes gera algumas reclamações, que, contudo, não costuma tomar maiores proporções do que comentários entre aquelas que entram nas matas mais cotidianamente. Na fábrica, elas pegam as frutas já colhidas e selecionadas e colocam na despoldadeira a fim de extrair o suco. Uma vez feito esse trabalho, elas dividem o suco em pequenos sacos, pesam e colocam no freezer para ser entregue ao PAA às quintas-feiras. Apesar da diferença de idade, as falas de Rafa e Aline demonstram que os valores que as movem a continuar indo para o projeto não diferem tanto daqueles que motivam as demais já apresentadas até aqui.

A gente gosta de lá, a gente se apegou tanto às amigadas de lá que a gente fez, que a gente vai por que gosta (Rafa, 29 anos, maio/2016).

É mais experiência pra minha vida, porque eu só tinha experiência com pessoas mais novas, não assim senhoras e elas são pessoas muito legais, elas ajudam a gente demais (Aline, 20 anos, maio/2016).

Ainda tenho um bom tempo trabalhando, mas a gente trabalha tudo unido, junto, né, acho que vou sentir falta [quando se aposentar], mas parece que vai custar, né?... Por que é melhor do que tá em casa, né? Tando aqui a gente vai conversando, vai se animando, né? As veze até dia de domingo a gente sente falta de tá aqui (Regina, 53 anos, maio/2016).

Amizade, aprendizado, união, são, nessas falas, valores mais uma vez acionados como explicação para a manutenção do grupo, demonstrando que os interesses de amizade, aliança, sentimento de amor e solidariedade, de que Caillé (2002) nos fala sobrepõem-se, na experiência da Pracaju, aos interesses instrumentais ou de obrigação e compulsão.

A teoria da dádiva maussiana do dar, receber e retribuir e, por conseguinte, a criação e manutenção do vínculo social e endividamento mútuo aparece como conceito chave para a apreensão dos sentidos das relações entre as mulheres da Pracaju e, ainda, da Pracaju com a comunidade Baixa das Carnaúbas.

Para Allan Caillé, a dádiva

não é, de modo algum, desinteressada; simplesmente, ela dá o privilegio aos interesses de amizade (de aliança, sentimento de amor, solidariedade, etc) e de prazer e/ou criatividade sobre os interesses instrumentais e sobre a obrigação e a compulsão (CAILLÉ, 2002, p. 144).

Segundo o autor, as ofertas e prestações de bens e serviços, assim como atos de altruísmo ou de interesse, ou ainda, uma gama abrangente de trocas, sejam elas materiais ou simbólicas, apontam à criação e conservação de vínculos sociais. A zona rural aparece em diversos estudos como locus privilegiado para o estabelecimento de relações baseadas na dádiva, onde as ações dos indivíduos imbricam-se com valores como a solidariedade, a generosidade, a afetividade e a espontaneidade.

Como já dito, as atividades e turnos são flexíveis, de modo que o que descrevo aqui foi o que mais vi acontecer nos seis meses em que acompanhei o trabalho dessas mulheres. Também observei muitas vezes todas elas em volta da mesa preparando massas para sequilhos ou pasteis de carne de caju, feita a partir da fibra congelada da última safra. Ou ainda fazendo doces ou bolos. Colhendo ou

produzindo, elas trocam ideias, contam sobre seu dia a dia, emitem e pedem opinião, refletem sobre o que estão vivendo. Repercutem acontecimentos da comunidade e comunidades vizinhas, relembram acontecimentos passados. Falam sobre a situação dos seus pagamentos com Raquel, responsável por organizar os números e valores em cadernos, e que muitas vezes faz isso ali ao lado delas enquanto cozinham. Discutem também sobre o projeto, o que poderia melhorar a partir das experiências que estão vivendo.

Apesar de congelarem as fibras de caju e continuarem produzindo durante quase todo o ano alguns alimentos a partir do beneficiamento deste pseudofruto, no período da entressafra do caju esses itens são produzidos em bem menor quantidade do que no período da safra. A maior parte de produção é então pautada pelo que a natureza oferece em cada época.

É dependendo da época né? Não tem caju, tem cajá. Não tem cajá? Tem coco. E assim vai indo.. tem ubaia, tem murici, tem manga... (Joselina, 48 anos, abril/2016).

Assim como as marisqueiras de Fortim que Bezerril (2012) analisou, onde “os ciclos de trabalho” das mulheres estão ligados aos “ciclos da natureza” (p.12), as mulheres da Pracaju também vivem uma relação de correspondência com o ambiente natural que as cerca, onde o tempo delas parece ser de acordo com o tempo da natureza. O trabalho dessas mulheres pauta-se naquilo que o meio ambiente oferece naquele momento. A natureza possui assim, um lugar por excelência no contexto de trabalho dessas mulheres, uma vez que ela se faz presente fortemente nas suas atividades:

Nessa região é mais agricultura, né, e aí aqui as pessoas saíram da agricultura pra justamente ir para essas empresas, e aí a agricultura aqui tá morrendo... agora, pensando, o projeto Pracaju ser criado é justamente para resgatar essa prática das pessoas, sabe, de não deixar, não deixar de pensar ‘olha! A gente pode sobreviver da terra! Se a gente tem a terra pra plantar, por que não plantar?’ (Lily, 35 anos, maio/2016, grifos meus).

[...] por que como eu via que a minha mãe, no passado trabalhava, e quando eu vi aquilo ali se acabar então achei interessante dar vida a isso. E voltando para esse contexto onde muitas pessoas aqui da comunidade não tem oportunidade da mão de obra, né? Uma oportunidade

no mercado de trabalho, e a ideia de processar, trabalhar o fruto que a gente tem na região, fazer com que isso desse uma alavancada, e, de uma certa, forma gerar renda pra própria comunidade, onde contempla exatamente essas pessoas que ficou fora do mercado de trabalho (Joselina, 48 anos, maio 2016).

Observamos através dessas falas que a Pracaju é um projeto idealizado por uma mulher que se inspirou, como já dito, no trabalho feito por sua mãe com beneficiamento de um pseudofruto da região. Um projeto voltado para mulheres e que tem também como motivação o fortalecimento do contato com a natureza através da sobrevivência pela terra, assumindo elas, então, uma consciência de preservação e, com isso, um papel decisivo nesse processo.

A literatura sobre a relação gênero e meio ambiente indica que no âmbito das comunidades rurais e pesqueiras, onde as populações muitas vezes dependem do acesso e controle dos recursos naturais, tal relação se acentua, uma vez que é em atenção à repartição de tarefas que se observa a posição social ocupada por homens e mulheres e de que maneira isto decide o emprego, a manipulação e conservação de recursos naturais (AGUILAR; CASTAÑEDA, 2000). Assim, a compreensão de que a ligação das mulheres à natureza se dá através das relações sociais de gênero é complementada pela perspectiva da organização de classe produtiva, reprodutiva e distributiva (AGARWAL, 1992; REVELO et al, 1995 apud FADIGAS, 2009).

Observa-se, assim, que a experiência da Pracaju insere-se nesse contexto mundial no que remete à relação gênero e meio ambiente, uma vez que nesse projeto, as mulheres assumem uma atuação decisória que começa desde a motivação para seu surgimento como forma de resgatar um conhecimento tradicional praticado pela mãe da idealizadora, atravessando também as reflexões das demais enquanto maneira de sustentabilidade, já que, como disse Lily, “a gente pode sobreviver da terra! Se a gente tem a terra pra plantar, por que não plantar?”.

Referências bibliográficas

AGIER, Michel. *Encontros etnográficos: interação, contexto, comparação*. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

AGULAR, Lorena; CASTAÑEDA, Itzar. *Sobre marinos, marinas, mares y mareas: perspectivas de género en zonas marino-costeras*. 1 ed. San José: UICN, 2000.

BEZERRIL, Gustavo. *Trabalho no mangue: Os saberes e a busca por valorização das marisqueiras de Fortim - Ceará*. In: *Cadernos do LEME* [Online], Campina Grande, vol. 4, nº 1, p. 5 - 33. Jan./Jun. 2012. Disponível em: <www.leme.ufcg.edu.br/cadernosdoleme/index.php/e-leme/article/download/58/40>. Acesso em: 15 jun. 2016.

CAILLÉ, A. *Antropologia do dom*. Petrópolis: Vozes, 2002.

GEERTZ, Clifford. *Obras e vidas: o antropólogo como autor*. 3 ed. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

GUÉRIN, Isabelle. *As mulheres e a economia solidária*. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

MALUF, Sônia W. *Antropologia, narrativas e a busca de sentido*. In: *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 5, n.12, p.69-82. dez./1999. MELATTI, Julio Cezar. *Índios do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

TELES, Glauciana Alves. *Mobilidade, trabalho e interações socioespaciais: o Complexo Industrial e Portuário do Pecém no contexto da Região Metropolitana de Fortaleza*. 2015. 403f. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual do Ceará, Ceará.

Considerações sociológicas sobre vidas volantes: Caiçaras e Neohippies na construção da *Neverland*¹

Rafael Cavalcante de Lima

Da minha aldeia vejo quanto da terra se pode
[ver do Universo...
Por isso a minha aldeia é tão grande como
[outra terra qualquer
Porque eu sou do tamanho do que vejo
E não do tamanho da minha altura...
(Fernando Pessoa)²

Um breve histórico do turismo na costa oeste cearense: Do Serrote a Jericoacoara

Desde a década de 1980 do século XX, a demanda da atividade turística no litoral cearense brasileiro vem se intensificando. Atividade turística que não se reduz aos passeios turísticos, mas a todo o desenvolvimento estrutural, do ponto de vista político, social, econômico e cultural. O turismo, em sua complexidade, ganha uma dimensão sistemática industrial que movimenta milhões de dólares (segundo dados da secretaria de turismo do Estado e do Ministério do Turismo) em praias com menos de dez mil habitantes, como no caso da vila Jericoacoara (antiga vila do Serrote como chamavam os antigos moradores), no litoral oeste cearense.

Porém, esta expansão econômica acarreta consequências sociais e ambientais, como também no conflito entre políticas pú-

¹ *Neverland* é uma metáfora relacionando o tipo de crescimento social e cultural que a Caiçara de Baixo e seus moradores vem sofrendo e a Terra do Nunca do conto infantil de Peter Pan, onde as crianças voam, existem: piratas, índios e os meninos londrinos que chegam à Terra do Nunca de forma mágica. A *Neverland* ou Terra do Nunca é um espaço de contatos multiculturais e fantásticos, e aqui, é utilizada como uma metáfora em relação aos processos de fluxo turísticos e migratórios de Caiçara de Baixo, que são trabalhados no presente texto.

² “Alberto Caeiro” - Fernando Pessoa - Poema: *O Guardador de Rebanhos. Obra poética II*

blicas com diretrizes “opostas”. Interesses de conservação de povos e atividades tradicionais se chocam com a lógica da expansão administrativa industrial da atividade hoteleira, do lazer e entretenimento.

Jericoacoara, atualmente, é a vila com maior potencial turístico do litoral cearense e se encontra intimamente ligada ao capital privado internacional, como as políticas públicas nacionais, sendo a vila um Parque Nacional. Possui uma unidade do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio, vinculada ao IBAMA) e é cercada por APAs³, como a da Lagoa do Paraíso, e está vinculada ao projeto nacional de turismo *Rota das Emoções*⁴, rota que compreende Jericoacoara, Delta do Parnaíba e Lençóis Maranhenses.

Porém, nem sempre a história de Jericoacoara foi de expansão massiva e elitizada do turismo. Ela no princípio era habitada apenas por pescadores e aos poucos foi sendo “descoberta” por viajantes aventureiros, que os nativos locais chamavam de *hippies*. Nesta época, segundo relato de nativos e de moradores vindos de fora, não havia estradas pavimentadas nem trilhas sinalizadas, energia elétrica, queijo ou laticínios (ao não ser de criação caseira). As principais atividades econômicas eram a pesca e o artesanato, ainda que mais para uso próprio do que para comercialização, mais presente nas sociedades pré-capitalistas - nas quais, para Marx (2011), o valor de uso é preponderante ao de troca, e a presença do dinheiro é ainda discreta e irrisória como nexos sociais.

Com o aumento contínuo do fluxo de aventureiros, os pescadores passaram a construir alojamentos rústicos e a hospedar os viajantes, em troca de dinheiro, ou a pessoa ia ajudando com alimentos e trabalhos, criando um elo de amizade. Estes elos foram aumentando, surgindo casamentos de pessoas de fora com nativos, e a comercialização da terra, ou especulação imobiliária, passou

³ APA - Área de Proteção Ambiental. A partir dos anos 80 (1984) foi implementada na região, a área de proteção ambiental, estabelecida pelo *Decreto número 90.379*. A APA compreende não apenas Jericoacoara, mas toda a região das Lagoas. Só posteriormente a vila de Jericoacoara viria a se tornar parque nacional.

⁴ O projeto Rota das Emoções consiste em um roteiro turístico macrorregional gerenciado pelo Programa de Regionalização do Turismo: Roteiros do Brasil, pelo Programa para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste II e CEPIMA (Ceará, Piauí e Maranhão).

a ser recorrente⁵. A vila então começou a crescer. Pousadas mais sofisticadas, restaurantes e lanchonetes, casas de terapias, bares e casas de dança começaram a minar na vila, como água que mina da pedra em tempos de chuva. O turismo ganhou a atenção pública, e os governos Estadual e Federal passaram a investir em infraestrutura, como as rodovias costa do sol poente e costa do sol nascente.

Jericoacoara passou a influenciar direta e indiretamente as vilas ao redor, e tanto a especulação imobiliária, como o sonho de viver uma vida mais alternativa (que para muitos locais este sonho está se perdendo em meio ao capitalismo desenfreado em Jericoacoara) impulsionaram um fluxo migratório para as localidades ao redor. Antigos moradores, nativos e vindos de fora, passaram a vender suas terras e casas em Jericoacoara e a comprar terrenos em localidades próximas, mais pacatas e rurais. Assim foi acontecendo com a vila da Caiçara de Baixo, palco da construção da Terra do Nunca.

Apresentando a *Neverland*: A Caiçara e a Estrada

Localizada na zona litorânea oeste cearense, mais ou menos a 290 quilômetros da capital do Estado (Fortaleza) via litorânea (Rodovia Estruturante)⁶ e pertencente ao município de Cruz, a Caiçara de Baixo é uma vila de pescadores, agricultores e artesãos, com localização geográfica de tabuleiro litorâneo, às margens da Lagoa da Caiçara, onde a lagoa, vegetação e o mar são fatores determinantes para as condições climáticas do local. O micro clima local é agradável e não seco como no sertão, mesmo nas épocas em que a lagoa

⁵ Nos dias atuais o metro quadrado em Jericoacoara é um dos mais caros do Estado do Ceará, se comparando, em relação à preços, aos imóveis dos bairros Meireles e Aldeota em Fortaleza. Em pesquisa a sites de imóveis, observei a média de 5.700 reais o metro quadrado, sendo o quarto mais caro do Ceará segundo reportagem do Diário do Nordeste.

⁶ Rodovia também conhecida com CE 085. Tem início no município de Caucaia. Ela tem extensão por todo o litoral oeste, até o município de Camocim. A rodovia passou por uma ampla reforma nos últimos quinze anos, e atualmente esta em obras de duplicação, já tendo sido feito até o município de Paracuru. O Porto do Pecém e o crescimento turístico de suas praias, praias do oeste tendo Jericoacoara como carro chefe, são fatores determinantes para o investimento nos acessos.

seca. A região não possui pousadas, restaurantes ou postos de gasolina, apenas sítios cercados de arame e casas simples de barro cru ou de tijolos vermelhos furados. Terreiros com bastante cajueiros e roças de mandioca também marcam presença. Fica nas proximidades de uma lagoa azul turquesa, que geralmente tem água (porém, dependendo dos períodos de seca no estado do Ceará, ela seca também). Bem diferente das estradas de asfalto e pedra da Jijoca, na Caiçara de Baixo só há estradas de areia e piçarra. Diferente também, da imensa quantidade de lojas, restaurantes e pousadas de Jericoacoara, lá não existe sequer uma pousada no local, nem loja de artesanatos e nem restaurantes.

A pousada com restaurante mais próxima está no Córrego das panelas, vilarejo vizinho, chamada pousada e restaurante Lagoa Azul. Na Caiçara de Baixo há apenas quatro mercearias, que muitas vezes não chega a ter queijo ou ovos. Sua população é de aproximadamente 300 habitantes, contando moradores nativos antigos e moradores de fora que se fixaram há alguns anos.

Essa lagoa tem a forma de “U” invertido, com extensão de aproximadamente quarenta e cinco quilômetros desde a sede municipal de Jijoca de Jericoacoara, uma das pontas do “U”, até a localidade dos Monteiros, passando pela Caiçara e Caiçara de Baixo, que se localizam mais ou menos na metade da outra perna do U, em relação à Jijoca. Ela se encontra do outro lado da lagoa, com relação à sede do distrito, a Caiçara.

A lagoa é de um azul turquesa, de areia branca que deixa uma transparência na água. Ao seu entorno existem restaurantes espalhados, tornando-se um anexo ao turismo de Jericoacoara, tendo de dia passeios turísticos em tais restaurantes, como é o caso do restaurante e pousada Lagoa Azul, que fica próximo à vila da Caiçara de Baixo. A maior parte dos restaurantes e pousadas fica localizada na Lagoa do Paraíso. Trata-se da região da Lagoa mais próxima a Jijoca, na outra perna do “U”. Vejamos o mapa a seguir:

Figura 1 – Mapa das Lagoas do Paraíso e Azul vistas de cima. Percebe-se as localidades nas suas margens, onde está a Caiçara de Baixo



Fonte: GOOGLE MAPS (2016).

Figura 2 – Ponte que atravessa para o restaurante e barraca Lagoa Azul.



Fonte: Philipi Bandeira (2010).

Como podemos observar, a região é como um oásis nas dunas. E onde entra a questão da estrada na história da Caiçara de Baixo? O título do trabalho fala das Vidas Volantes, pois com a influência turística na região, Caiçara passou a receber um fluxo de novos moradores. Porém, estes novos moradores não chegaram de forma tão aleatória e independente, vindos de vários grupos sociais

que se desconhecem. Pelo contrário: são parte de um grupo social específico, que se denominam *malucos de estrada*⁷. São os chamados *Neohippies*, como se lê no título do trabalho.

Os componentes tradicionais dos Caiçaras interagem com o estilo de vida nômade e intenso dos *malucos de estrada*, e formam a *terra do nunca* na Caiçara de Baixo.

A Caiçara de Baixo no contexto de cidade satélite do turismo

O litoral de países de climas quentes, próximos à linha do Equador, como o Nordeste do Brasil, países do Caribe, países indochineses e países africanos, estão paulatinamente sofrendo transformações sociais, culturais e econômicas desenvolvidas pela dinâmica da indústria do turismo e a hibridez cultural dada à interação de nativos e estrangeiros, como a expansão dos empreendimentos econômicos privados, e as políticas públicas de desenvolvimento do turismo (RODRIGUES, 2010). Tanto as paisagens naturais bonitas e preservadas, quanto às populações simples e rústicas que habitam estes “paraísos turísticos”, são atrativos para o desenvolvimento dos fluxos migratórios temporários ou permanentes impulsionados pelo turismo.

Não apenas fluxos migratórios temporários vêm ocorrendo, mas fluxos onde o turista acaba se fixando nas localidades, tornando-se morador e se integrando de forma mais intensa no contexto da historicidade local, da cultura local, do que simplesmente como turista de passeio. Geralmente vindo de grandes centros urbanos, estes agentes sociais trazem consigo, incorporados em seu *habitus*, elementos da vida urbana, ainda que estes indivíduos estejam procurando no contexto rural, uma forma de vida alternativa à vida agitada e conturbada das metrópoles e das cidades grandes em geral.

⁷ Os malucos de estrada são artesãos viajantes que ficam compraram terras na localidade pela proximidade de Jericoacoara, e a possibilidade de realizarem uma “comunidade alternativa”, que melhor está descrita na dissertação nos capítulos direcionados a chegada desses atores a comunidade, sendo aqui apenas citados para melhor compreensão do cenário sociológico.

Em condições de modernidade, o lugar se torna cada vez mais *fantasmagórico*: isto é, os locais são completamente penetrados e moldados em termos de influências sociais bem distantes deles. O que estrutura o local não é simplesmente o que está presente na cena; a “forma visível” do local oculta as relações distanciadas que determinam sua natureza (GIDDENS, 1991, p. 29).

Duas coisas que traz muita gente pra cá, em primeiro lugar é o sossego, e em segundo lugar é a Lagoa. Muita gente que veio há dois anos aqui, que marcou terreno pra comprar, por causa da Lagoa, hoje ele vê pela internet e acaba o negócio, lá onde ele tá mesmo, seja Tocantins, Pará, seja qualquer canto, não! Não tem Lagoa, tem sossego, mas não tem lagoa a gente não vai. Duas coisas que trouxeram eles aqui foram: o sossego e a Lagoa (Entrevista concedida por Curupira no terreiro de sua morada em 2014).

Na primeira citação acima, Anthony Giddens fala da aparência, a forma visível, e de relações distanciadas que determinam a essência do que se observa na interação face à face. Na segunda citação, de forma diferenciada, um interlocutor, com uma percepção empírica, fala que com a seca da Lagoa, o turista que estava com planos de comprar uma terra, quando olhava pela internet, e via que a Lagoa estava seca, não precisava se deslocar, pois do seu lugar mesmo desfazia o negócio. E ainda ressalta que não importa o lugar que esteja, se no Pará ou Tocantins, a comunicação e a ação de negócios podem ser feitas a distância.

Seguindo estes raciocínios percebemos a modernidade atual *desencaixada* (GIDDENS, 1991) do espaço e tempo. Seguindo estes raciocínios percebemos a modernidade atual *desencaixada* do espaço e tempo. Ela percorre o que Giddens chama de um espaço vazio, um hiato, na qual está diretamente ligada aos dispositivos tecnológicos desenvolvidos na atualidade. Relações afetivas, de trabalho, dentre outras, são executadas a distância, viabilizada pelos informatizados meios de comunicação e o acesso a terras longínquas, tornou-se mais acessível pelo alto desenvolvimento dos meios de transporte aéreo, e o maior acesso econômico da população mundial ao mercado de viagens, no qual está localizado o turismo.

Nos complexos turísticos esta realidade tem se proliferado na medida em que o tempo passa. Complexos turísticos aqui não

entendidos, como rede de hotelaria e Disneylândia, mas de zonas territoriais que são influenciadas pela a dinâmica de vilas turísticas já consolidadas. O complexo envolve não apenas o “plano piloto”, mas também suas “cidades satélites”.

O fluxo migratório muitas vezes ocorre em cidades satélites, que com o tempo, passam a sofrer reconfigurações culturais estabelecidas pelo convívio social entre novos e antigos moradores. Estas reconfigurações modificam não só o espaço encarado como lugar, a localidade em si, sua urbanização e expansão residencial, mas também modificam os indivíduos e suas condições objetivas de vida, que refletem, ou melhor, reflexivamente agem sobre suas subjetividades.

Entretanto, esta aparente homogeneização trazida pelo contexto global da *modernidade tardia*, não suprime as particularidades locais. As culturas locais fazem suas traduções (BHABHA, 2013) criando elementos híbridos que nem estão totalmente modernos e instrumentalizados, e nem um retorno romântico à tradição como forma social.

Mais uma vez, é o espaço da intervenção que emerge nos interstícios culturais que introduz a invenção criativa dentro da existência. E, uma última vez, há um retorno à encenação da identidade como iteração, a recriação do eu no mundo da viagem, o reestabelecimento da comunidade fronteiriça da migração (BHABHA, 2013, p. 31).

A hibridez, o limite, e a fronteira, passam a se manifestar no cenário da localidade e na manifestação de estilos de vida dos agentes, em suas ações sociais. Como muito claramente argumenta Stuart Hall (2003) sobre a diáspora internacional e os novos contextos culturais desenvolvidos no que ele chama de *modernidade tardia*, já mencionada anteriormente. Hall argumenta o seguinte a respeito da globalização e das manifestações culturais da identidade:

Em toda parte, estão emergindo identidades culturais que não são fixas, mas que estão suspensas, em transição, entre diferentes tradições posições; que retiram seus recursos, ao mesmo tempo, de diferentes tradições culturais; e que são o produto desses complicados cruzamentos e misturas culturais que são cada vez mais comuns no mundo globalizado. Pode ser tentador pensar na identidade, na era da globaliza-

ção, como estando destinada a acabar num lugar ou noutro: ou retornando as suas “raízes” ou desaparecendo através da assimilação e da homogeneização. Mas esse pode ser um falso dilema. Pois há outra possibilidade: a da tradução (HALL, 2011, p. 52).

A Caiçara de Baixo é uma localidade que vem passando por diversos processos migratórios e de reconfigurações sócio culturais. A cada ano que passa mais pessoas de fora vêm comprando terras e fazendo casas, e paralelamente, mais os filhos dos antigos moradores da região, oriundos dos antigos povos tradicionais do local, estão migrando para grandes centros urbanos.

Tais fluxos migratórios não se dão de forma unilateral e permanente, de fixar no local migrado sem mais ligação com o local de origem, geralmente, a mecânica do retorno (de voltar a morar na região) é constante, e mesmo estando fora da vila, existem elos de identidade e costumes, que reforçam laços comunitários, no sentido weberiano, de comunidade não necessariamente atrelada ao mesmo espaço geográfico físico, ao mesmo território, mas as mesmas identificações subjetivas, e que associadas de alguma forma em coletivo.

Mesmo estando em São Paulo, os filhos dos nativos criam redes de interações e relações entre eles, recebendo mais amigos e parentes, e abrindo caminhos para que fiquem na cidade. Estas redes de relações também são observadas entre os migrantes que se fixaram na vila, *os neohippies ou* malucos de estrada, que compõem o perfil da maioria dos migrantes que foram morar na vila da Caiçara de Baixo, e que mantêm ligação direta com Jericoacoara. Podemos dizer que chegaram por lá, e estão ligados pelo trabalho e pelas redes de relacionamentos com lá.

Como aborda Barreto (2009), a migração atual é mais circulante que fixa. Em suas palavras:

Também há diferenças que precisam ser levadas em conta, enquanto as migrações estavam ligadas ao conceito de permanência no século XX, no início do século XXI está ligada ao conceito de circulação. A migração estava relacionada com o permanente, com responsabilidades com trabalho e educação, acompanhada de uma fantasia moderada a respeito do futuro. O turismo, ao contrário estava ligado ao

efêmero, à ausência de responsabilidade, à fantasia exacerbada na procura do prazer. Na atualidade, as fronteiras se apresentam cada vez mais difusas (BARRETO, 2009, p. 09).

Ao retornarem para Caiçara de Baixo, os filhos dos nativos da região, em grande maioria, vem com objetivo de manter a vida urbana, que tinha nas cidades grandes, optando por buscar trabalhos na área de serviços de turismo: hotelaria, guias, bugueiros⁸, professores de esportes náuticos (*kitesurf* e *windsurf*), serviços gastronômicos, construção civil ou comércio em geral, e preferindo ter residência fixa, em Jijoca ou Jericoacoara, que são os vilarejos mais urbanizados da região, se é que são vilarejos, cidades pequenas, fronteiras entre a vida cosmopolita e a tradicional.

As relações compartilhadas entre os grupos sociais criam nexos de hibridez, incorporações dos agentes de aspectos culturais construídos entre os nativos de fora e os nativos da região; também cria uma relação de reconhecer a si, alteridade dos indivíduos e limites culturais.

A Chegada dos Malucos de Estrada e suas disposições simbólicas

Vindos de todas as partes do mundo e do Brasil, vivendo da venda de artesanatos, tatuagens de *henna* ou produtos gastronômicos (doces, pães, pizzas, pastas, alimentos orgânicos), os malucos de estrada são popularmente conhecido como hippies, e tem um estigma social de pessoas “desencaixadas”, aqui num sentido diferente do de Giddens, mas num sentido de a margem do sistema, boemias, com visuais excêntricos, e que vivem em constante fluxo, viajando. A Estrada é o componente essencial e existencial de um indivíduo que se encaixa neste tipo social. Porém muitos malucos de estrada tem trocado o fluxo das estradas pela vida rural. A Caiçara de Baixo foi uma vila que recebeu um tanto destes atores sociais.

⁸ Motoristas de carros de passeio em dunas, chamado de *buggy*. Os passeios para Lagoas do paraíso e Azul são feitos nestes veículos.

Figura 3 – Na foto temos duas artesãs malucas de estrada voltando do trabalho.



Fonte: Acervo do autor (2007).

Ainda nos anos de 1990, Marco Polo e Perséfone, um casal de estrangeiros que viajava de carroça com os filhos pelo interior do Brasil; foram os primeiros a chegar no vilarejo e acabaram se estabelecendo. Dona Flora fala em um relato que parecia a “besta do apocalipse”, falando da chegada do casal alto com cabelo rastafari até a cintura, com dois filhos em uma carroça de madeira e lona puxada por um burro.

O casal vinha da Chapada Diamantina na Bahia e resolvera comprar um terreno e construírem um sítio ecológico na Caiçara de Baixo. Este casal desenvolveu a construção nativa de barro com estilo europeu, fez agrofloresta e zonas de reflorestamento, além de participar das pescas locais, regatas (Marco Polo e seu irmão ganharam um campeonato), farinhadas⁹, dentre outras.

Posteriormente, após uns dez anos, amigos seus da Chapada Diamantina estavam em Jeri e resolveram fazer uma visita ao casal, e acabaram comprando um terreno, eram três casais, e iniciando uma “comuna” de artesãos. Logo o sítio da “malucada” passou a receber cada vez mais viajantes que foram comprando terrenos no local, e esta rede de relações locais e afetivas acabaram povoando a localidade destes artesões de estrada. Com o tempo estes atores sociais passam a querer desenvolver seus dispositivos culturais e

⁹ São eventos agrícolas da produção de goma de tapioca e farinha de mandioca e casas artesanais de feitiço.

passam a incentivar a população para a coleta de lixo, projetos comunitários, dentre outros.

Coincide também com a expansão turística e urbana no Estado, e projetos governamentais como “Luz para Todos” do governo Lula (2002-2009), foi de fundamental importância para a expansão dos lotes e da migração de *neohippies* para o local. Sem contar com o crescimento turístico da região que possibilita ao artesão maluco de estrada ter um capital simbólico (BOURDIEU, 2013), mais respeitado ou melhor aceito no contexto de Jericoacoara, e, por consequência, maior capital econômico, melhor saída de seus produtos por melhor preço, o que viabiliza compra de terrenos e construção de moradas para as famílias. É o fim da estrada? Não necessariamente. Ainda sim estas famílias deixam seus sítios com caseiros e amigos e partem para fazerem longas viagens de anos, ou curtas viagens, de temporadas.

O crescimento dos malucos de estrada e sua interação com os nativos locais acarretaram numa transformação da vila perceptível, tanto do posto de vista econômico, como social e cultural. Com o crescimento da vila a expressividade política da vila na região passou a ser ativa. Nativos e moradores de fora organizaram projetos sociais como o projeto das mulheres negras da Caiçara de Baixo, que trabalha com doces de caju e merenda escolar e que discutiu a possibilidade de etnodesenvolvimento¹⁰ e da consolidação da escritura coletiva da vila como terra quilombola.

O movimento, porém, entrou em conflito interno, e as lideranças se dividiram e acabaram construindo dois grupos produtivos dentro da vila. Exacerbaram-se os conflitos na comunidade e o projeto acabou enfraquecendo. Ainda hoje permanecem as discussões sobre a natureza quilombola da vila, e a máquina especulativa não para de girar, e com ela o fluxo migratório para dentro e fora da vila.

¹⁰ Segundo Stavenhagen (1985), etnodesenvolvimento se refere tanto ao desenvolvimento econômico de um grupo étnico, como também ao desenvolvimento da etnicidade desse mesmo grupo. As propostas de desenvolvimento são realizadas visando o bem-estar de uma população em termos econômicos e culturais.

Considerações finais

O presente artigo teve como objetivo dar uma breve interpretação sociológica a respeito do desenvolvimento do turismo no Ceará, a partir da observação de uma localidade inserida no circuito turístico de Jericoacoara no litoral cearense oeste.

Como foi explicado, as localidades estão passando por processos econômicos, mas também profundamente sociais e culturais, em que o fluxo migratório pode ter real profundidade para a compreensão das modificações culturais que vem passando nativos e moradores vindos de fora.

No caso da Caiçara de Baixo, a vida nômade dos novos moradores em interação com as atividades tradicionais locais, criaram novas possibilidades híbridas e disposições culturais. O argumento é que tais relações tornaram possíveis ressignificações culturais, ou tradução, tanto para nativos, quanto para os moradores vindos de fora, no caso, os malucos de estrada. Acredito que o turismo enquanto fenômeno social pode ser pensado na sua complexidade, que abrange desde as políticas públicas de turismo até as disposições psicológicas dos atores sociais que compõe essas dinâmicas impulsionadas pela própria História em movimento.

Referências bibliográficas

ASSIS, Lenilton F. *Entre o Turismo e o imobiliário: velhos e novos usos das segundas residências sob o enfoque da multiterritorialidade- Camocim/CE*. São Paulo. USP. Tese de Doutorado. 2012.

AUGÉ, Marc. *Não-Lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Papirus Editora, Campinas, SP, 1994.

_____. *Por uma antropologia da mobilidade*. Editora UNESP e Editora UFAL. Maceió, AL, 2010.

BARRETO, Margarita. *Interfaces entre turismo e migrações: uma abordagem epistemológica*. In: *Revista Passos, revista de turismo y patrimonio cultural*. Vol. 7, N. 1. Universidade de Laguna, Espanha. 2009.

BHABHA, Homi K. *O Local da Cultura*. Editora UFMG. Belo Horizonte. 2013.

BOURDIEU, Pierre. *Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo. Perspectivas. 2013.

GIDDENS, Anthony. *A Constituição da Sociedade*. São Paulo. WMF/Martins Fontes. 2013.

_____. *As Consequências da Modernidade*. São Paulo. Unesp. 1991.

HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Editora Lamparina. Rio de Janeiro. 2014.

RODRIGUES, Lea Carvalho. *Turismo, empreendimentos imobiliários e populações tradicionais: Conflitos e interesses em relação à propriedade da terra*. In: *Civitas*. Porto Alegre, v.10, n.3, p.527-544, set-dez. 2010.

SANTOS, Potyguara Alencar dos. *As Ações dos Programas de desenvolvimento na costa do Nordeste Brasileiro: Projetos de infraestrutura de grande escala em turismo (PGE-Tur), populações tradicionais marítimas e ações contra-programáticas*. Brasília, Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos. 2011.

SILVA, Igor Monteiro. *O mundo não é tão grande: uma etnografia entre viajantes “independentes” de longa duração*. Tese de Doutorado em Sociologia, UFC. Fortaleza, CE. 2015.

STAVENHAGEN, R. *Etnodesenvolvimento: Uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista*. In: *Anuário Antropológico 84*. Rio de Janeiro:

Impressão e Acabamento



E-mail: imprece@hotmail.com

Tel.: 3055.0102

Este livro, com o formato final de 14cm x 21cm, contém 141 páginas.
O miolo foi impresso em papel Off-Set 75g/m² LD 64cm x 88cm.
A capa foi impressa no papel Cartão Triplex 245g/m² LD 64cm x 88cm.

Tiragem de 200 exemplares.

Impresso no mês de junho de 2018.

Fortaleza-Ceará.

Receber convite para prefaciar um livro onde figuram trabalhos de jovens pesquisadores/as é motivo de enorme prazer. Um contentamento que se intensifica quando a ocasião traz de volta ao meu encontro estudantes que pude acompanhar de perto quando cursavam o mestrado no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará. [...] Nota-se que este elenco de textos aponta para interesses diversos, como contribuições ao estudo de temas de elevada importância na cena social contemporânea, servindo também de referência para novas pesquisas e debates que venham a ser desenvolvidos por outros/as pesquisadores/as.

Antonio George Lopes Paulino



**PÓS-GRADUAÇÃO
EM SOCIOLOGIA/UFC**

